



DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

“LUÍS DE CAMÕES”

**Instituições multilaterais de desenvolvimento e a promoção da
sustentabilidade: o caso do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais

Autora: Ana Carina Marques Derricha dos Reis

Orientador: Professor Doutor Daniel Cardoso

Número da candidata: 30002925

Dezembro de 2023

Lisboa

Agradecimentos

Primeiramente, sou muito grata a Deus, por me ter concedido a oportunidade de poder estudar o que realmente gosto e por nunca me ter deixado sozinha neste árduo caminho, por me ter capacitado e dado entendimento. De seguida, agradecer à minha casa: o meu tão especial marido que me livrou de muitas preocupações com os meus fantásticos filhos, olhando por eles, compreendendo a minha ausência e levando o barco...

Por último, mas muito importante, agradecer ao Professor Daniel Cardoso, por ter aceite este desafio, fazer parte e acreditar que este trabalho poderia ser realmente bom.

Resumo

Com este trabalho, examinamos a contribuição do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) para o crescimento global e desenvolvimento sustentável, contextualizando a instituição dentro do cenário das instituições multilaterais de desenvolvimento e do grupo BRICS. O estudo baseia-se numa análise das instituições multilaterais, focado na importância da sustentabilidade, a partir de um enquadramento institucionalista, com base nos conceitos de multilateralismo competitivo e cooperativo, explorando duas hipóteses explicativas para o papel do NBD: ou o banco é um complemento às instituições multilaterais de desenvolvimento existentes, ou se apresenta como uma alternativa a estas instituições. Em suma, este estudo oferece uma visão abrangente do papel do NBD como um ator relevante no cenário das instituições multilaterais de desenvolvimento, num cenário internacional e em constante mudança, comprometido com o desenvolvimento sustentável e interveniente na dinâmica geopolítica dos países em desenvolvimento, representados pelos BRICS, mesmo a nível da ordem mundial e no âmbito do exercício de poder. Pela mudança de protagonistas e clara abertura para novas instituições - que visam a melhoria e apoio ao desenvolvimento, não apenas nas grandes potências ou países mais desenvolvidos, verificamos que agora também são acessíveis aos países menos desenvolvidos, podendo mesmo ajudar na promoção do seu desenvolvimento ou podendo transformá-los em espaços com potencial, em lugares com melhores condições de vida, preocupados com as suas populações e com o ambiente, em geral. Um mundo com grandes potências e países com muito potencial, sustentável e proporcionando um melhor futuro.

Palavras-chave: Instituições Multilaterais, sustentabilidade, BRICS, Novo Banco de Desenvolvimento.

Abstract

With this study, we examine the contribution of the New Development Bank (NDB) to global growth and sustainable development, contextualizing the institution within the scenario of multilateral development institutions and the BRICS group. The study is based on an analysis of multilateral institutions, focusing on the importance of sustainability, from an institutionalist framework, based on the concepts of competitive and cooperative multilateralism, exploring two explanatory hypotheses for the role of the NDB: either the bank is a complement to existing multilateral development institutions, or it presents itself as an alternative to these institutions. In summary, this study offers a comprehensive view of the role of the NDB as a relevant actor in the scenario of multilateral development institutions, in an international and constantly changing scenario, committed to sustainable development and intervening in the geopolitical dynamics of developing countries, represented by the BRICS, even at the level of the world order and in the exercise of power. Through the change of protagonists and the clear opening up to new institutions - which aim to improve and support development, not just in the major powers or more developed countries - we can see that they are now also accessible to the less developed countries, and can even help to promote their development or turn them into places with potential, places with better living conditions, concerned about their populations and the environment in general. A world with great powers and countries with a lot of potential, sustainable and offering a better future.

Keywords: Multilateral institutions, sustainability, BRICS, New Development Bank.

Conteúdo

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
INTRODUÇÃO	10
1. MULTILATERALISMO INSTITUCIONAL.....	14
1.1. Sustentabilidade	18
1.2. Instituições Multilaterais	23
1.3. Análise Institucionalista.....	37
2. BRICS - CONSTITUIÇÃO E HISTÓRIA DO FÓRUM	43
2.1. Contextualização Histórica: países em vias de desenvolvimento e surgimento dos BRICS	48
2.2. Contextualização Política: contestação à Hegemonia norte-americana.....	55
2.3. Aspectos da expansão do Grupo	60
2.4. Conclusão	64
3. NOVO BANCO DESENVOLVIMENTO: CONSTITUIÇÃO E	
CARACTERIZAÇÃO	66
3.1. Princípios de governação e comparação com o Banco Mundial	69
3.2. Princípios ambientais e sociais fundamentais.....	74
3.3. Parcerias e expansão do NBD	79
3.4. Projetos	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
ANEXOS:.....	101

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Distribuição de votos na corporação financeira internacional do Grupo Banco Mundial

Gráfico 2: Evolução das taxas de juro (entre 2000 e 2008)

Gráfico 3: Capital Inicial (em biliões de dólares)

Gráfico 4: Aumento de capital por parte dos membros da instituição – Ano 2021

Lista de Imagens

Imagem 1: BRICS, constituído por BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA, CHINA e ÁFRICA DO SUL

Imagem 2: Reavivar a Rota da Seda: Projetos abrangidos pela iniciativa

Imagem 3: "Uniquely Positioned Multilateral Lender" - Posição singular de um mutuante multilateral

Imagem 4: Importância da sustentabilidade nos princípios fundamentais do NBD

Imagem 5: Apresentação dos princípios ambientais e sociais

Imagem 6: Projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países do BRICS no ano de 2021

Imagem 7: Reserva de Emergência de GNL de TIANJIN NANGANG (CHINA)

Imagem 8: Reserva de Emergência de GNL de TIANJIN NANGANG (CHINA)

Imagem 9: Reserva de Emergência de GNL de TIANJIN NANGANG (CHINA)

Imagem 10: Projeto de reestruturação do setor da água do RAJASTÃO (Índia)

Imagem 11: Projeto da Linha Seis do metropolitano de QINGDAO (FASE I – CHINA)

Imagem 12: Projeto da Linha Seis do metropolitano de QINGDAO (FASE I – CHINA)

Lista de Tabelas

Tabela 1: Capital subscrito e poder de voto da ADB (em 31 de dezembro de 2016)

Tabela 2: A Ordem Paralela – Finanças

Tabela 3: Evolução do capital inicial do NBD

Tabela 4 - Principais diferenças entre o BM e o NBD

Tabela 5: Projetos de desenvolvimento baseados em ODS

Tabela 6: Projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países do BRICS no ano de 2016

Tabela 7: Rating crédito, de acordo avaliação internacional

Tabela 8: Portefólio de Projetos por tipo de operação

Tabela 9: Portefólio de Projetos por País

Tabela 10: Portefólio de Projetos por área de atuação

Tabela 11: Portefólio de Projetos por moeda

Lista de Anexos

Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento – Capítulos 1 e 2

Declaração de UFA, 2015

Projeto: BEIJING GAS TIANJIN NANGANG LNG MERGENCY RESERVE

Projeto: RAJASTHAN WATER SECTOR – REESTRUCTURING PROJECT FOR THE DESERT AREAS

Projeto: QINGDAO METRO LINE SIX – PHASE I

Lista de Abreviaturas e Siglas

AIIB - Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas

ADB – Asian Development Bank

BM – Banco Mundial

BMDs - Bancos Multilaterais de Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (Brasil)

BOD – Conselho de Administração do NBD

BPC - BRICS Policy Center

CIPS - Sistema de Pagamentos Internacionais da China

E.U.A. - Estados Unidos da América

ESG – Ambiental, Social e Governança

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSE – Quadro Ambiental e Social do NBD

G7 – constituído por: Alemanha, Canadá, Estados Unidos da América, França, Itália, Japão e Reino Unido

G20 – constituído por: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido, Rússia, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, México e Turquia.

GSUM - Unidade do Sul Global para Mediação

IIB - Desvios institucionais internacionais

MNA – Movimento Países Não Alinhados

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

NBD - Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS

OMC – Organização Mundial do Comércio

OSSCSD – Organization for South-South Cooperation and Sustainable Development

PIB - Produto Interno Bruto

SWIFT - Sociedade de Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais

U.R.S.S. - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UE - União Europeia

Introdução

Este trabalho visa responder à seguinte questão de partida: qual é o papel do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) na promoção do crescimento global e desenvolvimento sustentável? Complementarmente, o estudo tem como objetivo avaliar a contribuição do NBD em comparação com as instituições financeiras multilaterais globais já existentes. Exploraremos duas hipóteses distintas:

Hipótese 1: O NBD é alternativa às instituições financeiras multilaterais globais já existentes

Hipótese 2: O NBD complementa os esforços das instituições financeiras multilaterais globais já existentes, ao considerar o seu foco em projetos que atendem às necessidades específicas de países em desenvolvimento.

Para além disso, analisaremos a evolução do cenário financeiro internacional, destacando como o poder económico e a influência na tomada de decisões se diversificaram ao longo do tempo, com a ascensão de novas potências e atores internacionais.

Iremos analisar as instituições financeiras multilaterais globais, iniciadas com a reconstrução da Europa, com o incentivo decisivo dos Estados Unidos da América, tendo como intuito a promoção do desenvolvimento e melhoria das condições de vida dos cidadãos europeus ou residentes na Europa no nosso século. Neste contexto, e de acordo com autores como Joseph Nye e Samuel Huntington, tem ocorrido uma mudança no cenário internacional, com uma distribuição mais ampla do poder e de influência, comparativamente ao período em que os Estados Unidos eram a superpotência dominante. Essa mudança tem implicações significativas para a diplomacia, a economia global e a governação internacional.

Assim, os norte-americanos e as “suas” instituições passaram a exercer o seu poder (também) através de outras instituições ligadas ao comércio, segurança e cooperação, como as Nações Unidas, o FMI, a NATO, a OMC que, entretanto, surgiram, e que permitem uma distribuição desse poder com outras potências que foram emergindo – como a China ou conforme representa o G7, constituído pelas economias mais avançadas, novos intervenientes que chegaram ao cenário internacional e outros atores que têm e pretendem demonstrar que têm uma palavra a dizer, em termos gerais e na tomada de decisões.

Historicamente, os Estados Unidos desempenharam um papel central em instituições como o FMI e o BM e, no entanto, essas instituições passaram por mudanças para incluir uma voz mais representativa de outros países. Para além das potências tradicionais, outros países como a Índia, o Brasil, a Rússia, a China e a África do Sul (os chamados BRICS), ganharam

relevância na política internacional e têm procurado desempenhar um papel mais ativo em organizações internacionais e em questões globais, e não só os estados, mas atores não estatais, como empresas multinacionais, ONGs e até mesmo grupos terroristas, têm desempenhado um papel cada vez mais relevante no cenário internacional, ao influenciarem a economia global e participando nas discussões de âmbito internacional. De referenciar ainda que, a transição para uma ordem multipolar trouxe uma maior concorrência entre as potências globais, incluindo uma competição económica e estratégica, que se traduz em maiores desafios de governação e uma maior necessidade de cooperação entre os Estados e entre todos os atores.

Da hegemonia à partilha de poder, surgiram nas últimas décadas, coligações de países, que procuram alcançar os seus interesses ou que procuram destacar-se em temas internacionais, como o ambiente e sustentabilidade – como os países signatários do Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas, não só investindo em alcançar metas e o cumprimento de compromissos junto de parceiros internacionais, no âmbito de gestão global, mas também na promoção de “ajuda” e do desenvolvimento sustentável, pela construção de infraestruturas que permitem um avanço tecnológico e um equilíbrio na distribuição de destaque internacional (como grupos como o G7, o G20 ou até mesmo os BRICS). Resumidamente, estas coligações são criadas com o objetivo de procurar e promover interesses comuns ou destacar-se em questões internacionais específicas, o que envolve a cooperação em acordos internacionais, o desenvolvimento de políticas conjuntas e a defesa de causas comuns, ao invés de uma única nação ou grupo de nações dominar, uma abordagem que promove a ideia de colaboração e partilha de poder entre vários Estados, para lidar com desafios globais.

A recolha de informação permitiu que investigássemos projetos e iniciativas apoiados pelo NBD, bem como a sua cooperação com outras instituições financeiras, pela comparação com instituições financeiras multilaterais globais já estabelecidas - como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, em termos de estratégia, enfoque geográfico e impacto. Seleccionámos exemplos específicos de projetos financiados pelo NBD e avaliámos o seu impacto nos países em desenvolvimento.

Em termos de pesquisa documental, recolhemos também materiais disponibilizados pelos BRICS desde a sua constituição, acerca das suas políticas e ações, encarando-os como artefactos históricos, sociais e singulares, passíveis de críticas e problematizações, bem como de literatura científica, por forma a auxiliar a compreensão dos discursos e contextos dos documentos, de acordo com a influência dos BRICS na governação global e multilateralismo, essencialmente a partir de 2011. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica - artigos científicos,

livros e publicações nos sites oficiais das Organizações Internacionais e países em vias de desenvolvimento; artigos informativos e de opinião de diferentes autores, de acordo com o tema.

Foram analisados estudos anteriores acerca do NBD, de instituições financeiras multilaterais globais e o contexto histórico do desenvolvimento económico global. Este estudo visa também, uma análise, implementação e avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, nomeadamente em economias emergentes, em países como os BRICS.

Esperamos que este estudo forneça *insights* acerca do multilateralismo e institucionalismo, como o NBD contribui para o desenvolvimento sustentável, ao analisarmos se este complementa ou funciona como alternativa, comparativamente e em relação a outras instituições financeiras globais, e ajude a contextualizar essa evolução no cenário internacional, mostrando como o poder económico e a tomada de decisões mudaram desde os dias de Bretton Woods até aos nossos dias. Com base nas descobertas deste estudo, será possível afirmar que o NBD desempenha um papel significativo na promoção do desenvolvimento sustentável em países em vias de desenvolvimento, sendo necessário averiguar se complementa ou se funciona como alternativa aos esforços de instituições financeiras multilaterais globais estabelecidas, e isso representa uma continuação da evolução do cenário financeiro internacional e reflete a crescente diversificação de atores e interesses no campo do desenvolvimento global.

Podemos concluir acerca da influência de novos atores internacionais no cenário internacional, avaliando a sua participação em termos de governação global, na alteração da ordem hegemónica do Ocidente, para uma nova caracterização de tomada de decisões, agora com influência de novas potências e países em vias de desenvolvimento. A procura de recursos financeiros por parte destes últimos, visando o seu desenvolvimento, permitiu a emergência de novas instituições financeiras, em simultâneo com as existentes desde Bretton Woods, e em empréstimos que se traduzem em evolução e desenvolvimento a uma maior quantidade de governos que, de uma forma sustentável e de acordo com regras e diretrizes internacionais, através de infraestruturas, são facilitadores de melhores condições de vida.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, desenvolvemos o quadro teórico, que assenta numa análise institucionalista do multilateralismo. Examinamos os conceitos de multilateralismo competitivo e cooperativo como enquadramento para avaliar o papel do NBD na promoção do desenvolvimento sustentável num cenário internacional em que já existem instituições multilaterais estabelecidas a desempenhar esse papel. Neste

contexto, o estudo explora duas hipóteses: o banco é alternativa ou complementa os esforços dessas instituições, ao considerar o seu foco em projetos que atendem às necessidades específicas de países em desenvolvimento.

No segundo capítulo, exploramos a formação e a história do grupo BRICS, examinando o seu contexto histórico e político que levou à sua criação; prosseguimos com a contestação à hegemonia norte-americana, fato que desempenhou um papel fundamental na formação do grupo, analisamos a expansão do fórum ao longo do tempo e faremos uma análise da Crise Mundial de 2008-2011, dos efeitos da sua propagação, nas potências e nos países em vias de desenvolvimento. O terceiro capítulo concentra-se no Novo Banco de Desenvolvimento, comparando-o com instituições financeiras multilaterais globais como o Banco Mundial e o FMI, exploramos os princípios sociais e ambientais fundamentais que conduzem o NBD, destacamos as suas parcerias estratégicas e analisamos projetos específicos, financiados pela instituição.

Por fim, na conclusão, faremos a síntese do que foi abordado, respondendo à questão de investigação e analisando a relação entre as hipóteses e os dados empíricos.

1. Multilateralismo Institucional

Na discussão do conceito de "multilateralismo", uma das questões imediatas que surgem e geram discussão é a sua origem, já que a sua prática tem as suas raízes no século XIX, de forma incipiente, mas foi principalmente no século XX que se consolidou como uma prática internacional (Maia & Leite, 2022). A sua institucionalização marcou o século passado, com o aparecimento de organizações internacionais, promotoras de cooperação entre dois ou mais atores, segundo regras benéficas à inclusão de todos os intervenientes. A Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1945, é frequentemente vista como o apogeu do multilateralismo, pela inclusão de um grande número de Estados numa única e ampla agenda, sendo atualmente prática e princípio fundamental nas relações internacionais, e pode ser definido genericamente como "a coordenação de políticas nacionais entre três ou mais Estados, por meio de arranjos ad hoc ou instituições" (Keohane, 1990).

No texto de Fernandes e Simão (2020), segundo a visão de Giovanni Grévi (2009), o multilateralismo desempenha um papel central na configuração dos equilíbrios globais, uma vez que o "poder" também é calculado pela habilidade de fortalecer as estruturas multilaterais e ocorre devido à natureza multipolar e interdependente do mundo contemporâneo, ao exigir colaboração na abordagem de resoluções de problemas comuns. Embora vários autores, como Holsti (1998, pp. 17-20), reconheçam a crescente importância das instituições cooperativas, em áreas como a governação, o comércio e na gestão de conflitos, as teorias das Relações Internacionais oferecem interpretações variadas do fenómeno multilateral, particularmente sob as perspetivas neoliberais e neorrealistas (Waltz, 1979; Mearsheimer, 2001; Keohane, 1989). Assim, ao contextualizarmos o termo "instituição", afirmamos que engloba não apenas organizações internacionais tradicionais, mas também formatos menos formais, refletindo a existência de princípios, de regras e normas compartilhadas por todos os participantes (Bull, 1977).

Um dos obstáculos cruciais ao abordar o multilateralismo é a diversidade de definições e a prevalência de perspetivas regionais; contudo, todas concordam que é caracterizado pela relevância atribuída às regras, cooperação institucionalizada e inclusão (Mercury, 2010). As teorias das RI têm se focado na análise da colaboração multilateral e institucionalização, com os liberais a defenderem que as instituições promovem a paz, e os realistas a questionar os efeitos estabilizadores das instituições num ambiente anárquico. A crítica de John Mearsheimer (1994), de que as instituições têm pouca influência no comportamento dos Estados, permanece

como referência neste debate teórico, leva-nos a reconhecer a complexidade das práticas multilaterais e a identificar dois momentos: o pós-1945 e o pós-Guerra Fria.

No primeiro período, que abrange o período de 1945 até a década de 80, é apresentado um contexto do aparecimento do multilateralismo, em termos de procedimento e de institucionalização, explicado através de teorias como o institucionalismo liberal, o realismo e os regimes internacionais. Destacamos também o aparecimento da União Europeia (UE), um exemplo da expressão regional do multilateralismo, e as perspectivas críticas que dela emergiram. No segundo momento, as tendências que surgiram nos anos 80 e 90, as suas influências nas agendas e análises teóricas enfatizam os novos atores, na difusão do poder global, com o construtivismo e novas perspectivas liberais, a desilusão que surgiu no final da década de 90 e os impasses dos anos 2000, quando surgiram o unilateralismo e o bilateralismo, como alternativas ao multilateralismo.

A cooperação multilateral é um método de tomada de decisão coletiva, que evoluiu com acordos multilaterais ao longo do tempo, mesmo que a sua institucionalização ocorresse principalmente no século XX, apontemos exemplos embrionários como o Concerto Europeu de 1815 e os "14 pontos de Woodrow Wilson" em 1918, que promoveram o princípio da segurança coletiva, levando à criação da Liga das Nações, que falhou ao não evitar uma segunda guerra mundial.

O multilateralismo teve diferentes justificações teóricas ao longo do tempo, associadas ao idealismo ou como uma restrição à política externa dos Estados mais poderosos. Após a Segunda Guerra Mundial, os E.U.A. o promoveram como parte da ordem internacional, estabelecendo organizações internacionais (OIs) como a ONU, a NATO e a CECA.

O tema foi abordado de diferentes formas pelas teorias das Relações Internacionais, com desacordos entre o realismo e o institucionalismo liberal, o liberalismo institucional defende que as instituições promovem a paz, enquanto o realismo questiona o seu impacto num ambiente anárquico. A sua pesquisa cresceu após a Guerra Fria, mas as características complexas do fenómeno tornaram difícil a criação de uma teoria unificada, devido às formas de multilateralismo que incluem a resolução de problemas de cooperação, coordenação e direitos de propriedade dos Estados, correntes teóricas que concordam com algumas definições essenciais relacionadas às instituições e ao tema propriamente dito (Fernandes & Simão, 2020).

Mearsheimer (1994) define as instituições como normas que consignam como se devem comportar os Estados, enquanto Hedley Bull (1977) as apresenta como uma combinação de ideias, práticas e normas comuns. Os liberais acreditam que as instituições podem criar regras

constrangedoras, promotoras de cooperação, superando o dilema do prisioneiro.

A teorização sobre regimes internacionais, como proposto por Krasner (1983), permite uma noção mais detalhada das instituições internacionais, defende que os regimes têm um impacto direto no comportamento dos Estados, permitindo-lhes a procura da sua autonomia, enquanto reconhecem os benefícios da cooperação em assuntos específicos. Hoje, o multilateralismo vai além das organizações internacionais, a sua natureza adaptável desafia a criação de uma teoria única para explicá-lo, ao considerar uma forma específica de instituição e reciprocidade, que promove a cooperação com base em princípios de não discriminação, reciprocidade difusa e estruturas institucionais generalizadas, considerando a indivisibilidade (também) como um princípio importante em acordos de segurança coletiva.

As abordagens institucionalistas argumentam que as instituições moldam preferências e afetam as escolhas dos Estados, em contraste com as abordagens individualistas, nacionalistas e racionalistas, que têm os Estados como centros independentes de cooperação; o institucionalismo não refuta o neorrealismo, antes, modera-o, ao reconhecer que os Estados e os seus interesses existem num contexto de normas, regras e crenças. O "problema da cooperação" não é simplesmente uma questão de interação estratégica, mas envolve comunicação, persuasão e legitimação discursiva (Fernandes & Simão, 2020).

A ênfase da interação estratégica com benefícios fixos altera, para uma forma de debate e argumentação, onde também as grandes potências mostraram uma disposição surpreendente para se envolverem na cooperação multilateral, após o período da Guerra Fria, apesar das indicações para a dissuasão nuclear e forte cooperação política. Nos jogos internacionais, a natureza cooperativa é geralmente de soma positiva por causa do grande número de atores envolvidos, mesmo que a forma individual de como cada ator vê o "jogo" possa complicar a cooperação, já que alguns podem ver o jogo como soma zero e preocupam-se com ganhos relativos em vez de alcançar ganhos absolutos, tornando a cooperação mais fácil, pois não se preocupam com a distribuição dos benefícios entre todos os participantes (Fernandes & Simão, 2020).

Os desafios enfrentados na gestão das dinâmicas internacionais em 2018 refletem a herança de décadas anteriores, mas também apresentam características específicas ligadas aos desenvolvimentos contemporâneos. O multilateralismo e as estruturas de governação global têm tentado adaptar-se a estes obstáculos, mesmo que frequentemente estejam presos aos modelos institucionais existentes, onde a ONU continua a ser a sua representante e principal instituição, a mais abrangente em número de Estados participantes e bem posicionada para lidar

com desafios globais, incluindo questões relacionadas com a interdependência complexa e crescente importância das preocupações de natureza política internacional.

Desafios como a segurança alimentar, a proliferação nuclear, as mudanças climáticas ou as pandemias, destacam a intensa interação entre a ação humana e o meio ambiente, o que levanta questões ontológicas e epistemológicas nas Relações Internacionais, à medida que a segurança é considerada "pós-humana", ao enfatizar a interconetividade entre seres e a natureza relacional das ameaças (Fernandes & Simão, 2020). Além disso, o uso da violência armada e as massivas violações dos direitos humanos têm se multiplicado globalmente, originando repatriamentos forçados, que afetam a estabilidade regional, os recursos naturais e os equilíbrios sociais.

O multilateralismo é visto como uma resposta necessária a esses desafios, mas a sua eficácia tem sido limitada devido à imprevisibilidade e incerteza da sociedade de risco. Outra importante dimensão do multilateralismo do século XXI é a abordagem da participação da população civil nos processos decisórios, que envolve permitir que os indivíduos e as comunidades identifiquem e implementem medidas de prevenção e de resposta a crises, em conjunto e parceria com governos e organizações internacionais, que não apenas visam melhorar a identificação das prioridades de atuação, mas também tornaria a utilização de recursos mais eficiente. A disparidade na distribuição da riqueza mundial e na inclusão nas estruturas económicas internacionais é um fator que promove conflitos e está conectada a diversas questões, como terrorismo, crime organizado, direitos humanos e migração (Fernandes & Simão, 2020).

A Guerra Global contra o Terrorismo teve um grande impacto nas dinâmicas multilaterais, pelo seu foco significativo nas operações militares, que tem levado ao isolacionismo e a alianças *ad hoc*, que excluíram as estruturas multilaterais na formulação de estratégias de combate ao terrorismo; contudo, uma progressão em direção a políticas de combate ao extremismo violento representa uma evolução importante, ao integrar o combate ao terrorismo em estratégias mais amplas. Também o desenvolvimento tecnológico, uma questão crucial que afeta a economia, a segurança, o meio ambiente, entre outros aspetos, deve ser abordado de forma multilateral, por forma a envolver as populações na procura por soluções e na prevenção de impactos negativos.

A produção teórica sobre o tema não avançou significativamente devido à necessidade de acompanhar o crescimento das práticas multilaterais e as suas limitações. Morse e Keohane (2014) introduziram o conceito de "multilateralismo contestado": destacar novas abordagens de

multilateralismo em oposição às já existentes, em casos em que Estados poderosos lideram a alteração de regimes ou instituições; também Rosenau (2008) referiu-se ao tema com o desenvolvimento do conceito de "*fragmentation*", para abordagem da crescente complexidade das dinâmicas globais, considerando que as variáveis como "*revolution skills*" e "*mobility upheaval*", afetam a atividade coletiva e as dinâmicas entre culturas e povos.

A importância dos atores não estatais também se destaca com o conceito de "empoderamento do cidadão", referindo-se aos avanços tecnológicos que possibilitam o acesso a informações e a poder influenciar a política, através das redes sociais. O "civismo global" pensado por Altinay (2010), realça a necessidade de repensarmos o papel dos indivíduos, relativamente aos bens globais comuns e considerarmos a crescente interdependência global.

Todos os desafios futuros estão intrinsecamente relacionados com o grau individual e a carência de governação de bens globais, muitas vezes através do multilateralismo (Fernandes & Simão, 2020).

1.1.Sustentabilidade

A sustentabilidade é um conceito fundamental que se tornou cada vez mais importante nas últimas décadas, abordando a necessidade de equilibrar o desenvolvimento económico, social e ambiental, a fim de garantir que as gerações presentes e futuras possam atender às suas necessidades, pela aplicação de práticas que visam a promoção do desenvolvimento sustentável, pela proteção do meio ambiente e a melhoria do bem-estar humano a nível global (GEBRICS, 2021).

“... a ideia de sustentabilidade é semelhante à ideia de justiça. A maioria das pessoas sabe o que é por intuição e, por este ângulo, o conceito parece mais simples.” (Bosselmann, 2008)

A introdução do conceito de sustentabilidade pode ser atribuída ao relatório "*Our Common Future*", também conhecido como Relatório Brundtland, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas.

A origem da preocupação com a sustentabilidade remonta a movimentos de conservação e preocupações ambientais do século XIX, mas o conceito de desenvolvimento sustentável consolidou-se no século XX. Este conceito evoluiu desde a preocupação inicial com a conservação ambiental, para abranger aspetos sociais e económicos, ao reconhecer que a saúde

do meio ambiente está intrinsecamente ligada ao bem-estar humano e ao desenvolvimento económico, uma evolução que incluiu uma transição da "sustentabilidade ambiental" para a "sustentabilidade ambiental, social e económica" - a chamada tríplice linha de base ou “*triple bottom line*” (Ferreira, 2019). Atualmente, o foco está na "sustentabilidade global", que considera questões globais interconectadas, como mudanças climáticas, igualdade social, justiça económica e resiliência.

Para enunciar algumas práticas, passamos a referenciar acordos e tratados internacionais, que permitem que os países se envolvam em negociações, no tratamento e análise de questões ambientais e sociais, como o Acordo de Paris acerca das mudanças climáticas, a Convenção da Biodiversidade, a Convenção sobre os Direitos da Criança, entre outros acordos que estabelecem compromissos compartilhados e promovem a cooperação internacional, para alcance dos objetivos sustentáveis (ODS).

Envolve igualmente a cooperação e intercâmbio de conhecimentos, a partilha de melhores práticas, experiências e tecnologias para abordar os globais desafios ambientais e sociais, ao trabalhar em equipa e através de programas de cooperação, para implementar soluções sustentáveis (Ortiz & Sá, 2021).

Existem diferentes entendimentos acerca do conceito de sustentabilidade entre países desenvolvidos e países emergentes, e isso ocorre devido a uma série de fatores, incluindo diferenças culturais, económicas, sociais e políticas. Segundo Daly (2011), algumas das principais diferenças são, em termos económicos: os países desenvolvidos geralmente têm economias mais avançadas e maior acesso a recursos tecnológicos, financeiros e humanos que podem ajudar na adoção de práticas mais sustentáveis, ou seja, permite-lhes ter uma compreensão mais ampla da sustentabilidade que inclui questões ambientais, sociais e económicas, enquanto os países emergentes podem dar mais destaque ao desenvolvimento económico imediato, muitas vezes às custas de preocupações ambientais e sociais. Países emergentes (frequentemente) enfrentam desafios significativos relacionados à pobreza, acesso limitado a serviços básicos e infraestruturas inadequadas (Almeida, 2012); nessas circunstâncias, as preocupações imediatas de subsistência podem superar as preocupações de longo prazo com a sustentabilidade e podem enfrentar desafios adicionais ao tentar implementar medidas de sustentabilidade devido à falta de recursos.

O desenvolvimento sustentável visa preservar a qualidade de vida para as gerações futuras, garantindo que tenham (pelo menos) acesso aos mesmos recursos disponíveis atualmente. Esse conceito evoluiu, a partir das teorias de desenvolvimento económico e enfatiza

o bem-estar social, económico e ambiental (Ortiz & Sá, 2021).

A preocupação com a degradação ambiental tornou-se proeminente nos anos 1960, culminando na Conferência de Estocolmo em 1972 (Boff, 2013), também o Clube de Roma iniciou o debate acerca do crescimento zero, ao destacar a necessidade de mudanças nos padrões de crescimento económico e demográfico, por causa da ameaça de colapso global (Gonçalves, 2017).

A promoção da sustentabilidade no multilateralismo envolve a participação ativa do setor privado e da sociedade civil, ou dar voz às organizações não governamentais, grupos comunitários, empresas e outros atores relevantes no processo de tomada de decisões e implementação de iniciativas sustentáveis. No multilateralismo, todas as práticas de sustentabilidade visam criar uma abordagem colaborativa e abrangente, sempre visando o fazer face aos desafios globais, enfatizando que a sustentabilidade é uma responsabilidade compartilhada, que requer ação conjunta e coordenação entre os países e atores relevantes.

Nos nossos dias, a sustentabilidade é desejada por todos, e é difícil encontrar alguém que não a apoie; contudo, alcançar a sustentabilidade é muito desafiador por várias razões. Ferrer, num dos seus textos, refere que regimes políticos que geram injustiças geralmente enfrentam resistência e não duram muito, pois as pessoas revoltam-se, mas sociedades insustentáveis continuam a existir, já que os efeitos negativos não são imediatamente percebidos, antes afetam as futuras gerações.

A preocupação com a sustentabilidade parece ter ganho força após desastres ambientais significativos, que levaram a debates sobre a relação entre o homem e a natureza (Ferrer, 2012).

(...) pouco importa a conceção que tenhamos da sustentabilidade, sua ideia matriz é esta: não é correto, nem justo, nem ético que, ao buscar os meios para nossa subsistência, delapidemos a natureza, destruamos os biomas, envenenemos os solos, contaminemos as águas, o ar e destruamos o subtil equilíbrio do sistema – Terra e do sistema-vida. Não é eticamente tolerável que determinadas sociedades vivam a custa de outras sociedades ou de outras religiões, nem que a sociedade humana atual viva subtraindo as gerações futuras dos meios necessários para que possam viver decentemente. (Boff, 2013)

Na visão de Leonardo Boff (2013), o centro do conceito de sustentabilidade não deve ser o ser humano, mas a vida como um todo; este autor refere que o trabalho em direção à sustentabilidade deve criar mecanismos para que todas as formas de vida se sustentem, incluindo animais, plantas e outros elementos da natureza e tal como Ferrer, o centro do conceito de sustentabilidade é a natureza, considerando que as questões económicas e sociais devem ser avaliadas em relação aos recursos naturais disponíveis. Sustentabilidade implica

manter a integridade ecológica e permitir que todas as formas de vida se sustentem.

A primazia concedida nos últimos anos às questões ambientais e à centralidade da agenda do desenvolvimento sustentável também levaram as instituições financeiras, não só a repensar e redirecionar os seus financiamentos, bem como relativamente aos seus acordos institucionais e de mercado, visando uma contínua contribuição para o desenvolvimento equilibrado e inclusivo, com estratégias de apoio ao alcance de metas ambientais dos países, viabilizando os objetivos do desenvolvimento sustentável (Ortiz & Sá, 2021).

Apesar das objeções iniciais dos países desenvolvidos, que viam crescimento e desenvolvimento como processos simultâneos, a necessidade de abordar as questões ambientais e sociais em conjunto com o desenvolvimento económico foi reconhecida por Sachs (1975), que argumentou que, “enquanto houvesse desigualdades significativas entre ricos e pobres, o crescimento zero e a desindustrialização não seriam alternativas aceitáveis”. Assim, as questões ambientais e sociais não devem ser sacrificadas em proveito do desenvolvimento económico, mas sim procurar o seu alcance em conjunto. (Gonçalves, 2017).

O desenvolvimento sustentável é o “tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo. Assim, o “desenvolvimento sustentável” é um objetivo a ser alcançado não só pelas nações “em desenvolvimento”, mas também pelas industrializadas. No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos. (Bellia, 1996 in Maia & Leite, 2022).

A produção de diversos documentos pelo Clube de Roma, como o Relatório de Brundtland, foram alvos de duras críticas pelo seu foco nos problemas consequentes da miséria dos países em desenvolvimento, enquanto os problemas ambientais eram gerados pela forte e poluente industrialização de países desenvolvidos, ficando em segundo plano nos fatores geradores do desenvolvimento “insustentável” (Gonçalves, 2005).

De acordo com um artigo escrito por Campos (2023), que aborda a importância do conceito de sustentabilidade em diversos contextos, como política, economia, educação e conservação, destaca que o termo "sustentabilidade" tem sido usado de maneira ampla, às vezes sem aderir aos princípios fundamentais de proteção e respeito pelos sistemas sociais e naturais, bem como à inclusão das comunidades, chegando mesmo a enfatizar a necessidade de implementar a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, através da apropriação do discurso da sustentabilidade pela população e por grupos da sociedade civil, que podem exercer pressão sobre os governos. A sustentabilidade envolve uma reflexão crítica sobre a relação entre seres

humanos e natureza, ao destacar a importância de uma abordagem egocêntrica em contraste com o antropocentrismo, que considera a natureza apenas como fornecedora de bens e serviços (Garcia & Pruner, 2015).

Este texto menciona a interdependência entre sustentabilidade ambiental e social, destaca que as políticas e as ações para proteger o ambiente devem estar ligadas à promoção da justiça social, envolvendo uma transformação dos sistemas de produção e de consumo em direção à sustentabilidade ambiental e a influência das economias solidárias e sociais deste processo (Campos, 2023).

“(...) a capacidade de permanecer indefinidamente no tempo, o que, aplicado a uma sociedade que obedeça a nossos padrões culturais e civilizatórios supõe que, ademais de adaptar-se a capacidade do entorno natural em que se desenvolve, alcance os níveis de justiça social e económica que a dignidade humana exige.” (Ferrer, 2012)

As mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a degradação dos ecossistemas são ameaças graves e a participação pública é extremamente importante para as decisões relacionadas com o meio ambiente; existe uma necessidade de envolver o público, democratizar o conhecimento e promover a educação,” como ferramenta para a transformação dos sistemas de desenvolvimento em direção à sustentabilidade” (Campos, 2023).

Os contratos multilaterais são ferramentas frequentemente utilizadas por instituições de fomento para promover o desenvolvimento em regiões específicas e, atualmente, estão em grande parte alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No entanto, os mercados costumam ser ineficientes em direcionar recursos para os ODS, uma vez que os investimentos privados, muitas vezes não consideram os impactos a longo prazo e tendem a desconsiderar as externalidades socioambientais (Maia & Leite, 2022), o que poderá resultar em investimentos contínuos em setores que podem contribuir negativamente para as mudanças climáticas, o que cria dois problemas principais: falta de financiamento suficiente para a transição para uma economia sustentável e direcionamento inadequado de recursos privados, que retardam essa transição e agravam os problemas ambientais (Marodon, 2020).

Por um lado, o setor privado emergiu recentemente como um pilar essencial no financiamento ao desenvolvimento, tratando-o como motor do desenvolvimento económico e a aguardar que este possa assumir uma posição mais proeminente e consistente no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pela coordenação e potencialização de sinergias entre as organizações multilaterais, no setor privado e na sociedade civil. Os países em desenvolvimento têm muitas necessidades de financiamento, essencialmente em

infraestruturas de médio e longo prazo, mas os recursos disponíveis são escassos, e a preferência de aplicação dos mesmos muitas vezes recai em necessidades de curto prazo.

“Alcançar a sustentabilidade implica e exige a transformação do mundo. O problema é que começamos a conhecer o que não queremos, mas não sabemos ainda exatamente o que queremos ou, acima de tudo, como obtê-lo. Em qualquer caso, esta é a evidência, na batalha para garantir o futuro do planeta não haverá vencedores e vencidos. Ou todos ganhamos, ou todos perdemos. Nosso destino é comum, Solidariedade.” (Ferrer, 2012)

1.2. Instituições Multilaterais

Para compreender de forma mais geral o desenvolvimento económico sustentável, é essencial entender a distinção entre desenvolvimento económico e crescimento económico, sendo este último definido como o progresso material de um país, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) per capita, sem considerar a distribuição de bens e serviços entre a população (Rodrigues, 2015). Tradicionalmente, foi utilizado como um indicador do padrão de vida, com a ideia de que um aumento no PIB automaticamente representa uma melhoria da qualidade de vida.

Segundo Cabral (2020), o multilateralismo pode também envolver o fornecimento de financiamento e assistência técnica para apoio a iniciativas de sustentabilidade nos países em desenvolvimento, incluir o fornecimento de recursos financeiros para projetos de energia renovável, de proteção ambiental, de capacitação institucional e de fortalecimento de capacidades. Os países podem incorporar a sustentabilidade nas suas políticas, regulamentações e práticas internas, desenvolvendo estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, ao estabelecer metas e indicadores ambientais, promover a eficiência energética, incentivar a produção e o consumo sustentáveis, para além de adotar políticas de conservação e gestão de recursos naturais.

De acordo com Horta (2010), as instituições financeiras internacionais são organizações multilaterais de desenvolvimento que representam os interesses dos seus Estados membros, sendo a sua missão oficial a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável, alcançada através de empréstimos anuais que totalizam cerca de 50 biliões de dólares para países em desenvolvimento e da Europa Oriental. Contudo, a sua influência vai muito além do valor destes empréstimos, geralmente atraem cofinanciamentos do setor privado, duas a três

vezes maiores do que o investimento inicial. Embora a maioria dessas instituições tenha adotado políticas de proteção ambiental, para garantir que os seus investimentos promovam a sustentabilidade ambiental e o bem-estar social, a implementação prática dessas políticas é frequentemente não muito bem-sucedida.

O desenvolvimento económico em países emergentes é, frequentemente, lento e ineficiente, marcado por problemas ambientais, sociais e económicos, como as questões climáticas, o trabalho escravo e infantil, ou a pobreza extrema (Maia & Leite, 2022). A oferta de crédito de longo prazo é vista como arriscada, pelas falhas de mercado e incertezas, poderá afastar o capital privado de projetos com baixo retorno privado e alto risco, mesmo que tenham benefícios sociais (Maia & Leite, 2022). Os bancos multilaterais de desenvolvimento desempenham um papel essencial, ao fornecer crédito a áreas sociais e ambientais desfavorecidas pelo mercado, do que poderão promover várias fontes de recursos, como captações no mercado local e internacional, ou fundos de organismos multilaterais, para além de incentivarem investimentos impactantes globalmente, tendo em vista a redução das desigualdades económicas.

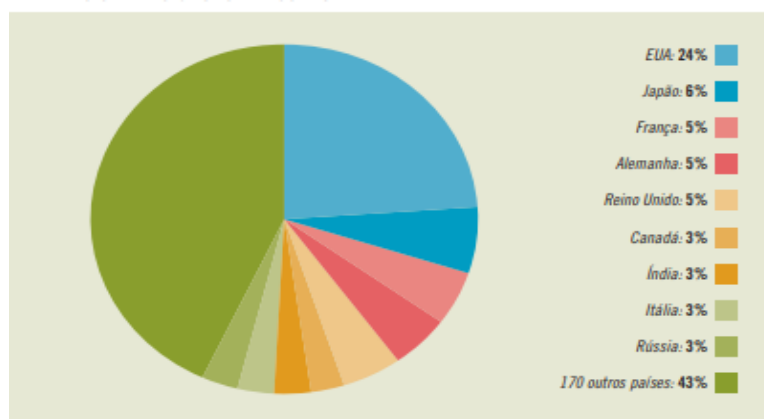
Como benefícios financeiros e sociais, estas instituições contribuem para a produção de conhecimento, oferecem *expertise* na avaliação e monitorização de projetos, facilitando a transferência de técnicas para países em desenvolvimento (Fernandes & Simão, 2020).

As principais representantes dessas instituições financeiras internacionais são o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que desempenham um papel central na arquitetura financeira global desde a sua criação, em 1944, na Conferência de Bretton Woods, nos Estados Unidos. Além dessas duas entidades, conhecidas como as instituições de Bretton Woods, existem diversos bancos regionais de desenvolvimento, como o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), o Banco Inter-Americano e o Banco Africano de Desenvolvimento, e em geral, estes bancos regionais procuram seguir as políticas do banco principal (o Grupo Banco Mundial), especialmente no que concerne a questões relacionadas à sustentabilidade ambiental (BM, 2017).

O Grupo Banco Mundial permanece como a instituição multilateral de desenvolvimento mais influente, o pioneiro na adoção de políticas de proteção ambiental e proteção de grupos vulneráveis (como povos indígenas), atribuindo uma extrema importância à sua experiência na promoção do desenvolvimento sustentável, relevante para todas as instituições financeiras internacionais. Contudo, e de acordo com o gráfico seguinte, a distribuição de votos por países, relativamente ao processo de tomadas de decisões para financiamentos, pelo Grupo do Banco

Mundial (BM, 2021) é dividida de forma tendenciosa ao pender de forma visível, para os aliados norte-americanos e no seguimento da composição da ONU.

Gráfico 1: Distribuição de votos na corporação financeira internacional do Grupo Banco Mundial



Fonte: Site World Bank, 2008

No que à governação diz respeito, o Grupo Banco Mundial e o FMI funcionam de forma fundamentalmente diferente das Nações Unidas: enquanto na Assembleia-Geral das Nações Unidas cada país tem um voto igual, no Banco Mundial e no FMI, o peso dos votos dos países é proporcional às suas contribuições financeiras para essas instituições, o que significa que os países mais ricos, como os Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Reino Unido, exercem uma liderança significativa nestas instituições financeiras internacionais. Em contrapartida, os países mais pobres, que são a razão efetiva destas instituições existirem, exercem uma influência limitada nas suas decisões, contrariando as afirmações da ex-Presidente da Argentina: "A participação efetiva dos países em desenvolvimento nas decisões das instituições multilaterais é fundamental para promover um sistema global mais justo e equitativo." (Kirchner¹, 2016)

Autoras como Maria Lima e Marianna Albuquerque (2021) discutem e destacam que as instituições multilaterais, como a ONU são muito importantes na governação global, pela cooperação internacional e na tentativa de resolução de problemas globais, ou seja, enfrentam muitos desafios e limitações na sua atuação, como a falta de legitimidade, a burocratização e a

¹ Cristina Fernández de Kirchner, ex-Presidente da Argentina

resistência de países mais poderosos².

Nos anos 2000, o cenário internacional enfrentou novos desafios que afetaram o multilateralismo político, traduzidos em mudanças significativas na economia global e geopolítica, com o deslocamento do centro de poder do Atlântico Norte para o Leste Asiático, juntamente com a crise econômica global de 2008 e a subsequente recessão, contribuíram para enfraquecer a coligação liberal e permitiu um aumento no protecionismo econômico, nacionalismo e tensões geopolíticas (Lima & Albuquerque, 2021).

Contudo, também influenciou a emergência de novos atores ou a crescente interdependência entre os países, ao promover a necessidade de repensar a governação global e o fortalecimento das instituições multilaterais para conseguirem fazer frente a tais desafios, tornando impreterível o fortalecimento da participação da sociedade civil nestas instituições, com a tomada de decisões, como medidas que visam o incentivo à cooperação Sul-Sul, a promoção da transparência e a responsabilização dessas instituições na procura por soluções inovadoras e flexíveis para os problemas globais existentes.

Estas mudanças também tiveram impacto no âmbito doméstico, com a ascensão de governos de direita e extrema-direita em países desenvolvidos e em regiões geopolíticas do Sul, governos que frequentemente adotam uma postura negacionista e desvalorizam o multilateralismo. A instabilidade e incerteza na economia política internacional intensificaram a demanda por reformas nas instituições internacionais e as instituições são frequentemente vistas como incapazes de oferecer soluções adequadas para os desafios contemporâneos (Lima & Albuquerque, 2020).

“As organizações internacionais foram criadas para manutenção do equilíbrio no sistema internacional, procurando evitar a possibilidade de um Estado se sobrepor aos demais e impor suas vontades de forma a infringir a soberania de outro Estado.” (Oliveira Júnior, 2005)

A insatisfação com organizações como a ONU deriva, em nossa análise, das inadequadas estruturas institucionais liberais ocidentais, construídas no pós-Segunda Guerra Mundial, para lidar com a mudança no equilíbrio global de poder, com o surgimento da China e de novos polos de influência, com uma maior diversidade em termos de identidades e orientações políticas.

Estes países poderosos muitas vezes são considerados atores essenciais no cenário mundial, ao desempenharem papéis de liderança e influência das dinâmicas geopolíticas em

² De acordo com o referenciado no Relatório sobre a UE e a defesa do multilateralismo

diversos níveis. Exemplos clássicos de países mais empoderados incluem E.U.A., China, Rússia, União Europeia e outros membros do Conselho de Segurança da ONU, que têm a capacidade de moldar a política global e desempenhar um papel central nas principais negociações internacionais.

A fundação da ONU em 24 de outubro de 1945, com o objetivo de promover a paz e a cooperação entre nações, baseados os seus princípios na Carta, que enfatizou valores humanistas e a busca por uma melhor qualidade de vida, sugerindo uma estruturação da paz através do desenvolvimento económico e bem-estar social, durante as décadas seguintes, a organização desempenhou um papel preponderante na promoção da harmonia mundial em momentos históricos, como ao longo da Guerra Fria e nos processos de descolonização (Lima, 2010). No entanto, nas décadas de 1980 e 1990, a organização viu o seu papel reduzido em questões socioeconómicas, muito devido ao foco crescente das questões económicas. A partir dos anos 2000, a ONU recuperou o seu papel de líder no desenvolvimento, ao promover e introduzir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs), com base na Declaração do Milénio de 2000, objetivos direcionavam o seu foco na redução da pobreza e da fome, sendo monitorados com metas específicas (Maia & Leite, 2022).

Com a apresentação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em 2015 e como parte integrante da Agenda 2030, com 17 categorias e 169 metas relacionadas a fatores sociais, económicos e ambientais, estes foram adotados por 193 Estados-membros e requerem uma parceria global para a sua implementação.

Referindo a abordagem institucionalista das relações internacionais, que destaca a importância das instituições e de regras na determinação dos resultados económico e sociais, e assim sendo, têm um papel fundamental na criação e no fortalecimento de instituições nacionais que promovam a sustentabilidade. (Hall, P. A. & Taylor, R., 2003): por outras palavras, as Instituições multilaterais de desenvolvimento desempenham um papel essencial na promoção da sustentabilidade a nível global. Primeiramente e como instituições de referência e protagonismo mundial, devemos referir a criação do FMI e do Banco Mundial, criados em conjunto com o Fundo em Bretton Woods, cuja atuação nas suas primeiras décadas de existência concentrou-se no financiamento de projetos de infraestruturas (energia e transporte, por exemplo), têm como objetivo central promover o crescimento económico e o desenvolvimento social dos seus países membros (Almeida, 2005).

Uma das suas principais contribuições é a provisão de financiamento para projetos de desenvolvimento sustentável, ao disponibilizar empréstimos e assistência técnica a governos

nacionais, para promoção de investimentos em setores como infraestruturas, energia limpa, agricultura sustentável, saneamento básico e em outras áreas, relacionadas com a sustentabilidade. Para além de financiamento, promovem padrões e normas internacionais que visam a sustentabilidade, ao estabelecer diretrizes e critérios na implementação de projetos e programas de desenvolvimento, levando em consideração aspetos nos âmbitos sociais, ambientais e económicos (Agreement-on-the-New-Development-Bank [NBD], 2015), mas por forma a evitar possíveis danos e antecipando potenciais impactos sociais e ambientais, tema no qual nos debruçaremos um pouco mais à frente (NBD, 2017).

Uma outra contribuição relevante é o fornecimento de conhecimento e capacitação técnica, pois as instituições multilaterais investem na geração de conhecimento e na disseminação de melhores práticas relacionadas com o desenvolvimento sustentável, ao promoverem pesquisas, estudos e relatórios acerca de questões ambientais, mudanças climáticas, desenvolvimento social e económico, ao facilitar a troca de experiências e a aprendizagem entre os seus países membros (NBD, 2015).

Consideramos importante reconhecer que estas instituições também enfrentam desafios na promoção da sustentabilidade: pela divergência de interesses entre os membros, da burocracia, da falta de agilidade na tomada de decisões e dificuldades de coordenação, que efetivamente podem prejudicar a sua eficácia (EUCED, 2022). Além disso, tem sido levantada a crítica à sua influência na formulação de políticas económicas e sociais dos seus próprios membros por alguns grupos, que destacam a necessidade de garantir a participação e a representatividade de todas as partes interessadas, especialmente dos países em vias de desenvolvimento, nas decisões e processos de tomada de decisão dessas instituições, o que tem sido uma preocupação recorrente.

Num artigo da Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD (2022), numa edição redigida por um Grupo de trabalho/parceria entre a AICEP Portugal Global e o GPEARl do Ministério das Finanças, que promove a participação dos agentes nacionais no mercado das multilaterais, podemos verificar informações no âmbito da representatividade e da importância das instituições multilaterais, "as decisões económicas globais não podem ser tomadas apenas por um pequeno grupo de países desenvolvidos. A participação dos países em desenvolvimento é fundamental para garantir a legitimidade e a eficácia das instituições multilaterais." (Singh, 2013)

Sendo a representatividade um princípio fundamental em democracias e em diversos contextos sociais, políticos e institucionais, esta existe para que haja inclusão e igualdade,

legitimidade, diversidade de perspectivas, a fim de evitar o abuso de poder, antes ser um incentivo à participação dos cidadãos, na construção de consenso, visando a redução de conflitos e permitindo que as políticas e decisões considerem as necessidades de longo prazo das comunidades e do meio ambiente, promovendo também um desenvolvimento mais sustentável.

De forma resumida, destacamos a importância de garantir uma voz mais significativa e uma representação mais equitativa dos países em desenvolvimento nas instituições multilaterais, a fim de promover uma governação global mais inclusiva e interventiva.

Tradicionalmente, os bancos de desenvolvimento focam-se em projetos de longa duração e alta complexidade, abrangendo áreas como infraestruturas, inovação tecnológica, apoio a micro, pequenas e médias empresas, micro-crédito, e projetos económica, social e ambientalmente responsáveis, e essa orientação coincide com a abordagem novo-keynesiana (Luna-Martinez e Vicente, 2012), que destaca a importância dessas instituições em setores que envolvem prazos estendidos e informações específicas; sob a perspetiva pós-keynesiana, a presença de bancos de desenvolvimento também é justificada pela incerteza, em situações de crises imprevisíveis, intensificada a escassez de crédito nos bancos, que torna crucial o papel de entidades habilitadas para o fornecimento de crédito àqueles que procuram oportunidades e gerar benefícios para a economia como um todo; durante estes períodos, os bancos de desenvolvimento devem adotar uma postura anticíclica, conforme observado na crise de 2008 (Luna-Martinez e Vicente, 2012).

Também os Bancos de Desenvolvimento (BDs) desempenham um papel significativo no contexto internacional, e podem ser classificados em diferentes categorias, incluindo subnacionais, nacionais, regionais, sub-regionais e multilaterais. Os BDs subnacionais frequentemente limitam-se a áreas geográficas específicas, no apoio a micro e pequenas empresas; os nacionais que, tal como o nome indica, operam numa escala nacional, enquanto os regionais e sub-regionais têm parâmetros predefinidos como critérios geográficos ou religiosos, para selecionar mutuários, com uma atuação a nível ou escala mais global (Marodon, 2020).

Os BMDs funcionam como intermediários financeiros internacionais, orientam recursos financeiros de fontes privadas ou oficiais, para o financiamento de projetos com alto retorno socioeconómico e com custos competitivos. Deveremos assim indicar que o seu objetivo não será maximizar lucros, como os comuns bancos comerciais, antes a promoção de um crescimento económico mais equitativo e facilitação do acesso ao mercado de crédito

internacional, mais direcionados ao financiamento de projetos de médio e longo prazo dos Estados-membros (Costa, Gonzalez e Almeida, 2014). Também têm, cada um deles, as suas próprias regras de direção e prioridades operacionais, e as suas principais funções incluem a mobilização de recursos financeiros, apoio a instituições através de transferência de informações e fornecimento de bens públicos, alinhadas com a ideia de desenvolvimento sustentável (Costa, Gonzalez e Almeida, 2014).

Apesar das melhorias nos incentivos e impactos fornecidos pelos BDs, visando a sustentabilidade socioambiental, ainda nos faltam indicadores de desempenho de qualidade e, geralmente, as análises concentram-se nos resultados diretos - como o volume de recursos disponibilizados, contudo não refletem na integra, o valor agregado, ou seja, são necessários indicadores mais abrangentes para avaliar o impacto das atividades dos BDs (Riaño et al., 2020).

Em suma, podemos afirmar que os Bancos de Desenvolvimento desempenham um papel crucial na promoção da sustentabilidade e no financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao redirecionar recursos privados e ao fornecer conhecimentos avançados; contudo, para a conquista efetiva da Agenda 2030, é essencial que estas instituições alinhem as suas estratégias e as suas políticas com os ODS, e desenvolvam métodos consistentes de avaliação e acompanhamento do seu impacto na sustentabilidade socioambiental.

O Overseas Development Institute (ODI) destaca a importância dos BMDs no financiamento do desenvolvimento sustentável e na disseminação de conhecimentos avançados e a ONU incentiva as instituições multilaterais a adaptar as suas operações sempre, com o intuito de apoiar a agenda de desenvolvimento sustentável proposta (ODI, 2015).

A emergência de novos bancos de desenvolvimento, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (NBD), tem sido explicada por Stuenkel como “desvios internacionais horizontais” ou uma possível formação de uma Ordem paralela ao sistema, liderado por instituições multilaterais tradicionais, como o Banco Mundial e o FMI.

Na análise do texto de Castro (2012), que explora as ideias de Kondratieff acerca das ondas de longo prazo e a sua conexão com a distribuição de poder global, este autor identificou ciclos económicos duradouros, com fases de expansão seguidas de declínio, ligados a investimentos em tecnologia e infraestruturas, que afetam a dinâmica do poder entre as nações, com a emergência e declínio de potências. Estes ciclos que, para além de moldarem a economia,

também influenciam as RI, podendo mesmo originar crises e transformações de ordem mundial.

A análise do modelo de liderança mundial de Modelski, que corrobora com esta visão, destaca como as economias centrais experimentam ascensões e quedas, interferindo com o equilíbrio global de poder, e tanto a teoria de Kondratieff sobre ondas de longo prazo, como o trabalho de Modelski demonstram como a dinâmica económica afeta a distribuição de poder no cenário internacional.

Novas Instituições de desenvolvimento foram estabelecidas por países com economias emergentes e em desenvolvimento, visando serem consideradas alternativas às instituições já existentes, cujo objetivo é promover um maior equilíbrio de poder e uma maior representatividade, em termos de decisões interligadas ao desenvolvimento global, proporcionar uma maior intervenção e influência desses países em franco desenvolvimento e que, historicamente, têm sido sub-representados nessas instituições internacionais já existentes.

Estas iniciativas também e em parte, surgiram como uma resposta à percepção de que as instituições multilaterais tradicionais não conseguiram devidamente ajustar-se às mudanças no panorama económico e político global, por não abordarem as necessidades específicas de forma suficiente e global. No entanto, a criação destas novas instituições financeiras de desenvolvimento não implica, obrigatoriamente, uma ordem paralela ou um pleno desvio ao sistema existente, ainda que possam representar uma mudança na arquitetura financeira internacional, pois estas instituições ainda cooperam e interagem em vários níveis com as instituições multilaterais tradicionais (Stuenkel, 2017).

“Seria, portanto, errado presumir que as novas instituições – desde o BAI ao NBD – articularão ou promoverão quaisquer normas fundamentalmente novas segundo as quais os assuntos internacionais deveriam ser organizados num mundo pós-ocidental. Pelo contrário, pois ao criar instituições e ao liderá-las, a China parece imitar a política dos E.U.A. – auferir os privilégios de liderança na construção e gestão de instituições multilaterais e Pequim parece defender que estes privilégios podem permitir-lhe ocasionalmente quebrar as regras.” (Stuenkel, 2016)

A colaboração entre estas instituições e as instituições multilaterais tradicionais consiste, essencialmente, na procura por um desenvolvimento global equitativo e sustentável (Maia & Leite, 2022).

Na opinião de Oliver Stuenkel, nos últimos anos e a título de exemplo, o governo chinês, em conjunto com outras potências em ascensão, empenhou-se na criação de instituições internacionais e de uma forma sem precedentes, como o estabelecimento, entre outros, do AIIB

e do NBD, com o intuito de prestar serviços semelhantemente às instituições já existentes - como o Banco Mundial, o que veio a alterar profundamente o panorama da governação global. Toda a literatura existente debate essencialmente que tal ativismo demonstra que a China e outras potências em ascensão, estão a adotar posições (ou até mesmo a confrontar) a Ordem mundial atual, liderada pelo Ocidente. Na opinião de Stuenkel, a discussão falha em capturar uma realidade mais complexa, e o conceito de desvios institucionais internacionais (IIB), pelo estabelecimento de estruturas complementares ou paralelas às existentes, que raramente desafiam de forma frontal ou promovem a interrupção na sua relação, defendendo que representam uma ampla gama de atores que pretende na nova instituição dominante, pois o desenvolvimento inevitavelmente confere um poder político significativo. Este conceito de *bypass* institucional internacional (IIB) poderá ser útil para pensarmos o empreendedorismo das potências emergentes, de forma mais aprimorada, ao evitar a abordagem simplista, que apenas oferece as opções mais radicais de integração versus rutura de relações (Stuenkel, 2017).

De certa forma, este conceito capta indiretamente a dimensão política, ao indicar que pode haver alguma competição institucional através da forma como o desvio interage com a instituição dominante, e caso funcione melhor, poderá até mesmo representar uma ameaça à sua existência em algum momento, e ajudar a obter uma melhor compreensão do complexo empreendedorismo institucional da China e das suas decisões, ao apoiar simultaneamente os processos de reforma nas instituições existentes e estabelecer novas instituições, o que propõe a procura de alternativas para superação das disfunções evidentes nas instituições dominantes, através da criação de IIBs (Stuenkel, 2017).

Para além do âmbito dos processos sociais (socialização) e da concorrência material, a política também se inclina ao desenvolvimento no âmbito da interação interestatal, com a construção de identidade. Ikenberry (2011), como proeminente internacionalista liberal, propôs esta questão publicamente e muitos estudiosos da mentalidade política seguiram o seu exemplo, ao questionar se a China, se se tornar a principal economia do mundo, procurará encerrar três séculos de hegemonia global ocidental.

Na opinião de Ikenberry, pode ser mais simples para a China integrar-se na atual ordem, que ele descreve como “fácil de aderir e difícil de derrubar” (pois mesmo que a China e a Rússia tentem contestar os termos mais basilares da atual Ordem global, a “aventura será assustadora e autodestrutiva”), já que (o que o autor defende) o sistema ao ser compacto, abrangente e amplamente respaldado em regras e instituições, enraizado e fortalecido pela democracia e pelo capitalismo, estabelece uma base de cooperação e autoridade partilhada como o atual sistema

global liderado pelos E.U.A., em que as instituições que foram baseadas em torno de regras e normas de não discriminação e abertura de mercado, oferecem uma baixa barreira à participação económica e potenciais altos benefícios.

No entanto, o ponto-chave é que, ao fazer uso ativo das instituições para promoção do desenvolvimento do *status* de potência global do país, este deve trabalhar dentro da ordem, e não fora dela, e assim, nenhum grande Estado pode atualizar-se sem integração no sistema capitalista globalizado (Ikenberry, 2008).

A contrastar com esta ideologia encontramos John Mearsheimer, um relevante estudioso realista da Universidade de Chicago, que prevê que a ascensão da China será perturbadora e que mostrará pouca inclinação para manter as estruturas estabelecidas pelos E.U.A.; “...o seu próprio conjunto distinto de regras, instituições e moedas de poder, rejeitando princípios-chave do internacionalismo liberal e particularmente qualquer noção de sociedade civil global sociedade que justifique uma intervenção política ou militar”. (Mearsheimer, 2014)

Potências em ascensão como a China poderiam estabelecer um sistema paralelo com o “seu próprio conjunto distinto de regras, instituições e moedas de poder, rejeitando princípios-chave do internacionalismo liberal e particularmente qualquer noção de sociedade civil global sociedade que justifique uma intervenção política ou militar”, como desenvolvido por Barma, Ratner e Weber. Mas não são apenas contra os E.U.A. (que desempenham um papel de liderança em várias instituições internacionais, como as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional, a NATO e a OMC, ou seja, a nível político e económico), mas também lidar com a ordem liderada por estados liberais, capitalistas e democráticos, globalmente organizada e que representam uma posição seguramente defensiva e protegida, muitas vezes até mesmo num contexto militar, constituído por uma rede de alianças, investidas geopolíticas, instituições, estados clientes e parcerias democráticas (Stuenkel, 2017).

No entanto, o que pretendemos ressaltar é que a ordem mundial é um conceito em constante evolução, sujeito a mudanças e realinhamentos ao longo do tempo, e que se tornou imperativo considerar outras potências, como a China e a Rússia, que têm procurado ampliar a sua influência geopolítica e económica, ao fazer frente à hegemonia dos Estados Unidos, ao “tocar” no equilíbrio de poder no sistema internacional, com possíveis alterações e negociações constantes entre os diferentes atores globais. Assim, podemos verificar que a China e os seus esforços na dimensão política, também têm como objetivo o fornecimento de melhores bens públicos globais e fortalecer a sua autonomia estratégica (Stuenkel, 2017).

Um artigo publicado por um grupo de trabalho refere que os fluxos de financiamento

ao desenvolvimento são, de forma imediata associados às organizações internacionais multilaterais, como bancos de desenvolvimento, a instituições financeiras internacionais, à União Europeia ou Nações Unidas - organizações que são as principais promotoras do desenvolvimento global. Para além destas, a sociedade civil, especialmente as organizações não governamentais de desenvolvimento (ONGDs), também desempenham um papel fundamental na promoção do progresso como seu objetivo principal.

“É animador ver a reação positiva dos investidores a este título ODS emitido pelo NBD, o qual marca a primeira instância global de um banco de desenvolvimento multilateral colocando os Padrões Financeiros ODS do PNUD à prova [...] O entusiasmo do mercado de capitais demonstra o papel importante que o NBD pode desempenhar na alavancagem de financiamento para apoiar a concretização dos ODS. Estamos entusiasmados por nos juntarmos ao NBD, dando este primeiro passo para fornecer lições e evidências de que investir nos ODS pode gerar retorno econômico, bem como benefícios sociais e ambientais.” (Trankmann, 2021)

Como resolução destes problemas, é fundamental admitir a urgência da mudança global e encontrar formas de direcionar e incentivar investimentos em sustentabilidade. Os BDs, de acordo com Marodon (2020), estão bem posicionados para intermediar e redirecionar recursos privados, pela sua ampla experiência nos setores em que atuam e pelo conhecimento adquirido, representando uma ferramenta poderosa para esta mediação. Financiar os ODS obriga a uma reestruturação do cenário financeiro internacional, e os BDs desempenham um papel essencial durante a fase inicial da transição económica, até à abrangência dos interesses socioeconómicos do setor privado; nos últimos anos, setores como a infraestrutura sustentável, a energia renovável e a inovação têm sido alvos de investimento por parte dos BDs nacionais e subnacionais (Maia & Leite, 2022).

As vantagens das organizações multilaterais em conectar necessidades e recursos são o acesso ao financiamento, com condições e termos competitivos, incluindo concessões para países mais pobres e vulneráveis, com longas maturidades que viabilizam projetos de infraestruturas, pela possibilidade de obter financiamento em moeda local, permitindo uma capacidade de atuar contra ciclicamente quando necessário, e com a mobilização de outras fontes de financiamento, sejam públicas ou privadas, para alavancar os recursos disponíveis - incluindo a mobilização doméstica de recursos, que faz parte da "*agenda from billions to trillions*", pelo seu desempenho como agentes mitigadores de riscos, regulatórios, creditícios, políticos ou cambiais, com o apoio na elaboração de projetos e capacitação de recursos humanos e institucionais locais, ao promover a disseminação de conhecimento e promoção de bens públicos globais (proteção do clima, biodiversidade e igualdade de género) (Stuenkel, 2017).

Tais organizações atuam como intermediários imparciais, para o diálogo de políticas e promoção de projetos regionais, ao contribuir para a melhoria do ambiente de negócios em geral. Segundo Stuenkel, as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas no acesso ao financiamento multilateral incluem a falta de informação acerca dos instrumentos disponíveis, a dificuldade em identificar os interlocutores, a complexidade do processo, principalmente os projetos de grande dimensão, e a morosidade na aprovação.

Os bancos de desenvolvimento, de acordo com Luna-Martinez e Vicente (2012), têm a legalidade de alcançar objetivos socioeconômicos numa região, setor ou segmento de mercado específicos. Para países emergentes como o Brasil, estas instituições representam a principal fonte de financiamento de longo prazo para infraestruturas, habitação e agricultura, espelhando os seus objetivos sociais e económicos. A discussão acerca da necessidade de existência destes bancos de desenvolvimento envolve teorias que abordam questões como a repressão financeira e o racionamento de crédito, por apoiantes da hipótese de mercados eficientes, flexibilidade de preços e informação completa dos agentes (Barcelos, 2019), enquanto defensores dessas instituições, especialmente sob a perspectiva novo-keynesiana, apontam falhas de mercado, como informação incorreta, que justificam a presença de um banco público de financiamento. O Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) do Brasil é um exemplo histórico que se encaixa nesse paradigma, ao surgir com o intuito de lidar com a necessidade de longos prazos para o financiamento de setores específicos (Barcelos, 2019).

Já o desenvolvimento económico avalia o padrão de vida, com base em indicadores de qualidade - como acesso à educação, à saúde, ao lazer, a uma alimentação adequada e à longevidade. Como um conceito multidisciplinar, abrange aspetos económicos, ambientais, políticos e sociais (Rodrigues, 2015). As teorias de crescimento económico geralmente procuram apresentar soluções de curto prazo, em prol da instabilidade capitalista, enquanto o desenvolvimento económico é focado no longo prazo e almeja melhorar a distribuição de rendimentos e erradicar a pobreza.

Referenciamos ainda o “Multilateralismo Competitivo”, ou um cenário internacional com várias potências ou atores globais, que procuram promover os seus próprios interesses e objetivos, através de múltiplas instituições internacionais e iniciativas multilaterais, e neste contexto, as potências competem para o estabelecimento das suas próprias instituições e mecanismos, muitas vezes em contraposição às instituições já existentes, lideradas por outras potências. No multilateralismo competitivo, os atores podem criar instituições paralelas ou alternativas às já estabelecidas, para promoção das suas agendas e ampliação da sua influência,

o que poderá ocorrer quando estes atores percebem que as instituições existentes não refletem adequadamente os seus interesses ou quando pretendem questionar a ordem global, ainda dominada por outras potências (Stuenkel, 2017).

Como exemplo concreto do que estamos a explicar, a criação de várias organizações não centralizadas permitirá à China adotar a sua própria marca de multilateralismo competitivo, ao escolher estruturas flexíveis, de acordo com os seus interesses nacionais (Stuenkel, 2018). Assim, está a institucionalizar lentamente o seu próprio excepcionalismo, expandir a sua autonomia política e a tornar-se cada vez mais imune às ameaças ocidentais de exclusão. Até agora, o Fórum BRICS tem tido dificuldade em articular um projeto comum (na reforma do Conselho de Segurança ou na seleção do diretor do FMI, entre outros), face às potências ocidentais (Aguiar, 2018). Ao longo da história, as grandes potências sempre procuraram estabelecer e consolidar o seu poder (temporariamente) superior nas organizações e nos regulamentos internacionais, tornando a mobilidade social internacional mais difícil de alcançar.

À medida que o mundo entra num período de renovada concorrência geopolítica - em que os países estão a competir mais intensamente entre si em questões de relevância global, como mudanças no equilíbrio de poder, disputas por recursos naturais, desentendimentos ideológicos ou conflitos territoriais e fronteiriços, estamos a vivenciar um período em que a competição e a rivalidade entre as nações estão intensificadas, muitas vezes devido a interesses estratégicos e conflitos com impacto na política internacional, o sistema multilateral enfrenta desafios de adaptabilidade e, tanto governos como instituições, reconhecem que as circunstâncias estão em evolução e que também o multilateralismo precisa de passar por mudanças, não alcançando ainda consenso acerca da melhor abordagem a seguir, se considerarmos que a geopolítica se refere à política e às dinâmicas de poder, aos discursos e práticas relacionados com a aquisição, uso e exercício do poder, relações de poder e estrutura do poder, em função de e num determinado espaço, sempre lembrando os princípios e elementos geográficos presentes, quer a nível mais local ou numa escala mais ampla, se considerarmos uma região ou o mundo no seu conjunto, “propositadamente ampla, abrangente e inclusiva”, mais vasta do que a geoeconomia (Tomé, 2014).

A investigação das dinâmicas que moldam o futuro da ordem multilateral tem como objetivo auxiliar os principais governos a esboçar um caminho, tanto para si próprios quanto para as principais instituições internacionais, a fim de encontrar um equilíbrio entre a adaptação às realidades da política das grandes potências e a preservação da capacidade do sistema atual

de promover a ação coletiva e proteger valores fundamentais, embora de forma imperfeita. (Jones, Feltman & Moreland, 2019)

Um exemplo notável de multilateralismo competitivo é a criação do AIIB pela China, já referido anteriormente: com esta instituição a China procurou criar uma instituição em que permitisse mais influência e que refletisse as suas prioridades, como o financiamento de projetos de infraestruturas no continente asiático.

O multilateralismo competitivo pode ser visto como uma forma de desafiar o *status quo* e diversificar as opções disponíveis no sistema internacional. Contudo, também pode levar a rivalidades e a tensões entre potências, à medida que competem pela liderança e influência nas diferentes áreas e âmbitos globais, o que pode resultar na fragmentação do sistema internacional, com instituições e abordagens divergentes coexistindo e, possivelmente, minando a coesão e eficácia do multilateralismo tradicional (Stuenkel, 2017).

“[...] Na tradição pluralista, a fragmentação da sociedade em grupos competitivos é a analogia política para a competição no mercado na economia clássica. Assim como a eficiência económica se deriva de um mercado aberto e competitivo, se pressupõe que o interesse público é melhor servido quando as políticas públicas emergem da competição de um largo número de interesses políticos.” (Dahal in Fonte, 2002)

1.3. Análise Institucionalista

As principais ideias do pensamento institucionalista, que têm raízes na tradição de pensadores como Veblen, Commons e Mitchell, podem ser sintetizadas em quatro pontos principais (Conceição, 2002, pp. 614):

1) a visão dinâmica da Economia, que permite que os institucionalistas encarem a economia como um processo contínuo - o que leva a uma desconfiança em relação às hipóteses ortodoxas que sugerem a existência de um campo mais amplo de economia positiva, independente de tempo, lugar e circunstâncias; 2) com interações complexas, pois enfatizam que as interações significativas entre as instituições, a tecnologia e os valores, desempenham um papel fundamental no funcionamento da economia; 3) uma crítica à abordagem ortodoxa, já que os institucionalistas criticam a abordagem económica por ser dedutiva, estática e abstrata, ao argumentarem que esta não capta adequadamente a realidade económica em toda a sua complexidade e 4), pelos aspetos ignorados pela Ortodoxia – os institucionalistas destacam a

frequência de aspetos negligenciados pela ortodoxia, como a importância de trabalhos empíricos e teóricos de estudiosos de outras disciplinas, a influência de grupos de interesses e conflitos, a mudança tecnológica e a impossibilidade de considerar a economia como um "*campo de ciência positiva*" por causa da vontade humana e falta de constantes, como aquelas presentes em outras ciências (Fernandes & Simão, 2020).

Marshall (1993) também destaca a importância do contexto histórico na formulação de ideias e políticas económicas, e reconhece as limitações da abordagem predominante em lidar com essas questões mais complexas. Já Samuels (1995), refere uma outra área de interesse para os institucionalistas, relacionada à organização e regulação da economia, que constitui como um sistema mais amplo e complexo do que simplesmente o mercado, o que significa que os institucionalistas demonstram preocupação com aspetos suplementares (como a distribuição de poder na sociedade, com os mercados), uma vez que são considerados "complexos institucionais", que operam e interagem com outros sistemas institucionais, com o desenvolvimento de conhecimento (ou do processo que leva ao conhecimento), numa sociedade caracterizada pela incerteza em relação ao futuro, e pela determinação da alocação de recursos, o nível de rendimento total ou da distribuição de rendimentos, como estes fatores são organizados e controlados — aspetos também formados pela cultura predominante.

"Alguns institucionalistas consideram a sua abordagem (Samuels, 1995) como mutuamente exclusiva com o neoclassicismo, enquanto outros, consideram institucionalismo e neoclassicismo como suplementares. Alguns institucionalistas consideram sua abordagem como mutuamente exclusiva com o marxismo, enquanto outros, consideram institucionalismo e marxismo como tendo significativas áreas de justaposição. Há considerável diversidade dentro da economia institucional. Tal heterogeneidade não é patológica. É sinal de riqueza e fertilidade". (Conceição, 2002, pp. 615)

O institucionalismo liberal, como abordagem teórica das RI, concentra-se na importância das instituições internacionais em termos de governação global, sendo Robert Keohane um dos principais teóricos. As suas contribuições foram capitais para o desenvolvimento desta teoria, ao defender que as instituições internacionais são muito relevantes para a cooperação e resolução de conflitos entre os Estados, pois facilitam a coordenação de ações, aumentam a transparência, diminuem a incerteza e fornecem canais de comunicação, ao enfatizar que as instituições podem promover a mudança comportamental quando originam incentivos em conformidade com as regras e normas estabelecidas (Keohane, 1996).

Keohane também defende a ideia de que as instituições internacionais não são neutras

ou imparciais, antes refletem os interesses e o poder dos Estados que as criam e onde também participam; por outras palavras, que a capacidade de governar as relações internacionais dessas instituições é limitada pelos interesses e poder dos Estados, podem ter efeitos distributivos e até mesmo beneficiar alguns Estados em detrimento de outros, com a análise predominante da distribuição de poder e de recursos dentro das instituições, para a compreensão do seu funcionamento e benefícios da sua existência - são dinâmicas evolutivas a longo do tempo, de acordo com as solicitações dos Estados e as mudanças nas relações de poder, tornando importante a sua flexibilidade e capacidade de adaptação, visando manter a sua relevância e eficácia.

Juntamente com Joseph Nye, Keohane é coautor do livro "*Power and Interdependence*" (1977), considerado um marco na teoria das relações internacionais. Nessa obra, os autores desafiam a visão tradicional do poder como mero domínio militar ou económico, argumentando que as RI são caracterizadas por uma interdependência complexa, onde as instituições internacionais desempenham um papel decisivo na administração dessa interdependência.

O institucionalismo liberal enfatiza a importância das instituições internacionais na promoção da cooperação entre os Estados, pela capacidade de moldar as preferências e os comportamentos dos atores internacionais, no estabelecimento de regras, normas e procedimentos que governam as interações entre os Estados (Keohane, 1996).

Segundo o autor, também contribuem na redução da incerteza e na facilitação da resolução de problemas coletivos, ao argumentar que podem fornecer um ambiente previsível e estável para a sua interação, ao criar incentivos para a cooperação e a negociação, mesmo em situações de conflito de interesses; destaca a importância do regime internacional na governação global e defende que os regimes são “arranjos institucionais específicos” que regulam áreas como o comércio, o meio ambiente e a segurança, na coordenação de políticas e na resolução de problemas globais, permitindo que os Estados alcancem resultados mutuamente vantajosos.

As teorias académicas relacionadas com as transições de poder aguardavam que o tipo de crescimento económico que produz o aumento do poder, acabaria por conduzir a exigências de revisionismo político, sendo apenas resolvidas pela força: potências revisionistas ou potências em ascensão que, tal como os seus antecessores em séculos anteriores, certamente entrariam em guerra pela tentativa de obtenção de benefícios económicos globais, numa luta pelo legítimo estatuto de grande potência ou até mesmo de hegemonia (Keohane, 1977).

O novo institucionalismo, enquanto abordagem teórica, reconhece a visão pluralista do Estado, onde a formulação de políticas é vista como uma competição entre grupos de interesse

organizados, que procuram influenciar o processo de tomada de decisões, mesmo contestando a visão otimista do pluralismo - que sugere que políticas baseadas na competição de diversos interesses políticos beneficiam o interesse público, e que a visão pessimista da teoria da escolha racional gera resultados negativos para a sociedade, quando é promovido o comportamento individualista (Maia & Leite, 2022). Esta abordagem salienta que o contexto institucional influencia a forma como as preferências individuais se traduzem em resultados sociais, ou seja, embora a abordagem mantenha os princípios do individualismo metodológico e da maximização racional de utilidades da teoria da escolha racional, destaca a importância das estruturas institucionais na determinação dos resultados.

É importante no contexto atual da economia política, porque questiona o papel dinâmico atribuído ao mercado nas últimas décadas, introduz novas justificativas para a credibilidade na intervenção do Estado, e a reintrodução de estruturas e instituições ao debate, ajuda a explicar o porquê das suas pretensões, por que soluções baseadas no livre mercado não podem ser seguras, já que os mercados também são instituições (Fonte, 2002). Assim, o novo institucionalismo reintroduz o Estado e demonstra que "nem o Estado, nem o mercado são em si a melhor forma para se organizar o fornecimento de bens e serviços" (Toye, 1995). A sua relevância para o estudo do desenvolvimento está relacionada ao facto de que afirma oferecer uma teoria de desenvolvimento, através de uma mudança institucional adequada.

Quando aplicado à análise de questões agrárias e políticas estatais, o novo institucionalismo enfatiza a complexidade do processo de intervenção e a necessidade de considerar diferentes respostas e resultados, ao longo da implementação de políticas, distanciando simultaneamente a importância de incorporar o contexto histórico, no qual o Estado e as suas políticas estão inseridos (Maia & Leite, 2022).

Ainda importante realçar que o novo institucionalismo destaca a influência das estruturas das instituições políticas e das normas eleitorais no comportamento político, sugerindo que “as regras que organizam estas instituições geram incentivos que moldam o comportamento dos políticos” (Fonte, 2002).

Resumidamente, a análise institucional premeia a necessidade de uma combinação de participação central e local para alterar o papel do Estado, e a criação uma nova forma de organização e ação local, realçando a importância de programas de desenvolvimento rural (que visam a criação de estruturas e organizações locais, em vez de apenas promover o aumento da produção individual), programas que podem servir como ferramentas eficientes para a promoção da mudança institucional, da criação de mecanismos de articulação social e de

regimes democráticos (Maia & Leite, 2022).

“Para os adeptos desta abordagem, os objetivos politicamente racionais de interesses privados de grupos e governantes, geralmente, levam a fins que são economicamente irracionais. Assim, sua avaliação da política se posiciona em oposição considerável à suposição pluralista de que políticas públicas sensatas poderiam resultar da articulação de interesses fragmentados na ordem política.” (Fonte, 2002)

Esta abordagem rejeita uma certa concepção simplista do mercado como "uma esfera abstrata de troca económica impessoal de bens homogêneos, através de transações voluntárias numa base justa entre um grande número de entidades autónomas, bem informadas, com motivação comportamental de maximização de lucros e capaz de entrar e sair dele livremente" (Harris-White, 1995), contrariamente aos que defendem que, na realidade a informação raramente é completa e que os indivíduos têm diferentes ideias (ou modelos mentais) acerca da forma como o mundo ao seu redor funciona.

Também o consideramos relevante para o estudo do desenvolvimento, pois permite compreender como indivíduos racionais podem utilizar instituições diferentes do mercado, para garantir níveis coletivos de bem-estar que, de outra forma, não seriam capazes de obter, pelas suas respostas aos incentivos do mercado.

Assim, o novo institucionalismo é uma abordagem teórica que destaca a importância das instituições e estruturas políticas na determinação do desenvolvimento económico e político, que desafia a visão simplista do mercado como a única solução e incentiva uma compreensão mais sólida da política e das relações de poder, na procura pelo desenvolvimento.

Nesta procura pelo desenvolvimento e interdependência, consideramos que as potências emergentes estão cada vez mais conscientes do seu estatuto, e não apenas devido à instalação de multinacionais ou pelos meios de comunicação, que criam uma certa categoria de Estados, contrariamente aos seus decisores políticos, que defendem que este estatuto está vinculado ao fator social, que a cooperação se implementa de várias formas; como por exemplo o Fórum BRICS, que apesar das suas diferenças e dificuldades, têm conseguido cooperar de diversas formas visando a revisão da ordem económica, financeira e política a nível mundial (BRICS, 2020).

É uma abordagem vital na análise das economias do “Terceiro Mundo”, onde a falência do mercado é evidente (Rewizorsky, 2018). O novo institucionalismo examina instituições, não de forma exclusivamente económica, antes destaca como podem garantir níveis coletivos de bem-estar que, apenas o mercado, não pode proporcionar (Bates, 1995). Para além disso, esse

paradigma identifica como as estruturas institucionais podem moldar o comportamento organizacional, resultando em mudanças institucionais positivas.

No caso de instituições e organizações voluntárias, como famílias ou grupos étnicos, estas desempenham um papel importante ao oferecer segurança contra algumas incertezas - o novo institucionalismo salienta a importância destas estruturas, na ausência de direitos de propriedade garantidos, pois proporcionam um ambiente para o comércio e transações. O Estado, como parte da estrutura institucional formal, desempenha um papel central na criação e preservação dos direitos de propriedade, mas suas ações podem ser influenciadas por pressões de diferentes grupos (Khan, 1995).

A teoria também analisa a implementação das políticas de desenvolvimento, assegurando que muitas vezes refletem, não apenas as propostas das elites políticas, mas também as forças do mercado ou preferências populares (Williamson, 1994). As políticas públicas são moldadas pela procura de poder por parte das elites políticas, o que pode resultar em ações deformadas e favorecimento político, visando a eficiência económica (Bates, 1995). O novo institucionalismo destaca a importância da ação coletiva para o desenvolvimento e enfatiza a necessidade de participação civil para sustentar os esforços de desenvolvimento.

2. BRICS - Constituição e História do fórum

Contudo, o nosso foco são os BRICS, o acrónimo proposto por um economista da Goldman Sachs³ ao Brasil, Rússia, Índia e China, com a posterior inclusão da África do Sul pelos próprios BRICS em 2010 (O'Neill, 2001). A Goldman Sachs chamou a atenção para este grupo de Estados, pelo seu potencial e crescimento económico, na possibilidade de se tornarem centros de investimento mundial. Iremos refletir acerca do processo pelo qual os BRICS se tornaram, não apenas em profissionais do investimento, mas também dos meios de comunicação social, dos académicos e, em última análise, dos decisores políticos, já que os BRICS são cada vez mais aceites como uma categoria de potências emergentes ou em ascensão (Thies & Nieman, 2017). Os líderes destes países iniciaram a sua parceria com a realização de cimeiras anuais desde 2009 em diferentes cidades, nos seus vários países membros. Esta coligação baseou-se em esforços institucionais anteriores entre subgrupos do grupo, como a Organização de Cooperação de Xangai, envolvendo a Rússia e a China (com a Índia como observadora), o Fórum Trilateral do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), o grupo BASIC, que inclui todos os membros, com a exceção da Rússia, e as suas interações como membros de outras organizações, como o G20.

Segundo Abdenur & Folly (2015), os debates acerca dos BRICS geralmente fazem alusão a um grupo de economias com boas perspectivas de negócios, mas que internacionalmente ocorrem muitas vezes manifestações de ceticismo acerca da sua viabilidade, pelas diferentes trajetórias históricas, interesses aparentemente distintos e estruturas produtivas diferentes. Em comum, partilham de características básicas, como a sua grande dimensão geográfica, PIB nominal acima de US\$2 triliões e uma população significativa, ao representar uma parte substancial do PIB mundial e ao abrigar metade dos pobres do planeta.

São países que têm, entre si, interações comerciais e financeiras consideráveis, enfrentam desafios decorrentes da desigualdade na distribuição das reservas de divisas e de divergências económicas; apesar das considerações acerca da posição dos BRICS no cenário global, todos são credores externos, com classificação de "*grau de investimento*" e parte relevante do G20 financeiro (Abdenur & Folly, 2015). Com o intuito de pressionar a ordem internacional por reformas nas instituições financeiras multilaterais, evidenciam preocupações

³ Jim O'Neill, da Goldman Sachs, foi o primeiro a utilizar o termo "BRICS" no relatório "*Building Better Global Economic BRICS*" (O'Neill, 2001)

pelos conflitos históricos entre alguns dos países (o que poderá colocar em questão a coesão do grupo e dificultar a procura por uma ação conjunta em questões geopolíticas) e, assim sendo, é razoável que encontremos posições otimistas e argumentos céticos, acerca da consolidação e atuação dos BRICS, como potências económicas e agentes ativos na definição de políticas globais. A virtude pode estar num ponto intermédio, se considerarmos todas as complexidades e os desafios que o grupo enfrenta.

Ao questionarmos o que devemos esperar das potências emergentes, podemos verificar que têm sido objeto de grande interesse e debate nas RI, pois o seu papel e influência no cenário global continua em evolução, embora sendo difícil prever com precisão o futuro dessas potências, podemos destacar algumas tendências e possíveis expectativas, como um crescimento económico contínuo: as potências emergentes, como o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e África do Sul, têm demonstrado um crescimento económico muito significativo nas últimas décadas e espera-se que essa tendência continue, impulsionada por fatores como o desenvolvimento de setores como os industriais e tecnológicos, um aumento do consumo interno e a expansão do comércio internacional (Gaspar, 2012).

“Sua participação do PIB global aproxima-se de 20%, e sua contribuição para o crescimento da demanda agregada mundial entre 2008 e 2009, por exemplo, foi de 63,3%, mais do dobro do que se observou entre 2000 e 2004. Entretanto, mais de 40% dessa demanda foi gerada pela China, enquanto a Índia respondeu por 12,4%⁷. Em outras palavras, os desequilíbrios não se restringem aos níveis de reservas e à participação no comércio internacional.” (Ramalho, 2013)

Pertinente também o aumento da influência política: à medida que as potências emergentes ganham poder económico e desenvolvem as suas capacidades políticas, é provável que aumentem a sua influência política em termos de cenário global, e isso pode ser manifestado através de uma maior participação em instituições internacionais, na procura por reformas nas estruturas de governação global e um maior envolvimento em questões internacionais (Lima & Albuquerque, 2021).

Simultaneamente, ocorrem desafios e atos concorrentes, face às potências estabelecidas, pois à medida que as potências emergentes ganham destaque, é possível que ocorra um aumento das tensões e concorrência com as potências estabelecidas - em áreas como comércio, segurança, tecnologia e influência geopolítica, que podem resistir ao aumento das reivindicações e ambições das potências emergentes, criando um ambiente de competição e negociação.

Os países constituintes dos BRICS estão a reconhecer, cada vez mais, a importância da sustentabilidade nas suas agendas nacionais e nas suas relações internacionais, e embora haja variações nas abordagens e progressos individuais de cada membro, ao demonstrarem um crescente compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável, dos quais gostaríamos de realçar algumas considerações em temas relevantes: **Energia e mudanças climáticas:** os BRICS têm adotado medidas para enfrentar as mudanças climáticas e na promoção da transição para uma economia de baixo carbono. Como exemplo, referenciamos a China, que tem sido líder na expansão dos seus recursos em energia renovável e na redução das emissões de carbono; o Brasil é conhecido pela sua matriz energética renovável e políticas de conservação da Amazônia, enquanto a Índia está a investir em energia solar e a expandir o acesso à eletricidade nas zonas rurais. Em suma, os BRICS também têm participado de acordos internacionais, como o Acordo de Paris, para combater as mudanças climáticas.

- **Cooperação em questões ambientais:** os BRICS têm procurado diversas formas de cooperação, como a conservação da biodiversidade e a gestão de recursos naturais, ao promover diálogos e intercâmbio de experiências, para fazer face aos desafios comuns, como a gestão da água, a preservação de ecossistemas e a proteção da fauna e flora.
- **Desenvolvimento sustentável e inclusão social:** todos os membros do fórum estão comprometidos na promoção do desenvolvimento sustentável, que beneficie não apenas o crescimento económico, mas também a inclusão social e a redução da desigualdade, com investimentos em programas sociais, de educação, saúde e em infraestruturas, visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.
- **Cooperação em pesquisa e inovação:** ao fortalecer a cooperação em pesquisa e inovação, no desenvolvimento de soluções sustentáveis, partilha de conhecimento tecnológico e científico, promoção de intercâmbio de pesquisadores e colaboração em projetos conjuntos, fundamentalmente nas áreas de energia renovável, de agricultura sustentável e das tecnologias limpas.

Embora os BRICS tenham feito significativos progressos na incorporação da sustentabilidade nas suas agendas, também enfrentam grandes desafios, como a necessidade de melhorar a gestão ambiental, diminuir os níveis de poluição, avanço na eficiência energética e gestão da pressão do crescimento económico sobre os recursos naturais. No entanto, é importante realçarmos que as abordagens e os esforços de cada país dentro do grupo podem divergir consideravelmente, no que concerne com as suas realidades sociais, políticas e económicas, confirmando que a sustentabilidade nos BRICS é um processo dinâmico, com

avanços e desafios específicos para cada país membro (Ortiz & Sá, 2021).

Ao analisar o site institucional do Fórum dos BRICS, alcançamos a percepção de que todos os membros têm mostrado um interesse crescente nestas questões, através de reuniões e declarações conjuntas. Este Fórum realiza diálogos temáticos que abordam questões de sustentabilidade – como o Fórum Empresarial dos BRICS, que ocorre paralelamente às reuniões de cúpula, inclui sessões de discussão acerca desenvolvimento sustentável, inovação verde e investimentos em infraestrutura sustentável.

Os países constituintes têm explorado formas de cooperação em áreas específicas associadas à sustentabilidade, como exemplo poderemos referir o *BRICS Environmental Cooperation Plan of Action* (Plano de Ação de Cooperação Ambiental dos BRICS), que estabelece uma estrutura para a cooperação em âmbitos como a conservação da biodiversidade, a gestão de recursos hídricos, a eficiência energética, manutenção de resíduos e as mudanças climáticas; todos têm procurado desenvolver projetos conjuntos de sustentabilidade, como o NBD, estabelecido desde 2014, entidade que financia projetos de infraestruturas sustentáveis, relacionados com a energia renovável, transporte limpo de resíduos e saneamento ambiental (GEBRICS, 2021).

“Estamos muito satisfeitos por sermos o emissor pioneiro sob os Padrões ODS do PNUD sob a Taxonomia Financeira dos ODS do PNUD China. O NBD tem um grande foco em sustentabilidade e no impacto do desenvolvimento de acordo com os ODS. Nesse sentido, mapeamos cada projeto para um ODS principal e ODS adicionais. O nosso objetivo estratégico é mobilizar fundos para os projetos que geram benefícios econômicos, sociais e ambientais para a sociedade, bem como preencher o gap de financiamento para alcançar os ODS.” (Maasdorp⁴, 2021)

Estas são apenas algumas das formas como o Fórum dos BRICS aborda a sustentabilidade: de referir a Declaração de Ufa em 2015, aquando da sua 4ª. Cúpula, em que os líderes dos países membros reafirmaram o seu compromisso no combate às mudanças climáticas, na promoção do uso de energias renováveis e melhoria da eficiência energética; de salientar a Declaração de Xiamen em 2017, onde os líderes mencionaram a importância da cooperação em questões ambientais, como a conservação da biodiversidade e a gestão sustentável dos recursos naturais, etc.

"Enfrentando esses desafios, nós, os países do BRICS, devemos dar um passo à frente

⁴ NBD Members. New Development Bank: <https://www.NBD.int/about-NBD/members/>

para fazer uma contribuição ativa para a paz e o desenvolvimento mundial e avançar na construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade." (Jinping, 2021)

Na literatura atual acerca da influência dos BRICS na governação económica global, há três debates distintos, mas pouco interligados. O primeiro debate concentra-se no papel das potências emergentes, frequentemente categorizadas como BRICS, na transformação da ordem global (Duggan, 2015), uma transformação ligada à "governança", um termo mais ambíguo do que "governo" (Finkelstein, 1995), já que a comunidade internacional carece de uma estrutura hierárquica e de um governo definido. A fim de simplificar os termos, na opinião de Weiss "governança" refere-se a um "conjunto complexo de estruturas e processos", criados globalmente por atores internacionais, para estabelecer "condições para um governo coordenado e ações coletivas" (Stoker, 1997). O interesse e ativismo económico dos BRICS, para desempenhar uma posição mais influente na política internacional, têm sido estudados desde que a ideia deste fórum foi enunciada. Hoje, o grupo BRICS, atuando num nível interestatal e internacional, está seguramente inserido na governação económica global, entendida como: ["o quadro internacional] baseado em regras pelo qual atores económicos (Estados, empresas, agências institucionais, grupos organizados ou indivíduos) buscam resolver problemas de ação coletiva e promover coordenação e cooperação transfronteiriça em áreas específicas da economia global." (Moscella & Weaver, 2014)

O segundo debate acerca da contribuição dos BRICS em áreas como desenvolvimento, investimento, comércio, políticas financeiras e segurança. A ação do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, consideradas as potências máximas entre as economias emergentes, é vista como um desafio ou ameaça à ordem internacional atual ou futura (Rewizorsky, 2018). O relacionamento complexo entre a Índia e a China, envolvidas em acordos institucionais complexos, como o Conselho de Cooperação de Xangai (SCO), envolve uma cooperação transnacional, mas também uma forte competição comercial e de investimento com o Ocidente. No entanto, as suas tentativas de cooperação são abaladas por questões de segurança (não resolvidas) e assimetrias políticas, históricas e culturais (Schmidt, 2014). Observa-se que Nova Deli está particularmente preocupada com o crescimento de Pequim na política global, enquanto a China se mostra mais segura como principal potência asiática (Malone, Mukherjee, 2011); contudo, ambos os países procuram deixar a sua marca em termos de governança, a fim de moldar a ordem internacional com base no (seu) poder acumulado, mas, dado os altos níveis de desigualdade e desafios para compatibilizar o crescimento e a igualdade, a ascensão desses

países está repleta de incertezas (Rewizorsky, 2017).

O terceiro debate examina a coordenação e cooperação política dos BRICS (Larionova & Shelepov, 2015): a análise do progresso das cúpulas dos BRICS e como isso se traduz nas políticas internas dos membros do grupo. A institucionalização do BRICS é vista como um fator que influencia a eficácia da cooperação interestatal Sul-Sul e a sua capacidade de liderança internacional é calculada com base em funções de governação mais global (deliberação, tomada e execução de decisões), ao enfrentarem desafios comuns e desenvolvendo um diálogo que conecte as prioridades políticas e económicas dos seus cinco membros. Curiosamente, embora os BRICS sejam habitualmente percebidos como um fórum político, 23% do seu discurso está dedicado a questões económicas, a maioria referente à construção de um crescimento global forte, sustentável e equilibrado, enquanto mais de 21% salientam uma regulação financeira e reforma de instituições financeiras (Rewizorsky, 2018).

2.1. Contextualização Histórica: países em vias de desenvolvimento e surgimento dos BRICS

Durante a Guerra Fria, foram criadas algumas instituições, como o Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) e o Grupo dos 77 (G77), como alternativas às propostas ideológicas e económicas dos E.U.A. e da União Soviética; contudo, as coligações tinham o seu fundamento limitado, devido à disputa entre as superpotências e à falta de recursos, e apenas com o final da Guerra Fria e o período hegemónico dos Estados Unidos ocorreram alguns debates acerca da possibilidade de uma transição para um sistema multipolar. Neste contexto, as potências emergentes, que usufruem do crescimento económico e procuram uma maior influência internacional, tentam coordenar as suas posições políticas e negociações, visando uma governação global mais representativa, dando origem a várias plataformas e coligações informais, incluindo os BRICS - grupo estabelecido para fortalecer a cooperação política e económica entre os seus membros e pressionar, reivindicando por reestruturações e reformas na governação global (Lima & Albuquerque, 2021). Ao longo das últimas décadas, a agenda de cooperação do fórum foi ampliada para incluir outros temas, como o desenvolvimento, a segurança e a educação, já que unidos representam uma parcela significativa da população e do PIB mundial, visando a reforma das principais instituições internacionais e reflexão acerca da atual distribuição de poder global (GEBRICS, 2021).

O significado do conceito de potência emergente e a sua relação com conceitos próximos, como poder regional ou grande potência têm sido temas de investigação por parte de académicos, discutindo se as potências emergentes mais comumente identificadas como os BRICS - têm suficientes pontos em comum para poderem ser considerados com a mesma categoria.

Embora os BRICS sejam considerados uma iniciativa anti hegemónica, não promovem a desestruturação ou substituição das instituições internacionais já existentes, antes constituem um bloco que promove abordagens alternativas, especialmente no que diz respeito à soberania nacional, já que a forma como os países individualmente lidam (e de forma distinta) com as instituições e normas internacionais, constituem uma abordagem sociológica acerca do papel das organizações multilaterais nas RI e envolvem uma análise mais profunda do que as relações entre Estados, ao considerarem as dinâmicas organizacionais e as relações sociais mais amplas das instituições. Para além de serem instrumentos dos Estados, as organizações internacionais possuem uma certa autonomia, pela delegação de poder dos seus membros, influenciando os seus interesses e de outros atores, definindo agendas e normas dentro das suas áreas de atuação. A institucionalização é fundamental para o poder de uma organização internacional, porque implica a elaboração de regras, de normas e de processos decisórios, definidoras de expectativas, de interesses e de comportamentos de todos os envolvidos (Roberts, 2015).

No caso dos BRICS, a institucionalização é reconhecida nos seus documentos oficiais (BRICS, 2017), corroborando para a ampliação da cooperação e podendo originar a sua inclusão em diferentes níveis de interação política. O processo de institucionalização também envolve a formação de uma burocracia coerente, de uma estrutura organizacional bem definida e baseada numa autoridade racional-legal; a inserção social da organização em termos de desenvolvimento internacional mais abrangente é fundamental para as suas interações com outras organizações (Lima & Albuquerque, 2021), e para que tenham uma influência normativa no âmbito do desenvolvimento internacional.

O NBD propõe-se a contribuir para a ampliação das discussões acerca do que é considerado comportamento apropriado neste âmbito, definindo três fatores: coerência burocrática, inserção social e criação de uma plataforma normativa – elementos necessários para a sua consolidação, como uma instituição legítima e eficaz perante os intervenientes do desenvolvimento internacional, não apenas dos países membros dos BRICS (NBD, 2017).

Autores como Cameron G. Thies e Mark David Nieman consideram a hipótese materialista e a teoria dos papéis nas suas teses, defendendo que à medida que os poderes

relativos dos Estados aumentam, estes tornam-se mais conflituosos, e a forma de socialização das economias emergentes, num grupo de grandes potências, poderia diminuir a probabilidade de conflitos.

Ao analisar algumas palavras proferidas por Stuenkel, constatamos que os países emergentes denominados BRICS são como uma articulação, cujas intenções vão muito além da mera incorporação submissa das suas vontades à ordem ocidental vigente, antes propõem-se a agentes promotores de alterações no interior da hegemonia norte-americana e da fase atual do capitalismo global, “alteram a distribuição global do poder, colocando em questão a legitimidade e a efetividade dos regimes existentes” (Almeida, 2012).

De facto, os BRICS já expressaram nas suas declarações conjuntas e de forma veemente, a sua perceção da necessidade de reformas nas regras internacionais:

“Fazemos um chamamento pela reforma das instituições financeiras internacionais para torná-las mais representativas e para refletir o peso crescente dos BRICS e outros países em desenvolvimento. Nós apoiamos a reforma e o aperfeiçoamento do sistema monetário internacional. Saudamos a discussão sobre o papel do Direito Especial de Saque (DES) no sistema monetário internacional existente, incluindo a composição da cesta de moedas do Direito Especial de Saque. A seleção da liderança das IFIs deve ser feita por meio de processo aberto, transparente e baseado no mérito, bem como verdadeiramente aberto a candidatos de economias emergentes e de países em desenvolvimento. A reforma do FMI deve fortalecer a voz e representação de seus membros mais pobres, incluindo a África Subsaariana.” (BRICS Declaration, 2013)

Os BRICS têm como objetivo desafiar o sistema internacional existente, e as suas movimentações evidenciam uma procura por uma maior influência e poder global, ao afirmar as suas identidades como atores preponderantes no cenário internacional, baseando-se nas suas economias em rápido crescimento, nas suas numerosas populações e nas suas aspirações por maior voz e representatividade nas instituições globais (Roberts, 2015).

As interações entre os seus países membros e as suas relações com outras potências estabelecidas têm sido influenciadas por essa identidade coletiva, ainda em construção, que compartilhada, pode moldar e designar as preferências, comportamentos e estratégias dos BRICS em diferentes questões, como comércio, segurança, desenvolvimento sustentável e governação global.

No entanto, é importante notar que as identidades e interesses dos países membros dos BRICS também podem divergir em certos aspetos, já que cada país tem a sua própria história, cultura, prioridades nacionais e visões acerca do papel que pretendem desempenhar no sistema internacional e estas diferenças transformam, definem desafios e tensões na procura dessa identidade coletiva e na coordenação de ações conjuntas.

Em 16 de junho de 2009, os líderes dos países do BRIC realizaram o seu primeiro encontro em Ecaterimburgo (Rússia) e no final da reunião emitiram uma declaração a sugerir a criação de uma ordem mundial multipolar e de uma reforma do sistema financeiro mundial. Desde então, este fórum tem promovido medidas, apontando para o aumento da cooperação política, através de cúpulas anuais e diversos encontros a nível subnacional, como reuniões entre instituições bancárias de desenvolvimento, institutos de estatística e ministérios da saúde (BRICS, 2009).

Durante a segunda cúpula, realizada em Brasília (Brasil) nos dias 15 e 16 de abril de 2010, o grupo defendeu pontos de vista a favor de um novo sistema de votação no Banco Mundial, uma proposta de reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI) e criação de uma série de acordos de cooperação, para facilitação de financiamento de obras e projetos de infraestruturas entre os seus membros. Os bancos nacionais de desenvolvimento dos BRICS comprometer-se-iam a colaborar na elaboração de novas formas de incentivo para a concessão de crédito entre os países e em 2011, conforme a imagem 1, com a admissão da África do Sul como parte integral, o grupo passou a chamar-se BRICS, tal como apresentado na seguinte imagem, onde se apresentam todos os presidentes dos países membros:

Imagem 1: BRICS, constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul



Fonte: <https://nationalinterest.org/feature/are-the-brics-building-non-western-concert-powers-13280>

Na terceira cúpula em Sanya (China) a 14 de abril de 2011, o grupo retomou as conversas sobre uma possível reforma do sistema monetário internacional, enfatizando o interesse comum em tornar o G20 como o principal mecanismo de gestão da economia mundial, com debates e discussão de temas de várias áreas como economia, financeira e comercial,

apresentação de estratégias para promoção do desenvolvimento, análise da situação internacional, das alterações climáticas e cooperação técnica em temas diversos, como energia, agricultura e estatística. Este encontro promovido pelo fórum e de debate entre os líderes dos países membros, originou a emissão de documento crítico das operações militares na Líbia, a defesa do diálogo para extinção de impasses e controvérsias entre nações mais conflituosas (BRICS, 2017).

Apesar de algumas semelhanças consideráveis entre os cinco países - como a grande extensão territorial ou inúmera população já relatada anteriormente, e o histórico recente de transformações socioeconómicas, por vezes marcadas pela violência, realça as diferenças, a nível de desenvolvimento tecnológico, na participação em termos de comércio internacional (por volume ou tipo de produto), pela maneira como administram a biodiversidade ou em questões como a democracia e poder militar. Efetivamente, estas diferenças evidenciam a necessidade de tornar possível uma atuação internacional conjunta, aprofundar conhecimentos para detetar outras variações, com o objetivo de promoção do desenvolvimento e encontrar em conjunto, áreas de interesse compartilhado que possam potencializar através da coordenação das suas ações. E, "... apesar dos desafios que enfrentou interna e externamente, os BRICS alcançaram um desenvolvimento notável para crescer como um grande bloco económico, contribuindo tremendamente para a governação económica global e emergiram como um bom exemplo de multilateralismo, especialmente com o estabelecimento de mecanismos como a Universidade do BRICS League e o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS." (Vohra⁵, 2021)

Relativamente a aspetos da ordem internacional contemporânea, às quais Ikenberry apelida de "instituições liberais" (como Estado de direito ou sistema comercial aberto), são outras temáticas fundamentalmente bem recebidas pelas potências emergentes, que irão resistir cada vez mais às práticas hegemónicas dos E.U.A., que invariavelmente definem essa ordem.

A atitude cética dos BRICS em relação à implementação das normas liberais não pode ser considerada como uma oposição aos valores ou objetivos destas normas, antes devem ser catalogadas como uma perspetiva que influencia e molda o seu relacionamento com a atual ordem global (Stuenkel, 2015). Em constante tensão entre os princípios do sistema internacional e o comportamento das potências estabelecidas, assim se explica por que as potências emergentes às vezes veem o internacionalismo liberal como uma forma de

⁵ Deepak Vohra, ilustre diplomata indiano, embaixador da Índia e conselheiro de Governo do Sudão.

“imperialismo liberal” (Stuenkel, 2015), pois permite entender por que os BRICS consideram o poder dos Estados Unidos, (que ocupa o centro da ordem liberal contemporânea) como uma ameaça e demasiado imperfeita.

“As potências não ocidentais apoiam as regras e normas atuais por uma razão adicional. Foi esta ordem relativamente aberta e baseada em regras que contribuiu significativamente para a sua fenomenal ascensão económica ao longo das últimas décadas”. (Stuenkel, 2016)

Concordamos com Cameron G. Thies e Mark David Nieman que destacam na sua obra *“Rising Powers and Foreign Policy Revisionism”* que, em geral, não existe um acordo evidente acerca das expectativas ou do que poderemos esperar em relação aos BRICS enquanto potências emergentes: se querem manter o sistema económico global capitalista tal como se encontra, alterar algumas das suas regras e instituições, ou substituí-lo de alguma forma, a fim de aumentar o seu poder político, certo é que desempenham cada vez mais influência na economia global.

Comparativamente com o ADB, dados publicados e referentes a 2016, conforme tabela abaixo, verificamos a influência no capital e no direito de voto, dos países dos BRICS – apenas com a China e a Índia em sua representação e o grupo G7, das maiores economias do mundo:

Tabela 1: Capital subscrito e poder de voto da ADB (em 31 de dezembro de 2016)

ADB subscribed capital and voting power (as of 31 December 2016)		
Group of countries in ADB	Subscribed capital share (in %)	Voting power (in %)
BRICS (represented only by China and India)	12.8	10.80
G7	45.0	37.80

Fonte: Relatório Anual 2016 - <http://dx.doi.org/10.22617/FLS178712>

Em 2017, questionavam a forma como iriam implementar as suas ideias, e que mesmo que pudessem chegar a um acordo acerca do que pretendem, como iriam conseguir, quais os meios utilizariam, se trabalhariam através das instituições existentes para modificar as regras ou evitariam o lento processo de mudança institucional e diplomática, adotando táticas económicas e militares mais conflituosas. Relativamente às táticas conflituosas podemos dar o exemplo da Rússia para com a Ucrânia, um conflito complexo, com múltiplas causas e consequências, com causas relacionadas com a disputa territorial – depois da anexação da Crimeia (2014), um dos principais catalisadores do conflito e do aumento de tensão entre os dois países. Devido a questões étnicas e linguísticas (a Ucrânia é um país dividido

linguisticamente, com uma parte significativa da população que fala russo), promovem tensão pelo desejo de autonomia ou até mesmo separação de algumas regiões de maioria russa na Ucrânia (Stuenkel, 2016), não esquecendo o intuito da Rússia por influência geopolítica, considerando a Ucrânia como parte da sua esfera de influência histórica e geoestratégica, e isso leva a que o conflito seja percebido como uma tentativa de manter o controle russo sobre a Ucrânia e sobre os países que faziam parte da ex-União Soviética, impedindo a sua preferência, dedicação ou tendência para o Ocidente (Stuenkel, 2016).

Como consequência deste conflito, que podemos referir é que já resultou num alto custo humano, com milhares de mortos e feridos, de deslocados internos e refugiados, gerou tensões significativas nas RI, a Rússia a enfrentar sanções económicas e políticas de países ocidentais, (que se traduz na deterioração das relações entre a Rússia e o Ocidente), bem como a um aumento da polarização geopolítica e instabilidade regional, com efeitos de longo alcance na região, aumentando a instabilidade geopolítica e reacendendo tensões em outras áreas, como o Mar Negro e os países vizinhos da Ucrânia (Tomé, 2022).

Com uma crise humanitária e económica instaurada, a crise humanitária na Ucrânia tem se vindo a agravar, com acesso limitado a serviços básicos, danos nas principais infraestruturas que geram impactos e dificuldades financeiras, queda do crescimento económico e aumento da pobreza, tornando-se necessário o acompanhamento do desenvolvimento e informações de fontes fiáveis para conseguirmos uma compreensão mais abrangente do conflito e das suas consequentes consequências.

Além dos BRICS, existem outras potências emergentes que ganharam destaque nas últimas décadas, embora não haja um consenso universal acerca de países fazerem parte desta categoria ou grupo; passamos a mencionar algumas nações que geralmente são consideradas potências emergentes e por que assim são vistas (GEBRICS, 2023):

- **Indonésia** - com uma população de mais de 270 milhões de habitantes, é a quarta nação mais populosa do mundo, com uma economia em rápido crescimento e membro do G20;
- **México** - é a segunda maior economia da América Latina e tem uma posição geográfica estratégica entre os Estados Unidos e a América Central; possui uma robusta indústria manufatureira e é um importante exportador de produtos automotivos e eletrónicos;
- **Coreia do Sul** - com um crescimento económico notável nas últimas décadas, é um líder global em tecnologia e inovação. Empresas como Samsung e LG ganharam destaque internacional, impulsionando o progresso do país;
- **Turquia** - está geograficamente localizada entre a Europa e a Ásia, o que lhe confere uma

posição estratégica, para além de possuir uma economia diversificada e de ser um importante produtor e exportador de bens manufaturados.

- **Nigéria** - como a nação mais populosa da África, este país tem um grande potencial económico, possui recursos naturais significativos, como o petróleo, e procura diversificar a sua economia e impulsionar o crescimento industrial.
- **Vietname** - emergiu como um importante centro de manufatura e exportação na Ásia e tem experimentado um crescimento económico robusto, impulsionado por investimentos estrangeiros e um setor manufatureiro em expansão.

É importante ressaltar que esta definição de "potência emergente" pode variar e que existem outras nações em diferentes estágios de desenvolvimento que também podem ser consideradas com potencial de crescimento económico e influência regional (Maia & Leite, 2022).

2.2. Contextualização Política: contestação à Hegemonia norte-americana

Quando analisamos a economia mundial, é indiscutível a influência e liderança dos Estados Unidos na ordem económica global, durante grande parte do século XX e início do século XXI, um domínio da combinação de forças políticas, económicas e sociais que sustentaram e promoveram a sua hegemonia num sistema capitalista mundial (Thies & Nieman, 2017).

Os Estados Unidos emergiram como uma superpotência económica após a Segunda Guerra Mundial, ao liderarem os esforços de reconstrução do mundo ocidental, devastado pela guerra, com a promoção de iniciativas como o Plano Marshall e a criação de instituições financeiras, como o FMI e o BM, que tinham como objetivo a estabilização da economia global e a prevenção de crises financeiras. O dólar americano tornou-se a principal moeda de reserva internacional, solidificando ainda mais a posição dos E.U.A. no sistema financeiro mundial, e para além de adotarem políticas de livre comércio e apoiarem a globalização económica, tornaram-se os maiores defensores do liberalismo económico, promovendo acordos comerciais (como o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e, posteriormente, a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC)) (Almeida, 2005).

Após o fim da Guerra Fria em 1991, os E.U.A. apresentam-se como a única superpotência global, pela sucessão de acontecimentos históricos como a dissolução da União

Soviética, a queda do Muro de Berlim e a abertura do Leste Europeu, que permitiram e promoveram uma transformação fundamental no cenário geopolítico mundial e que colocou os E.U.A. no topo do poder mundial (Thies & Nieman, 2017), hegemonia fundamentada por vários fatores, como o seu efetivo e poder militar, a sua influência cultural, a tecnologia avançada e liderança na economia global.

Contudo, essa hegemonia também deu origem a críticas e a tensões, divergentes opiniões de alguns que argumentam que a política externa norte-americana muitas vezes foi imperialista e intervencionista, referenciando as intervenções militares em países como Iraque e Afeganistão (Freire, 2011), e mais recentemente, com a crise financeira global de 2008, que expôs as fragilidades da economia e desafiou a liderança dos E.U.A. em termos globais.

Ou seja, a hegemonia implica, não apenas a liderança governamental, mas também a implementação de empresas multinacionais, a recorrência a instituições financeiras entre outras organizações, que beneficiaram da expansão do capitalismo global e apesar da constante evolução do cenário internacional nas últimas décadas, o equilíbrio de poder económico tem sofrido alterações, principalmente devido ao aparecimento de outras potências económicas, como a China e outras nações emergentes, que pela evolução e transformação, têm levado a uma reavaliação das relações económicas globais e à necessidade de ajustes nas estratégias de políticas.

“Asia is on track to top 50 percent of global GDP by 2040 and drive 40 percent of the world’s consumption, representing a real shift in the world’s center of gravity.” (McKinsey Global Institute⁶, 2019)

A deslocação do poder económico global que caracterizou as duas primeiras décadas do século XXI, salientado pela ascensão das economias asiáticas e das chamadas potências emergentes, talvez seja o maior indicativo da posição de potência global ocupada hoje por Pequim e da existência de novos polos de poder num mundo multipolarizado.

O relatório *“Asian’s Future is Now”*, produzido pelo McKinsey Global Institute (2019), apresentou dados macroeconómicos bastantes ilustrativos dessa ascensão asiática:

- no ano 2000, a Ásia representava apenas 1/3 do PIB mundial (em termos de paridade de poder de compra), e hoje está a caminho de ultrapassar os 50% até 2040. Ao chegar a esse ponto, a expectativa é que venha a representar 40% do total do consumo global. (Rewizorsky, 2018).

⁶ Relatório produzido por Oliver Tonby, Jonathan Woetzel, Wonsik Choi, Jeongmin Seong, e Patti Wang (2019): <https://www.mckinsey.com/~/media/mckinsey/featured%20insights/asia%20pacific/asias%20future%20is%20now/asias-future-is-now-final.pdf>

Efetivamente, a ascensão da China como uma potência económica e militar desafia e confronta de forma direta essa hegemonia, dando origem a tensões geopolíticas significativas entre si; contudo, apesar dos desafios, os Estados Unidos continuam a desempenhar um papel central na política e na governação global (Tries & Nieman, 2017).

"Precisamos promover a prática do verdadeiro multilateralismo, aderir aos propósitos e princípios da Carta da ONU e salvaguardar o sistema internacional centrado na ONU e a ordem internacional sustentada pelo direito internacional" (Jinping, 2021).

Países em desenvolvimento são nações que ainda não atingiram um nível satisfatório de progresso económico, social e humano; em geral, são caracterizados por indicadores socioeconómicos desfavoráveis, como o baixo rendimento *per capita*, a elevada taxa de pobreza, a reduzida expectativa de vida, a alta taxa de mortalidade infantil e a falta de acesso a serviços básicos de saúde, saneamento e educação, muito devido a deficiências em infraestruturas.

Algumas organizações internacionais, como o BM e a ONU, classificam os países com base no seu rendimento per capita, considerando-os países menos desenvolvidos (PMDs), que contrastam com aqueles com rendimento mais elevado, classificados como países desenvolvidos. No entanto, a classificação não é simplesmente baseada no rendimento, mas também leva em consideração outros indicadores socioeconómicos (Machinea, 2010).

Na sua procura por desenvolvimento, estes países veem-se confrontados com significativos desafios, por causa da escassez de investimentos, falta de recursos e capacidade limitada para impulsionar as suas economias e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, muitas vezes com conflitos internos, desastres naturais, e um elevado índice de corrupção, pela instabilidade interna traduzida na privação de governação e políticas sociais (Thies & Nieman, 2017).

Os países em vias de desenvolvimento representam uma grande parcela da população mundial e, com alguma frequência, são objeto de políticas e programas de ajuda, visando o desenvolvimento por parte de países mais ricos e/ou por organizações internacionais.

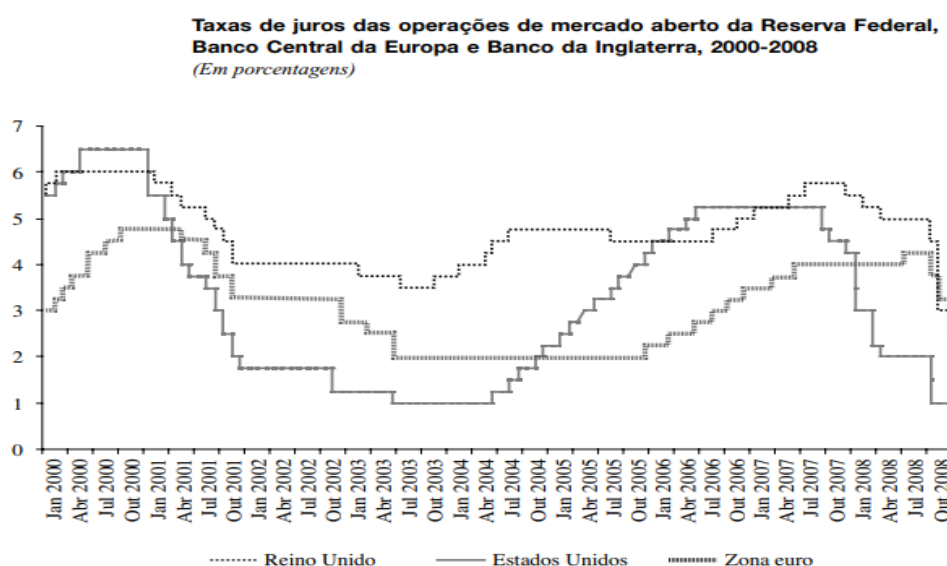
A crise mundial de 2008-2011 foi uma das maiores crises económicas mundiais desde a Grande Depressão⁷, na década de 1930, com origem na bolha imobiliária nos Estados Unidos,

⁷ A Crise de 1929 foi uma crise económica de enormes proporções, amplamente considerada como uma das maiores perturbações do capitalismo liberal na História; causada pela superprodução na indústria dos Estados Unidos e pelo subconsumo nos mercados consumidores durante os anos de 1926 a 1929, originou consequências desastrosas para a economia global.

que resultou numa onda de *in adimplência* de hipotecas e na desvalorização dos ativos financeiros, relacionados com hipotecas; disseminou-se pelo mundo, afetando profundamente a economia global e mesmo originando uma queda significativa do PIB em muitos países, com consequências a nível de um aumento do desemprego, diminuição dos rendimentos e um elevado número de falências de empresas.

De acordo com Machinea (2010), este acontecimento afetou acima de tudo os países desenvolvidos (conforme demonstra o gráfico 2), mas também muitos países em desenvolvimento, com consequências especialmente graves para os mais pobres e vulneráveis.

Gráfico 2: Evolução das taxas de juro (entre 2000 e 2008)



Fonte: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/1a5ade7f-77d0-4cb7-a844-af1ca8d5090e/content>

O impacto desta crise foi mitigado por uma série de políticas fiscais e monetárias em todo o mundo, com a implementação de programas ao estímulo fiscal, reduções nas taxas de juros, injeções de liquidez no sistema financeiro e medidas de proteção social, proporcionando uma série de alterações na governação global, pela ampliação da coordenação internacional e supervisão do sistema financeiro (Machinea, 2010).

"Esta crise é mais do que uma recessão económica. É uma crise de confiança." (Obama, 2008)

O papel do G20 (grupo que reúne os líderes das maiores economias do mundo) foi reforçado como um fórum para a coordenação económica global, mas apesar de várias e diferentes respostas, a crise teve um impacto duradouro em muitos países e regiões do globo,

com muitas economias ainda em luta para uma completa recuperação. A crise também gerou um debate mundial acerca das causas subjacentes da crise e da necessidade de reformas financeiras para prevenir futuras crises.

A crise começou nos Estados Unidos com o colapso do mercado imobiliário devido a práticas de empréstimo arriscadas e à securitização de hipotecas de alto risco, que permitiu o colapso de várias instituições financeiras, como o Lehman Brothers, traduzida numa recessão, aumento do desemprego e queda nos salários; disseminou-se para a Europa, afetando principalmente os países do sul europeu, como a Grécia, a Espanha, Portugal e também a Irlanda, que enfrentaram problemas de dívida soberana e dificuldades em refinarciar as suas dívidas. Vários programas de resgate financeiro foram implementados, e medidas de austeridade foram adotadas para controlar as finanças públicas (Machinea, 2010).

Também o Japão, a terceira maior economia do mundo na época, enfrentou uma desaceleração económica, com queda nas exportações, diminuição do consumo doméstico e aumento da taxa de desemprego, obrigando o governo a implementar políticas de estímulo e flexibilização monetária para impulsionar a sua economia. "A crise financeira global é uma oportunidade para remodelar o sistema financeiro para torná-lo mais eficiente e responsável." (Ki-Moon, 2009)

De uma forma geral, esta crise teve um impacto profundo nas grandes economias, com a implementação de uma série de medidas, para tentar reverter a situação e estabilizar as suas economias.

No que diz respeito aos BRICS, a crise financeira global de 2008 teve efeitos significativos, embora as suas consequências tenham variado entre os seus membros. Inicialmente, os mercados financeiros enfrentaram turbulências, ao originar a queda das bolsas de valores e a saída de investimentos estrangeiros, para além das exportações, afetadas devido à desaceleração da procura global (Stuenkel, 2013).

Todavia, estes países demonstraram uma resiliência maior, comparativamente a muitas nações desenvolvidas durante a crise, o que se deve e em parte, ao fato de que eles desfrutavam de economias em rápido crescimento e mercados domésticos robustos, que lhes permitiu absorver parte do impacto da crise global. Exemplificamos com a China, que implementou um amplo pacote de estímulo económico para impulsionar a procura interna e compensar a queda nas exportações, conseguindo manter um crescimento económico relativamente sólido, durante e após a crise (Machinea, 2010).

Por outro lado, o Brasil e a Rússia sofreram impactos mais significativos devido à sua

dependência de *commodities* e à redução na procura global por este tipo de produtos, originando uma desaceleração económica durante a crise. Também a Índia enfrentou desafios, especialmente no setor de serviços, afetado pela desaceleração da economia mundial, conseguindo, no entanto, recuperar mais rapidamente do que muitos outros países; a África do Sul também foi afetada, principalmente devido à queda das exportações e à saída de capital, mas também por questões domésticas, como desigualdade e problemas estruturais (Machinea, 2010).

Embora os BRICS tenham sido impactados pela crise financeira global de 2008, a extensão desse impacto variou entre eles, com alguns países a demonstrarem maior resiliência devido ao seu crescimento económico e mercados domésticos robustos, enquanto outros enfrentaram desafios mais significativos, especialmente devido à dependência de *commodities* e outros fatores específicos de suas economias. Autores como Ban e Blyth (2013) e Stuenkel (2013) salientam que os BRICS não só sobreviveram à crise financeira mundial, como também ajudaram as grandes potências existentes a ultrapassá-la.

2.3. Aspetos da expansão do Grupo

Durante a Cúpula de Xiamen em 2017, os líderes dos países do BRICS destacaram a importância de incluir outros países em desenvolvimento, a fim de fortalecer a colaboração entre países no Sul Global. Liderada pela China e sob a iniciativa BRICS Plus (BRICS+), surgiu a necessidade de colaboração com países não membros, para o estabelecimento de diálogo e amplas parcerias. Vários países mostraram interesse em aderir ao grupo, impulsionados por insatisfações com o sistema financeiro global, como a acumulação de recursos nos países desenvolvidos e a predominância do dólar (Bueno, 2023).

Enquanto a China e a Rússia são a favor da expansão do BRICS, o Brasil e a Índia têm algumas reservas, especialmente no que concerne ao contexto de disputas geopolíticas (Bueno, 2023). A adição de novos membros poderá fortalecer a cooperação do Sul Global, alinhando-se com o princípio de democratização das RI, e uma maior participação poderá dificultar negociações e ameaçar a coesão do grupo, semelhante a exemplos passados.

O consenso é, então, fundamental para qualquer expansão, e a perspectiva económica inclui a criação de plataformas para integração económica global e a liberalização do comércio, podendo ser ainda prejudicial para os objetivos originais dos BRICS, uma abordagem focada

nos conflitos entre E.U.A., Rússia e China.

Nos últimos anos, países como Argélia, Bangladesh, Bahrain, Bielorrússia, Bolívia, Cuba, Cazaquistão, Congo, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Gabão, Indonésia, Irão, Marrocos, Nigéria, Senegal, Síria, Tailândia, Turquia, Uruguai, Venezuela e Zimbábwe manifestaram interesse em integrar o grupo ou obter uma maior participação, durante as cúpulas anuais (Bueno, 2023).

Enquanto a formação original considerou fatores como economia emergente, potência regional e recursos naturais, a admissão de novos membros pode requerer uma reavaliação desses critérios. Segundo o Ellen Bueno⁸ (GEBRICS, 2023), novas questões surgem, como equilibrar as preferências de países do Médio Oriente (como potências energéticas), com outras nações da América Latina e África (com populações e territórios maiores). E se em todas as Cúpulas e Declarações, os BRICS reforçaram a importância de conceder uma participação mais ampla aos países em vias de desenvolvimento na governação global, não faz sentido negar acesso àqueles que demonstram interesse em fazer parte da concertação político-diplomática dos BRICS (Bueno, 2023).

Contudo, não há soluções simples para essas complexas questões e o consenso acerca da expansão dos BRICS, que pode ser alcançado de maneira brusca, gradual ou até nem ser atingido, sendo extremamente essencial o diálogo para alcançar consensos que abranjam os interesses individuais e impulsionem as metas originais do grupo.

Temas como os projetos de “desdolarização” económica a expansão do grupo, a discussão de reformas de organizações internacionais e outras iniciativas da agenda BRICS não acontecerão de forma breve ou unilateral, pois a característica fundamental do grupo é a cooperação equitativa e a capacidade contínua em fornecer plataformas para discussões e partilha de conhecimento mútuo.

Os BRICS destacam-se por favorecerem a participação da sociedade civil, dos jovens, de sindicatos, de académicos e empresários em cúpulas paralelas, promovendo a existência de diversas vozes que procuram maior representatividade nas RI e assim, os debates acerca da sua expansão devem transcender as negociações diplomáticas e envolver na discussão outras esferas: governamentais, não-governamentais, principalmente nas áreas de produção, de assessoria e do conhecimento científico, que reflete a ideia de que a abordagem desses temas

⁸ Este *press release* encontra-se disponível no site oficial do NBD - https://www.NBD.int/press_release

deve ser inclusiva e multidimensional (Bastos *in* GEBRICS, 2023).

Muito provavelmente, a China e outras potências emergentes construirão estas instituições de acordo com paradigmas e interesses semelhantes aos das potências ocidentais, mas com a intenção de consolidar a sua centralidade global e aumentar a sua influência política (Stuenkel, 2017).

A Tabela 2 apresenta as instituições internacionais, lideradas por potências não ocidentais, no âmbito das finanças; a coluna da direita do gráfico apresenta a instituição existente mais equiparada com uma nova instituição em particular. Esta tabela é interessante para mostrar como o NBD é apenas uma estratégia utilizada por estes países emergentes, apesar desta informação apontar para a hipótese de que o NBD seja uma “alternativa”.

Tabela 2: A Ordem Paralela – Finanças

Non-Western institutions	Traditional institutions
The Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB)	Asian Development Bank
The BRICS-led New Development Bank (NDB)	World Bank
BRICS Contingency Reserve Agreement (CRA)	IMF
Global infrastructure to internationalize the Yuan	US-dollar
China International Payment System (CIPS)	CHIPS
China Union Pay	VISA and MasterCard
Shanghai Global Financial Center (GFC)	Traditional financial centers
Universal Credit Rating Group	Moody's, Standard & Poor's

Fonte: <https://doi.org/10.1017/aju.2017.62>

Se a China e os outros países em desenvolvimento, principalmente no continente asiático, continuarem a sua trajetória de crescimento acima da média, deveremos continuar a ver a insurreição de várias outras novas estruturas nos próximos anos. Os BRICS discutem constantemente a possibilidade de estabelecer a sua própria autonomia no que implica a classificação de crédito, aumentar os *swaps* cambiais bilaterais e a estabelecer mecanismos que permitam liquidar o comércio transfronteiriço dos seus membros, em moedas locais, como por exemplo, o Sistema de Pagamentos Internacionais da China (CIPS) será similar ao SWIFT (Sociedade de Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais), o que facilita as transações internacionais e a comunicação entre entidades bancárias, para enviar e receber informações sobre pagamentos internacionais.

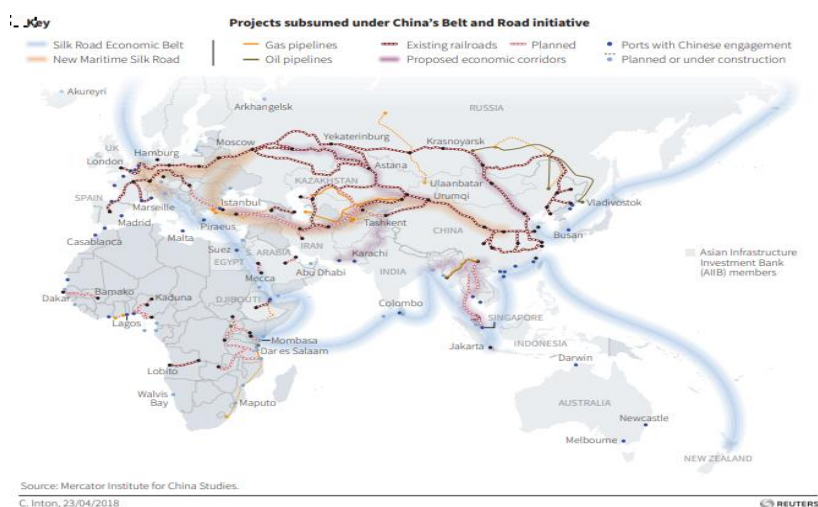
O CIPS, por sua vez, foi desenvolvido pela China como parte dos seus esforços para promoção do uso do yuan chinês (renminbi) como moeda internacional e aumentar a influência financeira do país. Estas tecnologias visam fornecer uma infraestrutura de pagamento eficiente

e segura, demonstrando que a evolução do cenário geopolítico e económico global, em conjunto com as políticas e estratégias adotadas pela China, tendem a influenciar o papel e a relevância do CIPS no sistema financeiro internacional.

Alguns analistas ocidentais, como Philip Stevens (2011) e Martin Wolf (2012), do Financial Times alertam os seus parceiros indianos e brasileiros que estão à beira de ficar “presos numa ordem dominada pelos chineses”, já que apesar de fazerem parte (também) de instituições lideradas pelos Estados Unidos, a influência e evolução tecnológica chinesa provavelmente fornecerá ao Brasil, à Índia e aos restantes membros, a flexibilidade e o espaço de manobra necessário, e até mesmo permitir-lhes aumentar o seu poder de influência, no interior das estruturas existentes (Stuenkel, 2023).

O que ressaltamos é que, provavelmente, o surgimento de estruturas paralelas fornecerá plataformas adicionais para cooperação, tanto no que concerne a potências não-ocidentais, como entre potências não-ocidentais e ocidentais, o que será benéfico, já que contribuirá com bens públicos globais de maneira mais uniforme, mesmo ainda estando longe da realidade de uma ordem internacional pós-ocidental, é inegável que o ativismo institucional da China poderá influenciar profundamente a dinâmica regional e global nos próximos anos – exemplo disso é a “reativação” da Rota da Seda, conforme imagem 2, onde apresentamos o projeto chinês. O sucesso das instituições lideradas pela China não depende dos Estados Unidos ou da Europa, antes da capacidade de Pequim de convencer os seus vizinhos de que a sua ascensão é benéfica (e não perigosa) para toda a região.

Imagem 2: Reavivar a Rota da Seda: Projetos abrangidos pela iniciativa



Fonte: [https://www.brookings.edu/wp-](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2019/09/FP_20190918_competitive_multilateralism_FINAL.pdf)

[content/uploads/2019/09/FP_20190918_competitive_multilateralism_FINAL.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2019/09/FP_20190918_competitive_multilateralism_FINAL.pdf)

2.4. Conclusão

O grupo BRICS encara a ascensão da multipolaridade como desejável e utiliza o bloco como meio de influência da ordem global, tendencialmente ocidental. Os seus membros compartilham o ceticismo quanto à unipolaridade liderada pelos E.U.A. e acreditam que o grupo lhes concede uma maior autonomia estratégica e poder de negociação com Washington. Subrahmanyam Jaishankar, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia, defende que a concentração do poder económico no Ocidente deixa muitas nações vulneráveis (Stuenkel, 2023).

As nações filiadas dos BRICS concedem acesso privilegiado à China, beneficiam países como Brasil e África do Sul, que viram fortalecidos os seus laços com Pequim desde a fundação do grupo, que não se limita a cúpulas com chefes de Estado, antes reunidos com muita frequência, ministros e autoridades para discussão de diversas questões, desde temas do âmbito do clima, até situações de saúde mundial e regional. Também realizam numerosas reuniões anuais, envolvendo funcionários governamentais, académicos e legisladores, relembrando ainda que a adesão aos BRICS também proporciona participação fundadora no NBD, com sede em Xangai.

Considerando a relevância da comunidade científica na elaboração de projetos complexos no campo do direito, da economia, das RI, do desenvolvimento sustentável e das mudanças climáticas, como indicado por Bueno (2023), uma opção de criação de uma organização internacional poderia ser considerada como uma forma de alcançar todas as pretensões dos países em desenvolvimento; tomar como exemplo, a possibilidade de criação de uma organização internacional semelhante à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE).

Os BRICS, tal como criaram o NBD, dispõem de um enorme potencial para trabalhar juntos rumo à conceção da Organização para a Cooperação Sul-Sul e Desenvolvimento Sustentável (ou OSSCSD – Organization for South-South Cooperation and Sustainable Development), tendo como principal objetivo fomentar a cooperação entre os países do Sul Global, com a criação de análises e assessoria aos países em desenvolvimento, para fazerem face aos desafios contemporâneos relativos ao desenvolvimento, inovação, digital, educação, emprego, economia, moeda, comércio, agricultura, meio ambiente, mudanças climáticas, saúde, reformulação das organizações internacionais entre outros temas relevantes (Abdenur, 2014). Seria, portanto, uma organização impulsionada, criada pelos BRICS e expandida para outros

membros, fundamentada em critérios a serem estabelecidos num tratado constitutivo.

Com base na abordagem funcionalista das RI, os níveis crescentes de interdependência entre os países do Sul podem permitir um processo contínuo de colaboração que, inevitavelmente, irá conduzir à institucionalização

Pela elaboração de exames e estudos acerca de tendências e mudanças desejadas pelos países membros, a Organização para a Cooperação Sul-Sul e Desenvolvimento Sustentável pode estabelecer fundamentos para decisões futuras em políticas económicas e ambientais, de realizar estudos, diretrizes e recomendações. A Organização pode lançar pilares mais sólidos de cooperação entre os seus estados-membros, não apenas no campo económico, mas também nos domínios científico, tecnológico e de inovação, servir como um arranjo institucional que poderá proporcionar aos países uma participação ativa e significativa na abordagem dos desafios internacionais de vantagem mútua, que contribuirá para a promoção da democratização das RI e restauração do sistema global pós-1945, como defendido por Bueno (2023).

Os integrantes dos BRICS têm apresentado comportamentos, de forma consistente, de parceiros em todas as dimensões e circunstâncias, pelo fornecimento de apoio diplomático e económico. Tal como referido e a título de exemplo a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014, em que os BRICS apoiaram Vladimir Putin e, após a invasão da Ucrânia em 2022, em que o grupo expressou solidariedade ao Presidente da Rússia e evitou o seu isolamento diplomático e adotou posições convergentes.

A adesão aos BRICS confere prestígio e legitimidade ao Brasil, Rússia e África do Sul, mesmo diante dos desafios económicos que enfrentam, o status de potências emergentes associado impulsiona e facilita investimentos, amplia a influência diplomática, confirmada pela constante procura de adesão por parte de aproximadamente 20 países ao grupo, o que ressalta a importância da marca BRICS, como um símbolo de prestígio (Stuenkel, 2023).

“[...] O debate sobre a expansão do BRICS não está diretamente relacionado ao NBD, que em 2021 adicionou Bangladesh, Egito, Emirados Árabes Unidos e Uruguai como novos membros e anunciou que pelo menos 30% dos empréstimos seriam concedidos nas moedas dos Estados-membros, em vez do dólar americano.” (Stuenkel, 2023)

3. Novo Banco Desenvolvimento: constituição e caracterização

O principal desafio enfrentado pelas nações no século XXI está relacionado à forma como abordam as complexas questões globais que surgem num mundo cada vez mais interconectado e interdependente. Iremos tratar um desses desafios, no que diz respeito ao papel do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS no cenário internacional.

A discussão acerca do financiamento dos bancos que operam globalmente para promover o desenvolvimento económico, conhecidos como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), ganhou um novo vigor com o estabelecimento do NBD, que desde o seu aparecimento, promoveu expectativas de que poderia trazer mudanças significativas na forma como o financiamento global para o desenvolvimento é conduzido, não apenas em termos de operações financeiras, mas também em relação aos resultados na concessão de crédito, para projetos de desenvolvimento. A criação de um novo BMD, gerido por nações menos desenvolvidas e com necessidades significativas de financiamento global, levanta diversas questões cruciais.

Foi aquando da 7^a cúpula do fórum diplomático, que estas potências regionais emergentes desafiaram o domínio ocidental, das instituições económicas globais, ao anunciarem a sua intenção de serem apoiados pelas suas próprias instituições, em paralelo à ordem liderada pelos E.U.A. estabelecida em Bretton Woods em 1944 (Roberts, 2015).

Em 7 de julho de 2015, o ministro das finanças russo, Anton Siluanov, como presidente recém-eleito do Conselho de Governadores, anunciou a inauguração do NBD, cuja presidência ficou a cargo da Índia; o Brasil assumiu a presidência do conselho de administração, e os cinco vice-presidentes (que representavam cada um dos países do fórum), todos com uma vasta experiência internacional, incluindo cargos de destaque no Fundo Monetário Internacional (FMI) e/ou no Banco Mundial.

As operações do NBD iniciaram em Xangai, refletindo o papel da China como "a nova âncora de um clube que serve simultaneamente para avançar e proteger a sua ascensão" (Stuenkel, 2017). Mesmo detendo um maior poder económico, a China optou por conceder participações iguais e posições de liderança rotativas no NBD, em oposição ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) na época (no qual a China detinha a maioria das ações, com 26% do capital). Quando mencionamos a China, inevitavelmente associamos à sua iniciativa "*One Belt, One Road*" e aos seus esforços para conectar a Ásia com todo o mundo, por terra e por mar, parte da sua estratégia mais ampla para o desenvolvimento e proteção de

interesses geoeconómicos, consolidando a sua posição como potência global.

Ao mesmo tempo, tanto a China como os outros quatro membros dos BRICS beneficiaram da sua participação nas instituições económicas ocidentais, mas no entanto, a "*ansiedade*" em construir a sua própria capacidade, para atender às suas necessidades de desenvolvimento, muitas vezes consideradas negligenciadas ou prejudicadas pelas políticas das nações avançadas, levou-os a reconhecer a importância de adotar práticas recomendadas e padrões internacionais, incluindo uma estrutura reguladora transparente e de confiança para o NBD (Roberts, 2015), em contraste com as estratégias do BM e FMI, cujos financiamentos são concedidos em troca de garantias políticas (Lima & Albuquerque, 2020).

Durante o Fórum Académico do BRICS, realizado em maio de 2015, um dos vice-presidentes do Banco de Desenvolvimento da China, com experiência em balanços no Banco Mundial, destacou que o NBD focaria em empréstimos e investimentos em infraestruturas, em países em desenvolvimento, nos diferentes continentes. Tanto o NBD quanto o AIIB procurariam boas classificações e retorno sobre os investimentos aplicados, mas é importante notar que estas instituições, muito provavelmente, não estarão completamente desvinculadas dos interesses geoeconómicos da China e dos outros países membros dos BRICS (Roberts, 2015).

Num texto onde é discutida a participação da China no NBD, que relata os benefícios e desafios que esta iniciativa traz para o país, e embora a China já tenha ampla cooperação financeira, Lima e Albuquerque (2021) referem que o NBD oferece uma oportunidade única para se envolver com outras potências emergentes, numa iniciativa de alta visibilidade. Contudo, a assimetria económica entre a China e outros membros dos BRICS levanta preocupações acerca da possibilidade do país dominar o grupo, devido ao interesse das elites políticas chinesas em se projetarem como um ator multilateral legítimo, não estando preocupados apenas com a hegemonia dentro do grupo.

A influência da China no NBD pode ser significativa, especialmente na definição de diretrizes e condições de empréstimos, mas este fato irá sempre depender da estrutura de decisão do banco e refletir-se-á numa distribuição equitativa de influência entre os membros, mesmo que esta reafirme a sua prática de conceder empréstimos com base na viabilidade comercial dos projetos, mesmo que ocorram mudanças políticas nos países beneficiários (Lima & Albuquerque, 2020). Apesar da ênfase da China na soberania nacional nas suas políticas externas, espera-se que contribua de maneira substantiva para o projeto do banco, indo para além de declarações genéricas acerca dos benefícios económicos, num esforço conjunto para

conectar as infraestruturas e a industrialização, visando a diminuição da pobreza, mas ao mesmo tempo, evitando repetir erros de projetos de desenvolvimento passados que impactaram negativamente as comunidades locais.

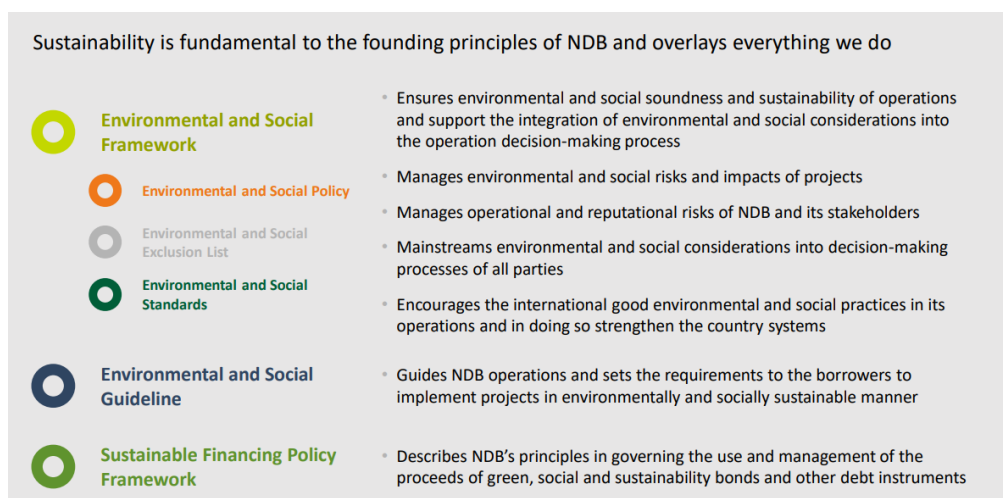
Outras questões excluídas das discussões que envolvem o membro chinês são as relacionadas com direitos humanos, questões ambientais e bem-estar social, com as entidades da sociedade civil provavelmente a terem limitações na sua participação ou contestação, muito por causa das preocupações políticas chinesas.

No entanto, o NBD trará novas opções de financiamento para países de baixo rendimento, mesmo que implique a imposição de novas normas e práticas a estes (Lima & Albuquerque, 2021).

É importante que a China aplique as suas experiências de desenvolvimento na instituição, mantendo o foco na diminuição da pobreza e no bem-estar das populações mais necessitadas, e consideramos que representa uma oportunidade para os países membros do Fórum encontrarem pontos comuns numa altura em que as discussões sobre o desenvolvimento global estão a ser reformuladas.

No relatório apresentado aos investidores em 2021, o NBD enfatizava, não apenas o posicionamento dos BRICS no cenário internacional, denominando-se como organização dos “principais motores da economia mundial” (Imagem 3), que enfrenta uma necessidade crescente de investimento em infraestruturas e face a outras instituições financeiras, mas também o seu compromisso com a sustentabilidade, tal como o excerto desse relatório abaixo apresentado (Imagem 4):

Imagem 4: Importância da sustentabilidade nos princípios fundamentais do NBD



Fonte: <https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2022/02/Investor-Presentation-20220101-1.pdf>

Considerando o amplo espectro de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, as operações do NBD durante o período 2022-2026 concentram-se e concentrar-se-ão nas seguintes áreas e de acordo com o site oficial do NBD (NBD, 2022):

- **Energia Limpa e Eficiência Energética:** o NBD prioriza projetos que promovem energia limpa e renovável em larga escala, assim como melhorias na eficiência de transmissão, distribuição e armazenamento de energia, alinhado com seu compromisso com a sustentabilidade e metas climáticas, não financiando novas capacidades de geração de energia a carvão;

- **Infraestruturas de Transporte Sustentável:** o banco apoia o desenvolvimento de redes de transporte inteligentes, que conectam áreas urbanas e intermunicipais, ao promover o crescimento económico, melhoria das condições de vida e criação de emprego, enfatizando a sustentabilidade, segurança e inclusão social na implementação desses projetos;

- **Acesso Universal à Água Limpa e Saneamento:** ao apoiar projetos que garantam o acesso universal, bem como uma gestão sustentável e equitativa dos recursos hídricos, investem em projetos de proteção ambiental, conservação e restauração de ecossistemas, com um foco em soluções baseadas na natureza e na redução da poluição;

- **Infraestruturas Sociais:** para além dos benefícios económicos, o NBD apoia a construção e a modernização de infraestruturas sociais, como escolas, hospitais, habitações acessíveis e locais de património cultural, com o propósito de melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento humano.

Quanto à **Infraestrutura Digital**, esta instituição financia projetos que expandem e modernizam a infraestrutura digital, visando a digitalização acelerada, acesso universal e acessível, especialmente em áreas menos desenvolvidas, a fim de melhorar a conectividade e promover a inovação nos países membros (NBD, 2023).

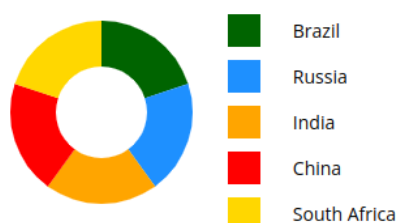
3.1. Princípios de governação e comparação com o Banco Mundial

Gostaríamos de enunciar a forma como o NBD é administrado, a sua capacidade de obter recursos financeiros, as características das suas políticas de financiamento e procedimentos para a concessão de créditos, e para o efeito iremos proceder a comparações com a história e o funcionamento do Banco Mundial (BM), uma das principais instituições de financiamento global.

De acordo com a análise feita por Pereira & Milan (2018), que referencia um grupo de trabalho das Nações Unidas, que foi destacado para a revisão do financiamento do desenvolvimento sustentável, examinou as estimativas anuais das necessidades de recorrer a recursos financeiros por parte de países menos desenvolvidos, indicando que os valores atingem os US\$ 1 trilhão, apesar da variação nas suas avaliações. Ao mesmo tempo, apresentaram críticas em relação ao papel do BM no financiamento do desenvolvimento económico. Aquando da criação do NBD, Robert Zoellick (presidente do BM) e alguns economistas de renome, parabenizaram os BRICS, mas também levantaram questões acerca de como este se iria diferenciar dos BMDs em geral e do BM em particular, no que diz respeito a governação, políticas financeiras, captação de recursos e concessão de créditos (Pereira & Milan, 2018).

Quando referimos o capital inicial do NBD, de US\$ 10 biliões equivalem ao capital realizado e US\$ 40 biliões, ao capital exigível, distribuído de igual forma, conforme demonstra o gráfico seguinte, bem como a evolução do mesmo até 2022 (Tabela 3):

Gráfico 3: Capital Inicial (em biliões de dólares)



Fonte: <https://bricspolicycenter.org/new-development-bank>

Tabela 3 - Evolução do capital inicial do NBD

(Em US\$ milhões)

Ano	Capital pago por país-membro	Capital total disponível ao NBD
2015	150	750
2016	250	2.000
2017	300	3.500
2018	300	5.000
2019	300	6.500
2020	350	8.250
2021	350	10.000

Fonte: Pereira & Milan, 2018

Concordamos que há inúmeras razões geopolíticas e económicas para a criação do

NBD, apesar de nos focarmos apenas nas razões económicas, nas implicações geopolíticas e de economia política internacional derivadas da instituição.

Possivelmente, a principal razão económica que baseia a sua criação seria o *déficit* substancial de investimento em infraestrutura nos países em desenvolvimento (Griffith-Jones, 2014), o que nos leva a pensar em termos de competição com o BM, não apenas em oferta de crédito global, mas também no modelo de governação, influência e exercício do poder internacional, pelo controle de fluxos de financiamento. O fórum BRICS considera “insuficiente” a participação dos países em vias de desenvolvimento no FMI e no BM, que era necessária uma abordagem mais destacada e que a insatisfação com o *status quo* motivava uma procura por alternativas (Pereira & Milan, 2018). Devido à relevância das relações entre os países dos BRICS e os E.U.A., é compreensível que os países membros não desejassem de forma explícita desafiar a influência norte-americana, no financiamento multilateral, através do BM – e daí que o discurso do grupo em relação ao NBD: enfatizar o seu papel de complementaridade em relação ao BM (Batista Júnior, 2016a).

A literatura disponível relacionada ao assunto é essencialmente publicada e destaca a relevância do Brasil. Baumann (2016), ao analisar as metas do NBD, apresenta razões práticas para a cooperação deste novo banco com instituições de desenvolvimento mais antigas, refere as motivações da China como o maior país membro dos BRICS, aponta vantagens políticas da participação chinesa na fundação do NBD, em conjunto com o compromisso de fortalecer o multilateralismo, não apenas ao apoiar a instituição, mas também a indicá-la como plataforma de colaboração entre nações em desenvolvimento. Moreira Júnior e Figueira (2014) argumentam que o NBD reflete a influência das mudanças na ordem mundial, que contribui (também) para esse processo, embora considerem que essas mudanças não sejam radicais, nem resolvam completamente a desigualdade global.

Apesar das várias abordagens, concluímos que do NBD é esperado que seja efetivamente diferente dos BMDs, pela governação, foco e resultados, ao promover de forma eficaz, a cooperação entre países em desenvolvimento (IDS, 2013), como uma instituição distinta, com o potencial de moldar a trajetória futura das instituições financeiras. Em contraste com a história do BM, que as suas operações iniciaram com mais de quarenta países-membros, os cinco países do BRICS decidiram não convidar nenhuma outro país a participar da fundação do NBD, e de acordo com Batista Júnior (2016b), o fato do acrónimo BRICS não fazer parte do nome do novo BMD, é o resultado da intenção dos países fundadores incluir novos membros à instituição, mencionado no Artigo 2º do acordo do NBD, que refere que a instituição será

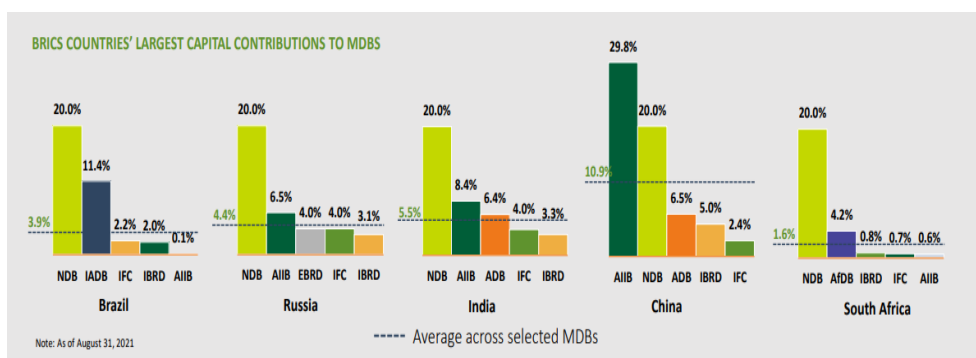
aberta a todos os países das Nações Unidas, tanto nações em desenvolvimento (possíveis mutuários), quanto países já desenvolvidos (não mutuários).

Comparativamente à história do BM, o NBD consiste numa instituição financeira multilateral única e à escala global, mesmo tendo sido estabelecida por apenas cinco países e todos ainda classificados como economias em desenvolvimento (Batista Júnior, 2016a); embora não dominado por um país desenvolvido, com capacidade para exercer hegemonia política e económica, como ocorre com o BM e outros BMDs, os países do BRICS têm diferenças significativas entre si; por exemplo, a China, possui um Produto Interno Bruto (PIB) e reservas notavelmente maiores do que a soma dos outros países membros, levanta questões sobre a sua estrutura e influência na governação, especialmente em relação à distribuição e direitos de voto, onde, embora os cinco membros fundadores tenham igualdade desde o estágio inicial, a distribuição igualitária do capital e desigual esforço económico para contribuição de capital é inevitável entre os países (Humphrey, 2015).

Ao contrário do BM, o NBD faz uma revisão periódica do seu capital, o que pode facilitar futuras expansões, para além de ser dirigido por países em desenvolvimento também mutuários, há um incentivo mais direto para avançar para um crescimento do capital, tornando assim a história do NBD potencialmente mais dinâmica, em comparação ao BM (IDS, 2013).

No que concerne a expansões de capital, embora os US\$ 50 biliões iniciais do NBD sejam relativamente pequenos face ao capital atual do BM, é relevante notar que o BM também começou com um capital modesto que evoluiu ao longo do tempo; no NBD a expansão do capital pode ocorrer por expansões gerais ou seletivas, através de acúmulo interno de reservas a partir das receitas líquidas (o que poderá ser visto como empenho dos membros fundadores no NBD ultrapassa o dos outros BMD), o que representa o seu interesse estratégico e tal como indicam os indicadores gráficos abaixo apresentados:

Gráfico 4: Aumento de capital por parte dos membros da instituição – Ano 2021



Fonte: NDB Annual Report 2021 (<https://www.ndb.int/annual-report-2021>)

A estrutura de votos e o processo de decisão para expansões de capital no NBD também são diferentes do BM: enquanto o BM enfrenta desafios em função da presença de países não mutuários com poder de veto, o NBD requer apenas uma maioria especial de quatro dos cinco membros fundadores, e um conjunto de países com três quintos dos direitos de voto para aprovar expansões de capital (Batista Júnior, 2016a), o que evita um veto unilateral e garante que nenhum membro do BRICS possa bloquear uma expansão de capital. Futuramente, quando ocorrerem expansões do capital do NBD, poderá haver diferentes níveis de subscrição entre os países do BRICS, já que a instituição será aberta a todos os países das Nações Unidas, incluindo países desenvolvidos – de acordo com o Artigo 5º do Acordo Constitutivo (Pereira & Mylan, 2018).

Os governos dos cinco países fundadores do NBD seguiram uma sequência lógica, aquando da criação e colocação da instituição em operação (Batista Júnior, 2016b): após o início das atividades, o seu foco foi a formulação das políticas financeiras e de crédito, que guiarão as operações do NBD no futuro próximo.

As indicações disponíveis sugerem que o banco adotará princípios alinhados com as práticas financeiras estabelecidas, ao mesmo tempo que incorporará os valores subjacentes à Cooperação Sul-Sul - nomeadamente no Artigo 21º, do Acordo Constitutivo, que indica que as operações do NBD serão conduzidas com base em sólidos princípios bancários (Batista Júnior, 2016b), e embora não detalhe esses princípios, o Artigo 22 complementa essa informação, ao destacar a preocupação em proteger a receita do NBD, afetando as decisões do conselho relacionadas aos preços de crédito e aos termos de contratos de outros tipos de investimentos, realizados pela instituição (Batista Júnior, 2016b).

“Em 2001, era óbvio para mim que a estrutura institucional para gerir a economia mundial precisava passar por uma revisão. [...] A não ser que os BRICS sejam plenamente aceitos pelas potências que hoje dominam os conselhos de política econômica do mundo, não poderemos desfrutar de todos os benefícios do seu crescimento [...]. Se quisermos de fato tirar mais pessoas da pobreza e levá-las para a classe média e facilitarmos uma maior criação de comércio e riqueza, então precisamos pensar mais profundamente em como ultrapassar os obstáculos que ainda impedem o livre fluxo de comércio.” (O’Neill, 2012, p. 181).

Na Tabela 4 são notáveis as principais diferenças entre o Banco Mundial e o Novo Banco de Desenvolvimento, em termos estruturais e características económicas:

Tabela 4 - Principais diferenças entre o BM e o NBD

Características	BM	NBD
Capital subscrito	US\$ 275 bilhões.	US\$ 50 bilhões.
Divisão dos direitos de voto	Desigual, a favor de países desenvolvidos não mutuários.	Inicialmente igualitária.
Critério para alocação dos direitos de voto	Majoritariamente contribuição ao capital.	Apenas contribuição ao capital.
País com direito de veto	Estados Unidos.	País do BRICS que conseguir obter mais de 40% dos direitos de voto ao longo das próximas expansões do capital.
Facilidades e dificuldades de captação de recursos	Boa classificação de risco e mercados cativos em países desenvolvidos.	Possíveis dificuldades com agências de classificação de risco e necessidade de conquistar mercados em países em desenvolvimento.
Características da política cambial	Apesar de mais ajustada às necessidades dos países mutuários, carrega um histórico negativo.	Mais atenção às necessidades dos mutuários, expressa, por exemplo, na intenção de emprestar em moedas locais.
Uso da receita líquida	Reservas, isenções e transferências a fundos concessionais.	Reservas.
Crítérios para aprovação de empréstimos	Condicionalidades financeiras e institucionais.	Características individuais dos projetos.
Prazo para aprovação de empréstimos.	Dois anos em média.	Previsto para seis meses em média.

Fonte: Pereira & Milan, 2018

A legitimidade e eficácia de instituições como o BM, que têm sido associadas à predominância financeira e monetária dos Estados Unidos, têm sido objeto de análise ao longo do tempo (Pereira & Milan, 2018) e a insatisfação com essas instituições é um dos fundamentos para o surgimento do NBD, com possíveis implicações consideráveis na reestruturação geopolítica. Diante deste contexto, é válida a avaliação da estrutura de capital e governação do NBD, que indica desafios em relação ao capital inicial e à alocação de votos, mas também indica que, se a maioria dos países do BRICS aumentar as suas contribuições financeiras e novos membros se juntarem ao fórum, o NBD poderá crescer mais rápido que o BM.

Quanto à eventual dificuldade na angariação de recursos, esta pode ser ultrapassada com o progresso económico dos membros e com um histórico financeiro positivo. Já acerca da política de crédito, espera-se que seja mais ajustada às necessidades dos mutuários e que possa levar ao aumento da procura por empréstimos e, se as expressas diferenças com as instituições de Bretton Woods forem efetivas, há possibilidade para a ocorrência de algumas transformações significativas no financiamento do desenvolvimento económico.

3.2. Princípios ambientais e sociais fundamentais

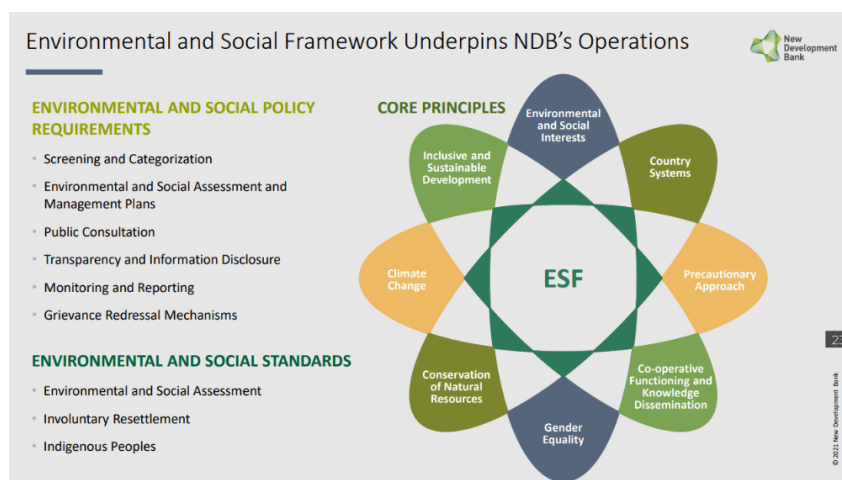
O estatuto do NBD, juntamente com outros documentos e regulamentos, define o quadro operacional e os princípios orientadores dessa instituição multilateral. Ele reflete o compromisso dos países do BRICS em colaborar para o desenvolvimento sustentável e a promoção de uma ordem financeira internacional mais equitativa e tem como objetivo mobilizar

recursos para projetos desenvolvimento sustentável e de infraestrutura em países como Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e outras economias em desenvolvimento. O NBD dá prioridade a projetos que promovam o desenvolvimento sustentável e adota princípios bancários sólidos, sempre considerando os riscos envolvidos. O artigo em questão descreve a abordagem do banco para promover o desenvolvimento sustentável com foco na gestão ambiental e social (Bastos *in* GEBRICS, 2023).

O documento oficial e basilar **Marco Ambiental e Social** [Marco] estabelece os princípios fundamentais, orientadores das operações da instituição, relativamente à gestão ambiental e social, é dividido em duas partes: a primeira, apresenta uma política abrangente para gestão de questões ambientais e sociais ao longo das operações, enquanto a segunda parte, conhecida como Normas Ambientais e Sociais (NAS), estabelece requisitos obrigatórios no âmbito do Meio Ambiente.

Contudo, esses requisitos obrigatórios vigoram em todos os relatórios e informação aos investidores, conforme a seguinte imagem, e de acordo com esses princípios (ambientais e sociais):

Imagem 5: Apresentação dos princípios ambientais e sociais



Fonte: NDB Annual Report 2020 (<https://www.ndb.int/annual-report-2020>)

O objetivo deste Marco Ambiental e Social ("Marco") é abordar várias metas importantes. Visa a gestão dos possíveis riscos/ impactos ambientais e sociais nos projetos, bem como administrar os riscos operacionais e de reputação do NBD e das partes envolvidas. Além disso, procura integrar considerações ambientais e sociais em todas as decisões tomadas pelas partes relacionadas e também representa o esforço de promoção de boas práticas ambientais e sociais globais nas suas atividades, contribuindo para o fortalecimento dos sistemas nacionais.

O Marco foi apresentado ao Conselho de Administração (BOD) do NBD para aprovação. Todos os procedimentos e diretrizes específicos relacionados à gestão ambiental e social serão revistos e desenvolvidos ao longo do tempo, e também precisarão ser aprovados pela administração e encaminhados ao BOD para conhecimento. As diretrizes são para garantia da solidez e sustentabilidade ambiental e social dos projetos, ao permitir que os seus clientes identifiquem e administrem os riscos e impactos ambientais e sociais dos projetos que apresentam, para além de procurar melhorar a eficácia do desenvolvimento e dos resultados práticos, enquanto facilita a colaboração com parceiros de desenvolvimento (no que concerne a questões ambientais e sociais). Através das suas operações, o NBD procura equilibrar os interesses económicos, sociais e ambientais, ao mesmo tempo que promove a responsabilidade e o envolvimento ativo dos países.

Para detalhar, os princípios essenciais e as metas fundamentais do Marco estão definidos da seguinte forma:

- a) **Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo:** O NBD concentra-se em assegurar um desenvolvimento inclusivo, distribuindo benefícios de forma equitativa entre grupos desfavorecidos, como com os cidadãos mais pobres, mulheres, crianças e minorias, o que envolve proporcionar e ter acesso a serviços, e para o efeito procura a aplicação de políticas e padrões operacionais que promovam o desenvolvimento sustentável e que estejam em linha com boas práticas globais e respondam aos riscos ambientais e sociais;
- b) **Uso de Sistemas Nacionais:** O NBD incentiva a utilização de sistemas nacionais e empresariais robustos na gestão de riscos e impactos ambientais e sociais, para fortalecer esses sistemas através de diversos mecanismos, com cooperação conjunta com outras instituições financeiras e mantendo uma abordagem orientada a riscos e resultados;
- c) **Interesses Ambientais e Sociais:** o NBD incorpora princípios de sustentabilidade ambiental e social nas suas políticas e nas suas operações, com o intuito de minimizar impactos negativos em projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável;
- d) **Combate às Mudanças Climáticas:** a instituição promove medidas para mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas, com apoio a iniciativas de crescimento económico verde e proteção do clima nos seus financiamentos e investimentos em infraestruturas;
- e) **Conservação de Recursos Naturais:** favorece a conservação de recursos naturais, como energia e água, e apoia o uso sustentável da terra e o desenvolvimento urbano;
- f) **Igualdade de Género,** que considera crucial integrar em todas as suas operações, reconhecendo como vital para um desenvolvimento económico sustentável.

Relativamente às suas funções e responsabilidades, o banco tem que classificar projetos nas categorias apropriadas, realizar a devida diligência nos relatórios de impacto ambiental e social do Cliente, para garantir conformidade com sistemas nacionais, corporativos e requisitos das NAS do NBD, avaliar a viabilidade de financiamento do projeto, monitorar e supervisionar o cumprimento das obrigações ambientais e sociais, no decorrer da implementação do projeto.

Trabalhar com o cliente para fortalecer os sistemas nacionais, de compartilhar conhecimento acerca das boas práticas internacionais, ao oferecer apoio ao cliente no processamento do projeto e no aperfeiçoamento da monitorização e supervisão, sempre que necessário. E sempre alinhado com as operações do NBD, estão os ODS e o seu compromisso com o contributo, como referenciado na seguinte tabela:

Tabela 5: Projetos de desenvolvimento baseados em ODS

Primary SDG Alignment	Number of Projects	Cumulative Approvals (US\$ million)	Share of Total Approvals (%)	Direct Contribution to Additional SDGs
No poverty	2	2,000	8.09	Good health and well-being
Zero hunger	1	345	1.40	Clean water and sanitation
Good health and well-being	2	2,070	8.37	Sustainable cities and communities
Quality education	2	550	2.22	Decent work and economic growth, Sustainable cities and communities
Clean water and sanitation	6	1,546	6.25	Good health and well-being, Sustainable cities and communities, Climate action
Affordable and clean energy	14	3,496	14.13	Industry, innovation and infrastructure, Sustainable cities and communities, Responsible consumption and production, Climate action
Decent work and economic growth	2	2,000	8.09	Clean water and sanitation, Industry, innovation and infrastructure
Industry, innovation and infrastructure	24	8,301	33.56	Good health and well-being, Clean water and sanitation, Affordable and clean energy, Sustainable cities and communities, Responsible consumption and production, Climate action
Sustainable cities and communities	13	3,466	14.01	Clean water and sanitation, Decent work and economic growth, Industry, innovation and infrastructure, Climate action
Climate action	1	500	2.02	
Peace and justice strong institutions	1	460	1.86	

Fonte: NDB Annual Report 2020 (<https://www.ndb.int/annual-report-2020>)

O NBD conduz os processos com a devida diligência ambiental e social, para garantia da conformidade com os princípios e requisitos do Marco, essencial para a aprovação do financiamento e para definir as exigências para o tratamento ambiental e social, ao longo do plano e implementação do projeto (BRICS, 2014).

Já o Cliente deve avaliar os seus próprios riscos e impactos ambientais e sociais, desenvolver planos de gestão para mitigar os impactos adversos, empregar as partes afetadas e outras partes interessadas, com informações, consultas abrangentes e significativas, e participação transparente.

Deverá também monitorizar o desempenho ambiental e social durante a implementação do projeto, mantendo sempre informando o NBD, de acordo com todos os requisitos legais,

para além de manter um mecanismo de queixas eficaz para salvaguardas ambientais e sociais (NBD, 2015). O banco incentiva o uso de sistemas nacionais e corporativos robustos para gerir riscos e impactos ambientais e sociais, mas esses sistemas devem estar totalmente alinhados com a política ambiental e social do NBD e qualquer discrepância é abordada pela colaboração com o cliente.

Embora a implementação da política ambiental e social seja de responsabilidade do cliente, o NBD desempenha um papel ativo no processo, que inclui garantir que as normas nacionais sejam rigorosamente cumpridas, colaborar com o cliente para fortalecer capacidades e sistemas nacionais, e compartilhar conhecimento acerca das boas práticas internacionais, fornecendo também um suporte adicional, de acordo com o necessário, ao longo de todo o processo, monitorização e supervisão do projeto. As responsabilidades do NBD abrangem várias áreas, como a classificação de projetos, avaliação da conformidade com os requisitos ambientais e sociais, monitorização rigorosa do cumprimento dessas obrigações, durante a implementação e partilha de conhecimento, adotando uma abordagem cautelosa nas tomadas de decisão, em situações que possam resultar em danos ambientais e sociais, especialmente em situações discricionárias (NBD, 2015).

Só em 2016, o Banco aprovou cerca de US \$ 1,5 biliões de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, nos onze projetos de empréstimos aprovados referidos na seguinte tabela (tabela 6):

Tabela 6: Projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países do BRICS em 2016

País	Valor (US\$)	Intermediário	Descrição	Aprovação
Brasil	300 milhões	BNDES	Infraestrutura para energia solar e eólica (600 megawatts); Linhas de transmissão	16/04/2016
Rússia	50 milhões	Banco Eurasiático de Desenvolvimento e International Investment Bank	Construção de hidrelétricas; (50 megawatts)	20/07/2016
Índia	250 milhões	Canara Bank	Energia renovável (500 megawatts)	16/04/2016
Índia	350 milhões	Empréstimo soberano ¹	Revitalização de rodovias	23/11/2016
China	81 milhões	Shangai Lingang Hongbo New Energy Development Company	Produção de painéis solares (100 megawatts)	16/04/2016
China	290 milhões	Empréstimo Soberano ²	Energia eólica e solar (250 megawatts)	23/11/2016
África do Sul	180 milhões	ESKOM Holdings SOC Ltd.	Infraestrutura para energia renovável (500 megawatts)	16/04/2016

Fonte: <https://bricspolicycenter.org/new-development-bank/>

Os clientes também têm as suas próprias responsabilidades, incluindo a avaliação de riscos e impactos ambientais e sociais, como o desenvolvimento de planos de gestão para

mitigação de impactos adversos, ou o envolvimento de partes interessadas e avaliação do desempenho ambiental e social.

3.3. Parcerias e expansão do NBD

O NBD coopera e trabalha de forma muito próxima com várias partes interessadas em toda a sociedade global de desenvolvimento. As suas parcerias estratégicas ajudam a cumprir o objetivo a que a instituição se propõe, pelo reforço na capacidade de mobilizar recursos para a viabilização de projetos de infraestruturas e de desenvolvimento sustentável, em simultâneo com o intercâmbio de informações, conhecimento e recursos humanos. De acordo com os artigos do Acordo do NBD (Anexo), procuram cumprir o seu mandato, ao complementar os esforços das instituições multilaterais financeiras e regionais, a fim de apoiar o crescimento e desenvolvimento a nível global, com enorme ênfase na construção e implementação de parcerias eficazes, para aligeirar os esforços dos seus países membros, predispostos e dedicados ao desenvolvimento sustentável (NBD, 2023).

São fomentadas, quer nas parcerias existentes como em novas parcerias, o fortalecimento da cooperação com organizações internacionais, instituições financeiras de desenvolvimento, empresas privadas, organizações não governamentais, grupos de reflexão entre outras instituições mais relevantes.

Num comunicado datado de 9 de Setembro de 2016, o NBD participa publicamente que, através de um memorando de entendimento, que foram estabelecidas bases de cooperação com o Grupo do Banco Mundial e que esta estreita colaboração entre estas duas instituições irá apoiar o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis, fazendo face às grandes necessidades mundiais existentes neste âmbito – como a referida falta de acesso de 1.2 biliões de pessoas a eletricidade, e de 2.4 biliões de pessoas a saneamento básico⁹.

Este memorando, assinado em Washington por Jim Yong Kim, Presidente do Grupo Banco Mundial, e K.V. Kamath, Presidente do NBD, ressalta potenciais áreas de interesse comum, como o reconhecimento e desenvolvimento de possibilidades de cofinanciamento de projetos, a simplificação de intercâmbio de conhecimentos, serviços de consultoria e acesso a

⁹ De acordo com as indicações do relatório de 2016 - <https://bricspolicycenter.org/new-development-bank/>

empréstimos e intercâmbio de pessoal, sempre em conformidade com as políticas e procedimentos característicos de cada uma das instituições.

“Para mim é uma satisfação estarmos hoje formalizando nossa parceria [...] a assinatura deste acordo possibilita às nossas instituições reforçar nossa colaboração. Quando os bancos multilaterais do mundo trabalham em estreita colaboração e apoiam o desenvolvimento com crescimento inclusivo nos países de renda baixa e média, os pobres e vulneráveis são os que mais se beneficiam.” (Jim Yong Kim, 2016)
“É uma satisfação assinar este memorando de entendimento junto com Jim Kim, Presidente do Grupo Banco Mundial [...] ficamos muito gratos pelo apoio oportuno oferecido pelo Grupo Banco Mundial em todo o nosso processo de estruturação e esperamos avançar e aprofundar nossa cooperação. Nós no NBD vamos ouvir, aprender e colaborar para promover o desenvolvimento da infraestrutura em nossos países membros”. (Kamath, 2016)

Gostaríamos ainda de ressaltar que o NBD passou a operar plenamente em fevereiro de 2016, tendo como objetivo principal a promoção da infraestrutura e do desenvolvimento sustentável, com enfoque inicial nos países do grupo BRICS e para complementaridade aos esforços de outras instituições financeiras, visando o alcance do objetivo comum de crescimento global.

No ano de 2021, cinco anos após a criação do NBD, foi aprovada a entrada de novos membros, de referir o Bangladesh, os Emirados Árabes Unidos e o Egito. O Uruguai foi considerado um "Possível Membro", o que significa que faz parte do quadro de Governadores do Banco, embora ainda não tenha formalizado sua adesão (Bastos *in* GEBRICS, 2023).

Contudo, apesar da abertura a novos integrantes, foi estabelecido desde a fundação do NBD que os membros originais do BRICS teriam um peso de voto maior, houve a preocupação de evitar desigualdades significativas nos recursos alocados entre os países dos BRICS, uma política não muito clara para os novos membros.

É notável que os novos membros, principalmente do Sudeste Asiático, do Oriente Médio e da América do Sul - como o caso do Uruguai, possam entrar), representam áreas fora do centro hegemônico, mas também são economias em ascensão, em diferentes continentes que torna a sua abordagem mais ampla e inclusiva, que está alinhado com o foco do grupo, na colaboração com economias emergentes, visando benefícios financeiros fora das “vias tradicionais” como o FMI e o BM.

A expansão do NBD implica a inclusão de novos membros, o que reflete a intenção do banco de promover o desenvolvimento sustentável e fortalecer a cooperação entre economias emergentes., sendo relevante questionar quantos mais países também se poderão qualificar como “emergentes” e planeja incorporar (Bastos *in* GEBRICS, 2023).

À medida que o NBD se estabelece como uma instituição relevante internacionalmente,

ao enfrentar esses desafios e adaptar os seus princípios para abordar desigualdades e promover desenvolvimento inclusivo e sustentável é essencial.

Também importante será o reconhecimento internacional e o *credit rating* surge em todos os documentos como um estandarte à solidificação da instituição (Tabela 7).

Tabela 7: Rating crédito, de acordo avaliação internacional

Rating Agency	Long-Term	Short-Term	Outlook	Rating Drivers
International Credit Ratings				• Robust capitalisation endowed with large subscribed and paid-in capital • Ample liquidity • Strong access to capital markets for funding needs • Extraordinary shareholders' support and commitment • Systemic importance to founding members • Sound and prudent risk management, reflected in the bank's self-imposed prudential rules
S&P Global Ratings	AA+	A-1+	Stable	
Fitch Ratings	AA+	F1+	Stable	
Japan Credit Rating Agency	AAA		Stable	
Analytical Credit Rating Agency	AAA		Stable	
Domestic Credit Ratings				• Very strong level of aggregated expertise and seniority of the bank's management team • Significant growth potential, robust demand for financing of infrastructure and sustainable development projects in member countries • Strong preferred creditor status
China Chengxin International Credit Rating	AAA		Stable	
China Lianhe Credit Rating	AAA		Stable	
Analytical Credit Rating Agency	AAA(RU)		Stable	

Fonte: NDB Annual Report 2020 (<https://www.ndb.int/annual-report-2020>)

Ao representar uma oportunidade, a mudança de liderança do Banco em 2023, de Marcos Troyjo, que fortaleceu o Departamento de ESG durante o seu mandato, para Dilma Rousseff, que pode poderá apresentar estratégias inovadoras de desenvolvimento sustentável, muito por causa da sua proximidade com Lula da Silva, que impulsionou a formação dos BRICS como resposta à necessidade de reformas globais.

Essa mudança burocrática pode tornar os aspetos de desenvolvimento, questões sociais e ambientais, como temas centrais no NBD, que pode unir as motivações para admissão de novos membros e avançar na proposta de alternativas ao sistema hegemónico. Contudo, também é possível que a narrativa hegemónica prevaleça, ao intervir no papel transformador do NBD., mesmo sendo cada vez mais evidente que a instituição tem potencial para transpor essa dinâmica (Bastos *in* GEBRICS, 2023).

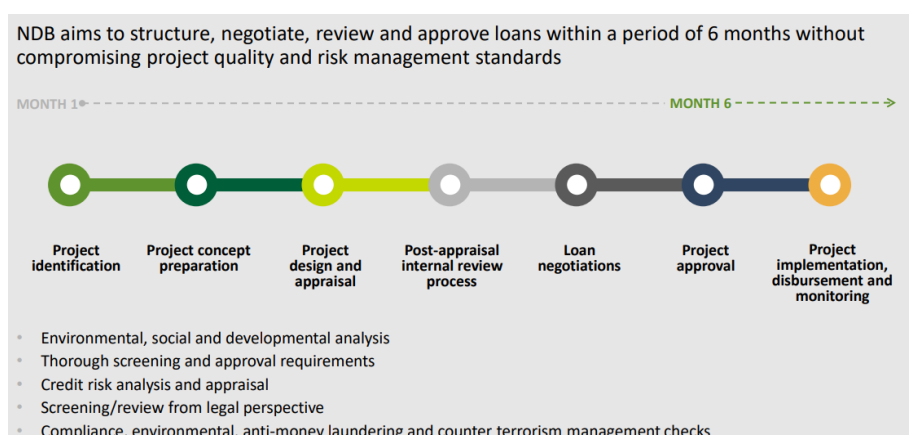
Contudo, qualquer reforma no Banco dos BRICS deve encontrar um equilíbrio delicado entre atender a diversas perspetivas e garantir sua estabilidade financeira a longo prazo. Encontrar essa harmonia entre abraçar diferentes visões de desenvolvimento e manter a solidez financeira e os objetivos fundamentais do NBD é um desafio complexo. À medida que o NBD se consolida como uma instituição internacional relevante, é crucial enfrentar esses desafios e

adaptar seus princípios para abordar questões de desigualdade e promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

3.4. Projetos

O NBD apoia vários projetos de infraestruturas e desenvolvimento sustentáveis, alinhados com os objetivos de desenvolvimento (ODS) e o Acordo de Paris dos seus países membros. Priorizam as operações com elevado impacto em termos climáticos, projetos inteligentes e resilientes, considerando as potenciais catástrofes, assimiladas à tecnologia e socialmente inclusivos. Na imagem seguinte, vigora a apresentação geral e temporal, para a aprovação de projetos, prazos para entrega de documentos e andamento do processo:

Imagem 5: Apresentação geral – prazos para evolução de projeto



Fonte: NDB Annual Report 2020 (<https://www.ndb.int/annual-report-2020>)

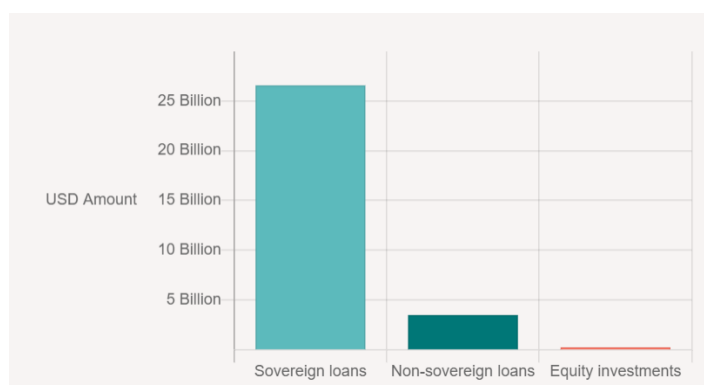
Relativamente à responsabilidade de desenvolvimento sustentável, a instituição é baseada no Quadro Ambiental e Social (FSE) do NBD, uma estrutura estabelecida pelo banco para avaliar e gerir os impactos ambientais e sociais dos projetos que financia (NBD, 2023). O FSE define diretrizes rigorosas de avaliação de sustentabilidade ambiental e social dos projetos, antes de proceder à aprovação do seu financiamento, que inclui uma análise abrangente dos impactos ambientais e sociais potenciais de cada projeto, e com base nessa avaliação, são desenvolvidos planos de gestão ambiental e social para mitigar e administrar esses impactos.

Além disso, o NBD monitoriza de perto a implementação dos projetos, para garantir que os planos de gestão ambiental e social sejam rigorosamente seguidos e que eventuais problemas sejam tratados de forma imediata.

“In alignment with the development objectives of our members and their commitments under the SDGs and the Paris Agreement, NBD prioritises high-impact operations that are climate-smart, disaster-resilient, technology-integrated and socially-inclusive”. (NBD, 2023)

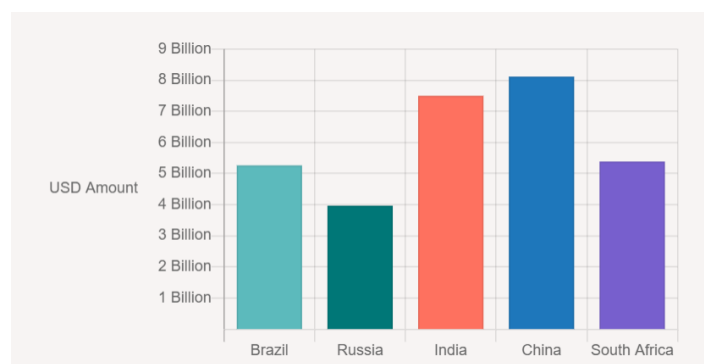
Para referirmos as “Estatísticas de Projetos”, pela apresentação de resultados em 31 de dezembro de 2022, de acordo com relatório publicado site do NBD (2023), os projetos aprovados permitiram a construção e melhoria de cerca de 17.00 kms de estradas, e 820 pontes, 35.000 unidades habitacionais e 1.390 kms de infraestruturas de tuneis ou canais de água, diminuição de 13.2 milhões de toneladas/ano emissões CO² e capacidade de geração de energia renovável e limpa a instalar de 2.800 MW, num total \$32.8 bilhões de dólares de financiamento aprovado, referidos nos seguintes Portefólios: de Projetos por tipo de operação (Tabela 8), de Projetos por País (Tabela 9), Projetos por área de atuação (Tabela 10) e Projetos por moeda (Tabela 11) – elementos apresentados pelas estatísticas do banco referentes a 2022:

Tabela 8: Portefólio de Projetos por tipo de operação



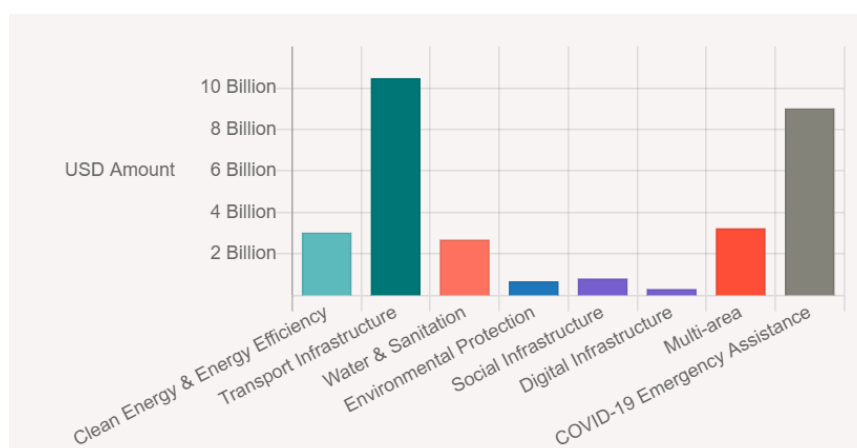
Fonte: <https://www.ndb.int/projects/>

Tabela 9: Portefólio de Projetos por País



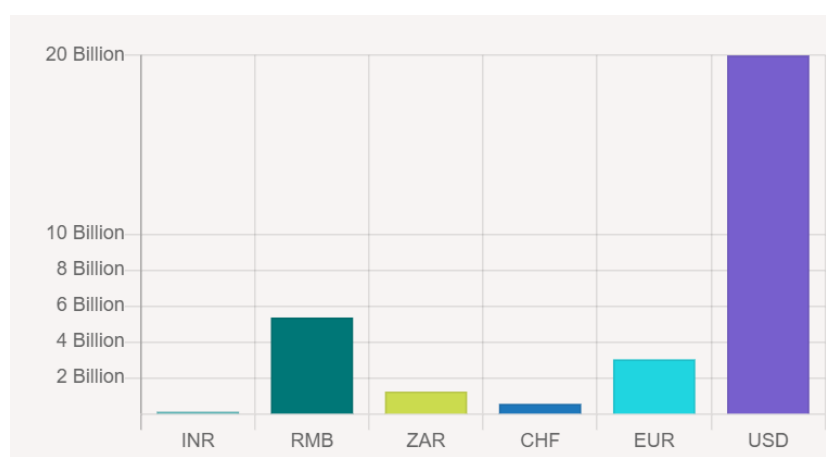
Fonte: <https://www.ndb.int/projects/>

Tabela 10: Portefólio de Projetos por área de atuação



Fonte: <https://www.ndb.int/projects/>

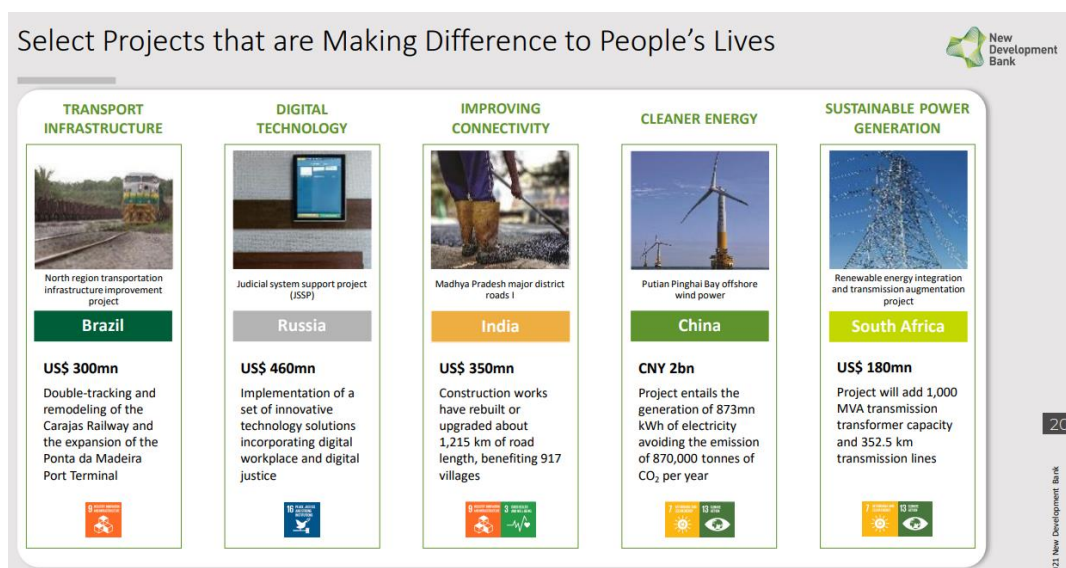
Tabela 11: Portefólio de Projetos por moeda



Fonte: <https://www.ndb.int/projects/>

O FSE (Quadro Ambiental e Social do NBD) também promove a transparência e a participação pública, permitindo que as comunidades locais, afetadas aos projetos, tenham participação nas decisões relacionadas aos mesmos. Outro aspeto importante é a ênfase na prestação de relatórios regulares, acerca do desempenho ambiental e social dos projetos financiados, além da possibilidade de auditorias independentes, para garantia da conformidade com os padrões estabelecidos. Tem assim, um papel fundamental no compromisso do banco com o desenvolvimento sustentável, assegurando que os projetos financiados sejam implementados de forma responsável, minimizando impactos negativos no meio ambiente e nas comunidades locais (NBD, 2023), tal como apresenta a seguinte imagem (Imagem 6).

Imagem 6: Projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no ano de 2021



Fonte: NDB Annual Report 2020 (<https://www.ndb.int/annual-report-2020>)

“At NBD, we have a strong commitment to sustainability and development impact in line with the Sustainable Development Goals (SDGs). Our strategic objective is to mobilise funds for projects that generate positive economic, social and environmental benefits for BRICS and other EMDCs, as well as bridging the financing gap to achieve the SDGs.” (NBD, 2023)

Passamos a analisar alguns projetos destacados, no âmbito de infraestruturas de desenvolvimento:

Imagens 7/8/9: Reserva de Emergência de GNL de TIANJIN NANGANG (CHINA)





Fonte: <https://www.NBD.int/projects/>

Projeto Aprovado de construção de **Reserva de Emergência de GNL de Tianjin Nangang, de Gás em Pequim (China)**, cuja área de atuação é Energia Limpa e Eficiência energética, elaborado e apresentado pelo Governo do país.

O governo chinês está a promover o uso de energia limpa e a redução da dependência do carvão para melhorar a qualidade do ar e combater as alterações climáticas. O gás natural tem sido incentivado como uma alternativa ao carvão. O Projeto em questão apoia essa iniciativa, reduzindo a dependência do carvão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável e de baixo carbono. Também terá impactos positivos na saúde da população local.

Em termos ambientais, este Projeto foi classificado como categoria "A", de acordo com o FSE. Os principais riscos incluem impactos na biodiversidade marinha, na qualidade da água e na aquisição de terras, e esses riscos serão mitigados pela adesão aos requisitos de E&S, dos sistemas nacionais e dos planos de gestão ambiental e social do Projeto.

O custo total do projeto é de aproximadamente de RMB 13,8 bilhões: o NBD financiará 24,68% desse valor, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura financiará 23,78%, e o restante será coberto por fundos do governo local e da Beijing Gas Group Co. O projeto será implementado ao longo de cinco anos e seguirá as regulamentações nacionais e a Política de Compras do NBD. Este projeto visa promover a utilização de gás natural como alternativa ao carvão, reduzindo assim a dependência do carvão e melhorar a qualidade do ar, com impactos positivos na saúde e no desenvolvimento sustentável.

O Projeto é composto pelas seguintes partes:

“Parte 1: construção de instalações de receção, armazenamento e regaseificação de GNL, com a construção de um terminal de GNL composto por: (I) uma instalação de receção de GNL com capacidade de movimentação anual de cinco milhões de toneladas de GNL; (II) dez tanques de armazenamento de GNL com volume não inferior a 200.000 metros cúbicos cada; e (III) uma instalação de regaseificação com capacidade operacional máxima diária de 60 milhões de metros cúbicos de gás natural.

[...] Parte 2: construção de cais de descarga Construção de um cais de descarga composto por: (I) uma plataforma de trabalho; (II) quatro golfinhos fundeados; e (III) seis travas de amarração” (NBD, 2023)

Os impactos positivos do Projeto incluem, não apenas a redução da dependência do carvão e o apoio ao desenvolvimento sustentável e de baixo carbono da economia local, mas também gerar um considerável impacto positivo em termos de saúde da população.

*

Imagem 10: Projeto de reestruturação do setor da água do RAJASTÃO (Índia)



Fonte: <https://www.NBD.int/projects/>

Referenciamos o **Projeto de Reestruturação do Setor de Água do Rajastão**, na Índia, na área de Água e Saneamento, segundo indicações do governo do país.

Este texto se refere ao Projeto de Reestruturação do Setor de Água do Rajastão para as Áreas Desérticas, localizado no estado do Rajastão, na Índia. O Rajastão enfrenta desafios devido à disponibilidade limitada de recursos hídricos, resultando em secas frequentes e deterioração da infraestrutura agrícola.

O projeto é apoiado pelo NBD e pelo governo do Rajastão. O objetivo principal do projeto é reabilitar o sistema de canais Indira Gandhi para evitar infiltrações, melhorar a eficiência do transporte de água e permitir a recuperação de áreas alagadas, incluindo a implementação de micro-irrigação para uma utilização eficiente da água, para além de incluir

iniciativas de capacitação e fortalecimento da capacidade das associações locais de usuários de água, instituições agrícolas e agricultores (NBD, 2023).

O projeto procura aumentar a disponibilidade de água para consumo e irrigação, e recuperar áreas adicionais para cultivo, visa a conservação da água e melhorar a eficiência do seu uso, essencial para o sustento da população dependente da agricultura na região. Os impactos ambientais e sociais do projeto estão relacionados à reabilitação dos canais e estão sujeitos a um plano de gestão de impacto ambiental e social, para garantir a conformidade, de acordo com os requisitos regulamentares.

O custo total do projeto é estimado em US\$ 495 milhões, com 70% financiados pelo NBD em duas tranches de empréstimo e a implementação do projeto está prevista para começar em fevereiro de 2025, com fornecedores selecionados, através de um processo de licitação competitivo e transparente.

O governo do Rajastão será a entidade responsável pelo projeto, e o Departamento de Recursos Hídricos do Rajastão será a agência implementadora; o empréstimo da primeira parcela foi aprovado em 2017 e o empréstimo da segunda parcela foi aprovado em 2022.

*

Referenciamos também o **Projeto da Linha Seis do Metropolitano de Qingdao (Fase I)**, na China, que é um projeto de infraestrutura de transporte promovido pelo governo de Qingdao para resolver problemas de falta de terras, alta densidade populacional e congestionamento. O projeto inclui a construção de 20 estações em um trecho de 30,19 km, com o objetivo de melhorar a conectividade e a mobilidade na área.

Imagens 11/12: Projeto da Linha Seis do metropolitano de QINGDAO (FASE I – CHINA)





Fonte: [Projeto da Linha Seis do Metrô de Qingdao \(Fase I\) - Novo Banco de Desenvolvimento \(NBD.int\)](#)

Os resultados esperados do projeto incluem a redução do tempo de viagem, permitir um melhor escoamento do congestionamento de tráfego, redução de emissões de CO₂, melhoria da segurança no transporte e maior conforto para os passageiros. O projeto foi categorizado como Categoria “A” em termos de impacto ambiental e social, com impactos relacionados à aquisição de terras, terraplanagem, emissões de poluentes durante a construção e impactos no patrimônio cultural e em segurança no trabalho.

O custo total do projeto é estimado em RMB 17.914 milhões, com financiamento do NBD de RMB 3.237 milhões, o restante financiado pelo governo de Qingdao e bancos comerciais locais. O governo de Qingdao será a entidade responsável pelo projeto, com a Agência Implementadora do Projeto (QMG) coordenando sua execução.

O financiamento do projeto será usado para adquirir equipamentos e serviços de acordo com as políticas de compra do NBD e as regulamentações nacionais da China, tem como objetivo este projeto melhorar significativamente a infraestrutura de transporte na área e contribuir para o desenvolvimento sustentável de Qingdao.

Considerações Finais

O multilateralismo trouxe versatilidade e diversidade, uma divisão, interligação e interdependência à ordem mundial, visando a paz e desenvolvimento transversal. Pela apresentação de interesses comuns, voz nas tomadas de decisão e envolvimento em grupos para se tornarem mais fortes, as nações do mundo passaram a desempenhar funções que contribuem para um todo, uma garantia de que fazem parte, com participação ativa.

O crescimento tecnológico tornou-se fundamental e primordial para todos os países, uma necessidade urgente para se manterem na corrida ao desenvolvimento sustentável e visando uma melhoria na qualidade de vidas de todos os cidadãos, tão urgente e necessária para uma igualdade de condições nas sociedades civis.

De uma forma geral, o desenvolvimento económico propicia a prosperidade e influência internacional, ao se apresentar como potencial e elemento de cooperação.

O grupo estudado - os BRICS, composto pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, abrange aproximadamente 40% da população mundial e contribui com cerca de 25% da economia global. De acordo com declarações de Wang Youming (diretor do Departamento de Pesquisas de Países em Desenvolvimento do Instituto de Estudos Internacionais da China), é de destacar que a colaboração do BRICS aborda questões cruciais para muitos países em desenvolvimento, como redução da pobreza, segurança alimentar, desenvolvimento sustentável, industrialização, economia digital e conectividade.

O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), estabelecido pelo grupo e sediado em Xangai, reflete os esforços do grupo para enfrentar desafios de infraestrutura e desenvolvimento, alinhando-se com a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Até maio de 2021, o NBD já tinha aprovado mais de 80 projetos nos países-membros, totalizando cerca de US\$ 30 bilhões; projetando-se para o futuro, o banco anunciou em 2022, um compromisso de fornecer outro tanto em apoio financeiro aos países-membros entre 2022 e 2026, com 40% dos recursos destinados a iniciativas de combate às mudanças climáticas.

“Desde o início do século 21, as economias em desenvolvimento aumentaram sua participação no comércio mundial de mercadorias, e os países do BRICS estão desempenhando um papel crescente no comércio mundial” (Wen, 2021).

De salientar que, a maior parte dos empréstimos do NBD estão direcionados para setores como água potável, saneamento ambiental e energia verde, que contribuem para a execução dos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, e como produtores e consumidores significativos de produtos agrícolas, os países constituintes dos BRICS desempenham um papel crucial no sistema alimentar global.

Após análise de vários documentos e em relatórios emitidos pela própria instituição, podemos referir que o NBD procura fortalecer e melhorar de forma contínua, a sua capacidade de resposta às exigências e aos desafios futuros, com o objetivo de financiar infraestruturas e projetos de desenvolvimento sustentável, que estimulem uma recuperação ecologicamente sustentável e promovam um crescimento económico, equitativo e abrangente, por forma a causar um impacto positivo e duradouro nas comunidades dos seus países membros. Não consideramos um oponente ou concorrente ao Banco Mundial ou FMI, antes uma alternativa para países que não se encontram na Europa ou com interesse estratégico para os E.U.A., para os países do hemisfério sul, países menos desenvolvidos ou com economias emergentes.

O professor e economista Márcio Pochmann (2022), que destacou que a ordem internacional que surgiu após a Guerra Fria em 1991 é percebida como desatualizada pelo mundo e que os conflitos na Europa, a saída do Reino Unido da UE e a invasão do Congresso dos Estados Unidos durante a transição do governo de Donald Trump para o governo Biden, são desafios para os quais a ordem internacional estabelecida anteriormente já não possui respostas adequadas, que uma ampliação gradual do grupo é a oportunidade de construção de uma nova ordem internacional com diferentes bases, o que traduz o nosso pensamento e reflexões acerca de trabalho.

Desenvolvemos a convicção de que a experiência de cooperação e regulação pode ser expandida, especialmente quando consideramos o contexto internacional, intensamente conectado ao conhecimento, à Internet e ao avanço tecnológico, ressaltando a relevância da criação do NBD, cujo papel vai além de observar um conjunto de países e para os seus problemas, antes desempenha um papel importante na resposta às necessidades de financiamento dos países em vias de desenvolvimento, no que concerne à transição energética.

Quanto à pretensão da China em se equiparar ou ultrapassar os E.U.A. em termos hegemónicos, a nossa perceção está de acordo com Michael Beckley e Hal Brands (2021), que a ideia de que a China está a ultrapassar os norte-americanos em poder e influência, está a diminuir rapidamente, que mesmo ao considerar o seu rápido crescimento económico (desde 1978), disfrutar de relações amigáveis com os EUA durante décadas, sempre enfrentou hostilidades e dificuldades, devido à sua localização geopolítica.

Ou seja, a abertura ao comércio com os EUA em 1971 e o subsequente envolvimento

com o mundo, permitiram-lhe que se tornasse uma potência económica, mas é evidente o seu declínio pela escassez de recursos, especialmente devido à destruição ambiental e à diminuição da população em idade ativa. O seu atual (autoritário) governo restringe a eficiência económica em favor do controlo político, afetando negativamente o setor privado e a inovação, e neste momento enfrenta crescente oposição estratégica, especialmente pelos aliados, com um cerco geopolítico.

Assim, os problemas económicos, demográficos e ambientais apresentam uma desaceleração no crescimento chinês e traduz-se num aumento das tensões externas, embora a China ainda exiba ambições globais, a sua capacidade de alcançá-las está a esgotar-se rapidamente.

Pochmann também destaca, então, o declínio potencial da China que, após um período de rápido crescimento, poderá agora afetar a estabilidade global pelo seu declínio.

É evidente que o assunto não foi esgotado e que muitos desenvolvimentos no cenário internacional permitirão alterações e desenvolvimentos no âmbito económico, social e até mesmo na governação global.

Referências Bibliográficas

Abdenur, A. (2014). *China and the BRICS Development Bank: Legitimacy, and multilateralism in South-South Cooperation*. IDS Bulletin, Oxford/Malden, Volume 45, 85-101.

Abdenur, A. & Fooly, M. (2015). *The New Development Bank and the Institutionalization of the BRICS*. Adam Mickiewicz, University in Poznon, RRCenter, 89-94. [https://www.academia.edu/13748627/The New Development Bank and the Institutionalization of the BRICS Revolutions 2015](https://www.academia.edu/13748627/The_New_Development_Bank_and_the_Institutionalization_of_the_BRICS_Revolutions_2015).

Almeida, F. (2012). *Desenvolvimento sustentável: Visão, Rumos e contradições*. Elsevier Editora, Lda.

Almeida, W. (2005). *A trajetória das Instituições Financeiras Multilaterais e suas relações com as políticas públicas*. Revista de Políticas Públicas, Volume 9, nº. 1, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321129117006>.

Barcelos, R. (2019). *Efeitos de bancos de desenvolvimento na economia – uma análise a partir de equilíbrio geral*. Brasília, Distrito Federal. 19-92.

Bates, R. (1995). *Social Dilemmas and Rational Individuals: An Assessment of the New Institutionalism*. J. Harris, J. Hunter, and C. M. Lewis (eds.). The New Institutional Economics and Third World Development. London and New York, Routledge.

Batista Júnior, P. (2021). *The BRICS and the Financing Mechanisms: Progress and Shortcomings*. <https://www.youtube.com/watch?v=bJrjw8SjrN0>.

Boff, L. (2013). *La sostenibilidad: Que es y qué no es*. Tradução de Jesús García-Abril. Maliaño, Editorial Sal Terrae. 22-24.

Bosselmann, K. (2008). *The principle os sustainability: transforming law and governance*. Hampshire, Ashgate, 8-19.

BRICS PartNIR Innovation Center (2021). *Xi pede avanço da cooperação do BRICS para combater o vírus e defender o multilateralismo*. <http://bricspic.org/En/Pages/Home/NewsDetail.aspx?rowId=186>.

Cabral, G. (2020). *A Nova Rota da Seda e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento: uma análise da participação do BAI e do NBD na iniciativa chinesa*. Universidade Federal da Paraíba, CCSA, TCC, Relações Internacionais. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18773>.

Castro, T. (2012). *Teoria das relações internacionais*. FUNAG, 253 – 255.

Conceição, O. (2002). *A relação entre processo de crescimento econômico, mudança e instituições na abordagem institucionalista*. Ensaios FEE, Porto Alegre, Volume 23, 603 – 620.

_____ (2002a). *O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas*. Faculdade Ciências Económicas. R.E. Contemporâneas. Rio de Janeiro, 119-142.

Declaração de UFA do IV Fórum Sindical dos Países BRICS (2015). https://www.ilo.org/actrav/media-center/speeches/WCMS_383838/lang--en/index.htm.

Fernandes, S. & Simão, L. (2020). *Os conceitos e evolução do multilateralismo: o nexó reflexão-ação*. Site pombalina.uc.pt - <https://hdl.handle.net/1822/84535>

Ferreira, K. (2019). *Triple Bottom Line (Tripé da Sustentabilidade): como unir planeta, pessoas e lucro na gestão empresarial*. <https://rockcontent.com/br/blog/triple-bottom-line/>.

Figueira, M. (2015). *O Banco dos BRICS como vetor de mudança pragmática*. Universidade Federal de Santa Catarina. <https://xdocz.com.br/doc/o-banco-dos-brics-como-vetor-de-mudana-paradigmatica-encontro-da-abri-jn675v6l4vor>.

Fonte, E. (2002). *Novo institucionalismo: uma abordagem alternativa para análises da*

intervenção do Estado no desenvolvimento. Raízes, Campina Grande, Vol. 21, nº 2, 233-245.

Freire, R. (2011). *Política Externa: As relações internacionais em mudança*. Imprensa Universidade Coimbra. <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0086-4>.

Ferrer, G. (2011). *Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del derecho*. 7-8.

Garcia, M. & Pruner, D. (2015). *O caminho para o conceito de sustentabilidade*. III Encontro de Internacionalização do Conpedi, Madrid, 12-25.

Gaspar, C. (2012), *A emergência de novas potências, Portugal num mundo em mudança, Tendências político-sociais*.
<https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/916/1/Carlos%20Gaspar.pdf>.

Gomes, G. (2018). *O papel complementar do banco dos BRICS em relação às instituições de Bretton Woods, no sistema financeiro internacional*. PROLAM/USP, São Paulo, Brasil.

Griffith-Jones, S. (2014). *A BRICS Development Bank: A Dream Coming True?* UNCTAD Discussion Papers 215, United Nations Conference on Trade and Development.
<https://ideas.repec.org/p/unc/disap/215.html> .

Hall, P. & Taylor, R. (2003). *As três versões do neo-institucionalismo*. Lua Nova, 58, 193-223.
<https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010> .

Harris-White, B. (1995). *Maps and Landscapes of Grain Markets in South Asia*. J. Harris, J. Hunter and C. Lewis (eds). *The New Institutional Economics and third World Development*. London and New York, Routledge.

Huntington, S. (1999). *Choque de Civilizações*, Foreign Affairs.

Ikenberry, J. (2008). *A ascensão da China e o futuro do Ocidente*. Revista Relações Exteriores. Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD, 24ª. Edição.

_____ (2011). *Leviatã Liberal: As Origens, Crise e Transformação da Ordem Mundial Americana*. Princeton University Press. <https://www.jstor.org/stable/j.ctt7rjt2>.

Jones, B., Feltman, J. & Moreland, W. (2019). *Competitive Multilateralism*. https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2019/09/FP_20190918_competitive_multilateralism_FINAL.pdf.

Keohane, R. (1988). *International Institutions: Two Approaches*. *International Studies Quarterly* 32, 379–96.

_____ (1996). *Soberania estatal e instituições multilaterais: respostas à interdependência assimétrica*. Tradução de Álvaro Vita, 165-191. <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=241480>

Leal, L. & Viana, E. (2019). *Financiamento do desenvolvimento sustentável: elementos para a contribuição dos bancos de desenvolvimento*. R. BNDES, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, 35-66.

Lima, M. & Albuquerque, M. (2021). *Instituições Multilaterais e Governança Global: Cenários de reorganização das estruturas de Governança Global e perspectivas do Multilateralismo nas próximas décadas*. Textos para Discussão nº 59, Fundação Oswaldo Cruz.

_____ (2020). *Reordenamento global, crise do multilateralismo e implicações para o Brasil*. Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), Policy Note, 4-12. <https://www.cebri.org/portal/publicacoes/cebri-artigos/reordenamento-global-crise-do-multilateralismo-e-implicacoes-para-o-brasil> .

_____ (2010). *Notas sobre a reforma da ONU e o Brasil*. In: IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. IV CNPEPI. Reforma da ONU. FUNAG, 269-301.

Luna-Martinez, J.& Vicente, C. (2012). *Global Survey of Development Banks*. [S.L.]. <http://hdl.handle.net/10986/3255>.

Machinea, J. (2010). *A crise financeira internacional: sua natureza e os desafios da política económica*. 101-125. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/1a5ade7f-77d0-4cb7-a844-af1ca8d5090e/content>.

Maradon, R. (2020). *Financing Our Common Future in the Time of Covid-19*. Paperback, English edition by Agence Française de Développement (Herausgeber).

Mearsheimer, J. (2014). *Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault?* Foreign Affairs, Volume 93, nº. 5, 77–89. <https://www.mearsheimer.com/wp-content/uploads/2019/06/Why-the-Ukraine-Crisis-Is.pdf>.

_____ (2010). *The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia*. The Chinese Journal of International Politics. Volume 3, 381-396.

Medeiros, C. (2010). *Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao "nacionalismo metodológico"*. Editora Economia e sociedade. Campinas, Vol. 19, nº 3, 637-645.

Morin, E. (2013). *A Via para o futuro da humanidade*. Tradução de Edgar de Assis Carvalho e Mara Perassi Bosco, Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 20-44.

Nye, J. (2011). *The Future of Power*. New York, Public Affairs. Editora Hachette UK.

NDB (2016). *NDB and Bank of Communications Sign Memorandum of Understanding on Strategic Cooperation*. <https://www.ndb.int/news/ndb-bank-communications-sign-memorandum-understanding-strategic-cooperation/>

NDB (2018), <https://www.ndb.int/about-us/organisation/governance/>.

Nunes, I. (2009). *Huntington e o debate sobre o choque de civilizações*. Janus 2009. https://www.janusonline.pt/arquivo/docs2009/artigo_janus2009_3_1_4.doc.

O'Neill, J. (2012). *O Mapa do Crescimento: Oportunidades econômicas nos BRICS e além deles*. Tradução de Rafael Longo, Editora Globo Livros.

Oliveira Júnior, R. (2005). *A importância das Organizações Internacionais Governamentais nas Relações Internacionais*. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, FCJS. Brasília.

Pereira, R. & Mylan, M. (2018). *O Financiamento do Desenvolvimento e o Novo Banco do BRICS: uma alternativa ao Banco Mundial?* Revista Planejamento e Políticas Públicas, Nº. 51, 13-36

Ramalho, A. (2013). *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional: Ceticismo, Intersecções e Oportunidades*. José V. Pimentel, Fundação Alexandre Gusmão, 129-146. [https://funag.gov.br/loja/download/1032-Brasil os BRICS e a agenda internacional O.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/1032-Brasil%20os%20BRICS%20e%20a%20agenda%20internacional%20O.pdf)

Revista da Plataforma Portuguesa ONGD (2022). *Grupo de trabalho/parceria entre a AICEP Portugal Global e o GPEARI do Ministério das Finanças*. Edição 24, 22-25. <https://www.plataformaongd.pt/revista>.

Rewizorsky, M. (2018). *BRICS and New Multilateral Development Banks: Towards Recalibration of Global Economic Governance – “Strategic Review”*, Issue 11, 281-297. <https://doi.org/10.14746/ps.2018.1.20>.

Roberts, C. (2015). *Governança Global: Os BRICS estão construindo um concerto não-ocidental de poderes?* <https://nationalinterest.org/feature/are-the-brics-building-non-western-concert-powers-13280>.

Simão, J. (2017). *Sustentabilidade e desenvolvimento: conceitos e políticas emergentes*. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/7047/1/roteiro%20de%20estudo%20DS%2017-18.pdf>.

Stuenkel, O. (2017). *AJIL Unbound*, Volume 111, 236–240. <https://doi.org/10.1017/aju.2017.62>.

Thies, C. & Nieman, M. (2017). *Rising Powers and Foreign Policy Revisionism: Understanding BRICS Identity and Behavior Through Time*. University of Michigan Press.

<https://doi.org/10.12957/rmi.2018.38526>.

Tomé, L. (2014). *Estudos de homenagem a Abel Cabral Couto*. Instituto de Estudos Superiores Militares. <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/1768/1/Geopolitica%20e%20Geo-Estrat%C3%A9gia%2C%20cap.livro%20IESM%202014.pdf>.

World Bank Environmental and Social Framework Portuguese (2017). <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/456161535383869508-0290022018/BancoInternacionalparaReconstruçãoeDesenvolvimento/BancoMundialoriginal/environmentalSocialFrameworkPortuguese.pdf> .

Sites institucionais

<https://sites.usp.br/gebrics> - consultado em 22/06/2023

https://www.NBD.int/press_release/NBD-issues-rmb-5-billion-sustainable-development-goals-bond/ - consultado em 22/06/2023

2020_FC22_AI13_018_b-NBD-Sustainable-Financing-Policy-Framework.pdf - consultado em 22/06/2023

[Pesquisou por: sustentável - Página 2 de 100 - New Development Bank \(NBD.int\)](#) - consultado em 22/06/2023

20CN03-Beijing-Gas-Approved-Project-Summary_updated-Q1-2023.pdf (NBD.int) - consultado em 06/07/2023

[Projeto de Reestruturação do Setor de Água do Rajastão - Novo Banco de Desenvolvimento \(NBD.int\)](#) - consultado em 26/06/2023

<17IN01-Rajasthan-Water-Approved-Project-Summary-website.pdf> (NBD.int) - consultado em 27/06/2023

[Projeto da Linha Seis do Metrô de Qingdao \(Fase I\) - Novo Banco de Desenvolvimento \(NBD.int\)](#) - consultado em 29/06/2023

21CN04-Qingdao-Metro-Approved-Project-Summary_updated-Q1-2023.pdf (NBD.int) - consultado em 29/07/2023

<https://www.investopedia.com/terms/k/kondratieff-wave.asp#:~:text=Kondratieff%20Wave%2C%20named%20after%20Russian,%2For%20%2>

[2long%20waves.%22](#) consultado em 02/06/2023

<https://www.e->

[education.psu.edu/geog128/node/646#:~:text=Modelski's%20model%20is%20a%20historical ly,ocean%20going%20capacity%E2%80%9D](https://www.e-education.psu.edu/geog128/node/646#:~:text=Modelski's%20model%20is%20a%20historical%20ly,ocean%20going%20capacity%E2%80%9D) - consultado em 22/06/2023

<https://cebds.org/noticia/o-que-e-o-acordo-de-paris/> - consultado em 02/07/2023

https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2022-0172_PT.html – relatório
Proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre a UE e a defesa do multilateralismo –
consultado em 30/09/2023

<https://ambiente.wordpress.com/2011/03/22/relatrio-brundtland-a-verso-original/> –
consultado em 30/09/2023

[https://monitormercantil.com.br/ndb-aprovou-mais-de-80-projetos-nos-paises-membros-ate-
maio-de-2021/](https://monitormercantil.com.br/ndb-aprovou-mais-de-80-projetos-nos-paises-membros-ate-maio-de-2021/) – consultado em 30/09/2023

[https://www.mckinsey.com/~/media/mckinsey/featured%20insights/asia%20pacific/asias%20
future%20is%20now/asias-future-is-now-final.pdf](https://www.mckinsey.com/~/media/mckinsey/featured%20insights/asia%20pacific/asias%20future%20is%20now/asias-future-is-now-final.pdf) – consultado em 30/09/2023

Anexos:

Anexo: Agreement on the New Development Bank (Chapters I and II)

Agreement on the New Development Bank – Fortaleza, July 15

Agreement on the New Development Bank

The Governments of the Federative Republic of Brazil, the Russian Federation, the Republic of India, the People's Republic of China and the Republic of South Africa, collectively the BRICS countries,

RECALLING the decision taken in the fourth BRICS Summit in New Delhi in 2012 and subsequently announced in the fifth BRICS Summit in Durban in 2013 to establish a development bank;

RECOGNIZING the work undertaken by the respective finance ministries;

CONVINCED that the establishment of such a Bank would reflect the close relations among the BRICS countries, while providing a powerful instrument for increasing their economic cooperation;

MINDFUL of a context where emerging market economies and developing countries continue to face significant financing constraints to address infrastructure gaps and sustainable development needs;

Have agreed on the establishment of the New Development Bank (NDB), hereinafter referred to as the Bank, which shall operate in accordance with the provisions of the annexed Articles of Agreement, that constitute an integral part of this Agreement.

Article 1

Purpose and Functions

The Bank shall mobilize resources for infrastructure and sustainable development projects in BRICS and other emerging economies and developing countries, complementing the existing efforts of multilateral and regional financial institutions for global growth and development.

To fulfill its purpose, the Bank shall support public or private projects through loans, guarantees, equity participation and other financial instruments. It shall also cooperate with international organizations and other financial entities, and provide technical assistance for projects to be supported by the Bank.

Article 2

Membership, Voting, Capital and Shares

The founding members of the Bank are the Federative Republic of Brazil, the Russian Federation, the Republic of India, the People's Republic of China and the Republic of South Africa.

The membership shall be open to members of the United Nations, in accordance with the provisions of the Articles of Agreement of the New Development Bank. It shall be open to borrowing and non-borrowing members.

The New Development Bank shall have an initial subscribed capital of US\$ 50 billion and an initial authorized capital of US\$ 100 billion. The initial subscribed capital shall be equally distributed amongst the founding members. The voting power of each member shall equal its subscribed shares in the capital stock of the Bank.

Article 3

Headquarters, Organization and Management

The Bank will have its Headquarters in Shanghai.

The Bank shall have a Board of Governors, a Board of Directors, a President and Vice-Presidents. The President of the Bank shall be elected from one of the founding members on a rotational basis, and there shall be at least one Vice President from each of the other founding members.

The operations of the Bank shall be conducted in accordance with sound banking principles.

Article 4

Entry into force

This Agreement with its Annex shall enter into force when the instruments of acceptance, ratification or approval have been deposited by all BRICS countries, in accordance with the provisions set forth in the Articles of Agreement of the New Development Bank.

Done in the city of Fortaleza, on the 15th of July of 2014, in a single original in the English language.

ANNEX

ARTICLES OF AGREEMENT OF THE NEW DEVELOPMENT BANK

The Governments of the Federative Republic of Brazil, the Russian Federation, the Republic of India, the People's Republic of China, and the Republic of South Africa (collectively the BRICS countries):

CONSIDERING the importance of closer economic cooperation among the BRICS countries;

RECOGNIZING the importance of providing resources for projects for the promotion of infrastructure and sustainable development in the BRICS countries and other emerging economies and developing countries;

CONVINCED of the necessity of creating a new international financial institution in order to intermediate resources for the above mentioned purposes;

DESIROUS to contribute to an international financial system conducive to economic and social development respectful of the global environment;

HAVE AGREED as follows:

Chapter I- Establishment, Purposes, Functions and Headquarters

Article 1 – Establishment

The New Development Bank (hereinafter "the Bank"), established by this Agreement, shall operate in accordance with the following provisions.

Article 2 – Purposes

The purpose of the Bank shall be to mobilize resources for infrastructure and sustainable development projects in BRICS and other emerging market economies and developing countries to complement the existing efforts of multilateral and regional financial institutions for global growth and development.

Article 3 – Functions

To fulfill its purpose, the Bank is authorized to exercise the following functions:

- (i) to utilize resources at its disposal to support infrastructure and sustainable development projects, public or private, in the BRICS and other emerging market economies and developing countries, through the provision of loans, guarantees, equity participation and other financial instruments;
- (ii) to cooperate as the Bank may deem appropriate, within its mandate, with international organizations, as well as national entities whether public or private, in particular with international financial institutions and national development banks;
- (iii) to provide technical assistance for the preparation and implementation of infrastructure and sustainable development projects to be supported by the Bank;
- (iv) to support infrastructure and sustainable development projects involving more than one country;
- (v) to establish, or be entrusted with the administration, of Special Funds which are designed to serve its purpose.

Article 4 – Headquarters

- a) The Bank has its headquarters in Shanghai.
- b) The Bank may establish offices necessary for the performance of its functions. The first regional office shall be in Johannesburg.

Chapter II- Membership, Voting, Capital and Shares

Article 5 – Membership

- a) The founding members of the Bank are the Federative Republic of Brazil, the Russian Federation, the Republic of India, the People's Republic of China, and the Republic of South Africa.
- b) Membership shall be open to members of the United Nations at such times and in accordance with such terms and conditions as the Bank shall determine by a special majority at the Board of Governors.
- c) Membership of the Bank shall be open to borrowing and non-borrowing members.
- d) The Bank may accept, as decided by the Board of Governors, International Financial Institutions as observers at the meetings of the Board of Governors. Countries interested in becoming members may also be invited as observers to these meetings.

Article 6 – Voting

- a) The voting power of each member shall be equal to the number of its subscribed shares in the capital stock of the Bank. In the event of any member failing to pay any part of the amount due in respect of its obligations in relation to paid-in shares under Article 7 of this Agreement, such member shall be unable, for so long as such failure continues, to exercise that percentage of its voting power which corresponds to the percentage which the amount due but unpaid bears to the total amount of paid-in shares subscribed to by that member in the capital stock of the Bank.
- b) Except as otherwise specifically provided for in this Agreement, all matters before the Bank shall be decided by a simple majority of the votes cast. Where provided for in this Agreement, a qualified majority shall be understood as an affirmative vote of two thirds of the total voting power of the members. Where provided for in this Agreement, a special majority shall be understood as an affirmative vote of four of the founding members concurrent with an affirmative vote of two thirds of the total voting power of the members.
- c) In voting in the Board of Governors, each governor shall be entitled to cast the votes of the member country which he represents.
- d) In voting in the Board of Directors each director shall be entitled to cast the number of votes that counted toward his election, which votes need not be cast as a unit.

Article 7 – Authorized and Subscribed Capital

- a) The initial authorized capital of the Bank shall be one hundred billion dollars (US\$100,000,000,000). The dollar wherever referred to in this Agreement shall be understood as being the official currency of payment of the United States of America.
 - b) The initial authorized capital of the Bank shall be divided into 1,000,000 (one million) shares, having a par value of one hundred thousand dollars (US\$ 100,000) each, which shall be available for subscription only by members in accordance with the
-

provisions of this Agreement. The value of 1 (one) share, will also be the minimum amount to be subscribed for participation by a single country.

c) The initial subscribed capital of the Bank shall be fifty billion dollars (US\$50,000,000,000). The subscribed capital stock shall be divided into paid-in shares and callable shares. Shares having an aggregate par value of ten billion dollars (US\$10,000,000,000) shall be paid-in shares, and shares having an aggregate par value of forty billion dollars (US\$40,000,000,000) shall be callable shares.

d) An increase of the authorized and subscribed capital stock of the Bank, as well as the proportion between the paid in shares and the callable shares may be decided by the Board of Governors at such time and under such terms and conditions as it may deem advisable, by a special majority of the Board of Governors. In such case, each member shall have a reasonable opportunity to subscribe, under the conditions established in Article 8 and under such other conditions as the Board of Governors shall decide. No member, however, shall be obligated to subscribe to any part of such increased capital.

e) The Board of Governors shall at intervals of not more than 5 (five) years review the capital stock of the Bank.

Article 8 – Subscription of Shares

a) Each member shall subscribe to shares of the capital stock of the Bank. The number of shares to be initially subscribed by the founding members shall be those set forth in Attachment 1 of this Agreement, which specifies the obligation of each member as to both paid-in and callable capital. The number of shares to be initially subscribed by other members shall be determined by the Board of Governors by special majority on the occasion of the acceptance of their accession.

b) Shares of stock initially subscribed by founding members shall be issued at par. Other shares shall be issued at par unless the Board of Governors decides in special circumstances to issue them on other terms.

c) No increase in the subscription of any member to the capital stock shall become effective, and any right to subscribe thereto is hereby waived, which would have the effect of:

- (i) reducing the voting power of the founding members below 55 (fifty-five) per cent of the total voting power;
- (ii) increasing the voting power of the non-borrowing member countries above 20 (twenty) per cent of the total voting power;
- (iii) increasing the voting power of a non-founding member country above 7 (seven) per cent of total voting power.

d) The liability of the members on shares shall be limited to the unpaid portion of their issue price.

e) No member shall be liable, by reason of its membership, for obligations of the Bank.

f) Shares shall not be pledged nor encumbered in any manner. They shall be transferable only to the Bank.

Article 9 – Payment of Subscriptions

a) On entry into force of this Agreement, payment of the amount initially subscribed by each founding member to the paid-in capital stock of the Bank shall be made in dollars in 7 (seven) installments as provided for in Attachment 2. The first installment shall be paid by each member within 6 (six) months after entry into force of this Agreement. The second installment shall become due 18 (eighteen) months from the entry into force of this Agreement. The remaining 5 (five) installments shall each become due successively 1 (one) year from the date on which the preceding installment becomes due.

b) The Board of Governors shall determine the dates for the payment of amounts subscribed by the members of the Bank to the paid-in capital stock to which the provisions of paragraph (a) of this article do not apply.

c) Payment of the amounts subscribed to the callable capital stock of the Bank shall be subject to call only as and when required by the Bank to meet its obligations incurred on borrowing of funds for inclusion in its ordinary capital resources or guarantees chargeable to such resources. In the event of such calls, payment may be made at the option of the member concerned in convertible currency or in the currency required to discharge the obligation of the Bank for the purpose of which the call is made.

d) Calls on unpaid subscriptions shall be uniform in percentage on all callable shares.

Anexo: Declaração de UFA, 2015



Declaração de Ufa

do IV Fórum Sindical dos países BRICS

Adotada em 09 de julho de 2015 em Ufa, Federação Russa

1. Nós, centrais sindicais do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, reunindo centenas de milhões de trabalhadores/as, estamos convencidos de que é de suma importância para as economias desenvolvidas implementar políticas macroeconômicas e financeiras responsáveis e empreender reformas estruturais que criem empregos decentes e fontes de renda para as pessoas que trabalham em todo o mundo.
2. A rápida e progressiva globalização neoliberal leva à destruição de postos de trabalho e do ecossistema da Terra. Em 2014, um por cento da população do planeta possuía 48 por cento da riqueza do mundo inteiro; em 2016, este "Um por cento dourado" passará a deter mais de metade dos mesmos. Um grande número de trabalhadores/as não têm segurança no emprego e estão virados para o mais alto nível de desigualdade na memória das gerações vivas. Ao longo dos últimos dois anos, metade de todas as famílias trabalhadoras têm experimentado ou desemprego ou subemprego, e 1,2 bilhões de pessoas vivem em extrema pobreza. De acordo com um relatório da OIT, em 2014, havia 207 milhões de desempregados, com uma previsão de chegar a 220 milhões. Este modelo econômico aprofunda ainda mais a desigualdade, enfraquece a democracia e mina a justiça para todos.
3. Não podemos aceitar que as medidas de austeridade, que falharam na Europa e nos Estados Unidos, sejam "um caminho para sair da crise". As receitas devem ser utilizadas para aumentar o investimento em bens do setor produtivo, os projetos de infra-estrutura, saúde, educação, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, formação profissional e atualização de competências: os investimentos devem ser usados para criar empregos decentes e salários mais altos. De longa data, o aprofundamento das desigualdades crônicas não é de nenhuma maneira o resultado de leis naturais da economia. Eles são um resultado das políticas aplicadas, e eles podem ser superados se essas políticas são alteradas em favor dos interesses da esmagadora maioria dos cidadãos.
4. Direitos Fundamentais da representação sindical e negociação coletiva estão sob ameaça em alguns estados, e sujeitos a ataques diretos em outros. Em vários países os empregadores estão tentando minar o direito à greve, pondo assim em perigo a realização deste direito fundamental dos trabalhadores, que é reconhecido pela OIT.
5. Os sindicatos são uma força efetiva na defesa da democracia e na luta pela justiça e

por um futuro ecologicamente sustentável. Os sindicatos dos países BRICS estão prontos para assumir seu lugar de direito nesta luta e, em primeiro lugar, em matéria de criação de emprego decente, segurança e saúde ocupacional, da proteção dos interesses dos trabalhadores - incluindo os das mulheres e jovens - a fim de alcançar a justiça social e um desenvolvimento sustentável.

6. O fortalecimento dos BRICS desempenha um papel fundamental na promoção de relações internacionais democráticas, sem violação da soberania e do direito dos povos à autodeterminação, em melhorar a arquitetura política mundial multipolar sem ditar sanções econômicas discriminatórias. Trabalhadores/as dos nossos países veem nos BRICS um modelo mais justo das relações globais, que devem ser construídas além e acima tradicionais demarcações Leste-Oeste e Norte-Sul.

7. O BRICS é uma estrutura emergente da nova governança global. O seu mandato flexível permite às economias mais dinâmicas do mundo considerar uma gama muito mais ampla de questões do que, por exemplo, no Conselho de Segurança da ONU, e de encontrar respostas para muitos desafios econômicos e ambientais. As decisões adotadas pelo BRICS têm um efeito multiplicador, pois os Estados-chave que aderiram a ele estão em uma posição favorável para traduzir essas soluções dos BRICS em deliberações de outras agências e lideranças internacionais.

8. Os países do BRICS coincidem em seus esforços conjuntos consistentes a favor da reforma do sistema monetário e financeiro internacional. Todos os países BRICS estão interessados no crescimento econômico impulsionado pelo desenvolvimento da tecnologia moderna e capacitação humana. Isso pode se tornar um piloto real e comum de crescimento futuro, que é apoiada pela participação ativa de milhões de trabalhadores, que estão interessados em uma distribuição justa da renda e da riqueza.

9. As estruturas da sociedade civil - e os sindicatos como os seus representantes mais amplos - exercem uma pressão construtiva sobre os líderes de seus Estados, autoridades públicas e os empregadores, a fim de incentivá-los a criar mecanismos eficazes para uma ordem mundial econômica e financeira mais estável. Estamos todos interessados em uma modernização acelerada das nossas economias e das nossas sociedades em geral.

10. Quando falamos de um Estado livre e próspero, isto implica conceitos complexos que se entrelaçam intimamente em componentes econômicos, políticos e sociais. A mesma abordagem pode ser aplicada ao grupo de países cujas peculiaridades históricas individuais levou todos eles à decisão soberana de se juntar BRICS, uma das maiores entidades econômicas e políticas que a história moderna já conheceu.

11. O desenvolvimento sustentável, a justiça social e os direitos humanos fornecem aos Estados-Membros do BRICS - e a outros países que poderiam se juntar a eles em um estágio posterior - uma base sólida para um avanço sistêmico no caminho do progresso para todos os cidadãos deste bloco e da humanidade como um todo.

12. Para a construção de independência soberana em relação ao falido sistema de Bretton Woods, os países BRICS podem explorar as reservas do Novo Banco de

Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas do BRICS, cuja capacidade global (200 bilhões de dólares) é igual à do FMI. Os sindicatos apoiam estes esforços e recomendam que os governos dos BRICS estabeleçam a sua própria agência de *Rating* e uma Bolsa de Valores. Isso criaria alavancagem eficiente para influenciar a economia mundial.

13. Esperamos que os governos dos BRICS prossigam de forma mais vigorosa a reforma do FMI e do Banco Mundial. Chegou a hora de estabelecer um controle efetivo sobre as multinacionais de grande porte operando em nossos territórios e de subordinar as suas atividades aos objetivos de desenvolvimento. Os sindicatos têm um papel a desempenhar neste processo. Para este objetivo, temos uma declaração tripartite da OIT sobre os princípios relativos multinacionais e política social.

14. O ano passado, 2014, registrou um maior desenvolvimento da terceira revolução industrial. Rápidas mudanças tecnológicas fazem atualmente possível alcançar novos níveis de automação, robótica, nanotecnologia, novos materiais, padrões de consumo de energia e organização dos processos de produção. É certo, portanto, que isso vai impulsionar mudanças na produção, concentração e centralização do capital, a concorrência no domínio dos monopólios e oligopólios, afetando inevitavelmente a renda e o emprego dos trabalhadores/as em todos os lugares.

15. Neste contexto, nós testemunhamos o desenvolvimento ativo de formas flexíveis de emprego e organização da produção, fundamentalmente novas formas de parcerias interestatais. É importante, portanto, que os países BRICS "tirem uma vantagem" neste processo e concentrem os esforços dos povos e dos Estados sobre os avanços tecnológicos, em questões de criação e transformação, em favor do interesse de todos os estratos sociais em nossos países.

16. A terceira revolução industrial deve ser acompanhada de relações sócio-econômicas adequadas. É por isso que centrais sindicais dos países do BRICS, agrupados no Fórum Sindical dos BRICS, defendem firmemente o seu lugar adequado dentro das estruturas do BRICS, em pé de igualdade com as organizações de empregadores. O modelo de interação no tripé social "sindicatos/comunidade empresarial/estrutura do governo" que há muito tempo demonstrou a sua eficácia a nível nacional em cada país BRICS, deve também encontrar a sua extensão lógica em instituições dos BRICS. Por quase 100 anos, um tal "modelo integrado" tem vindo a trabalhar efetivamente em uma escala global no âmbito da OIT - uma organização líder do sistema das Nações Unidas: este modelo é chamado tripartismo. Quaisquer decisões políticas e econômicas dos Estados e das suas associações têm implicações diretas para o mundo do trabalho, e seus representantes legais devem participar na elaboração e discussão prévia de tais decisões. A OIT insiste sobre esta abordagem através do seu paradigma de Trabalho Decente, com base em um conjunto de normas de trabalho e mecanismos de supervisão: os representantes dos trabalhadores/as dos países BRICS insistem sobre este ponto.

17. O IV Fórum Sindical dos BRICS está ocorrendo na Federação Russa no ano do 70º aniversário da vitória sobre o fascismo e o fim da Segunda Guerra Mundial. O tempo decorrido desde esses eventos não vai apagar de nossa memória o sofrimento e a dor dos povos submetidos a agressão militar. Apelamos aos Governos dos países BRICS a

fazer o possível para reduzir a tensão política no mundo, para garantir a segurança global e a estabilidade, o fim das hostilidades onde quer que ocorram, que busquem contribuir para uma aplicação ativa e incondicional das normas de direito internacional para a resolução de conflitos regionais e locais.

18. Estamos todos/as numa encruzilhada estratégica da civilização, e temos de ser dignos da responsabilidade histórica que se derramou sobre nós.

**Anexo: Projeto: BEIJING GAS TIANJIN NANGANG LNG EMERGENCY
RESERVE**



Project Summary for Public Disclosure

Project Name	Beijing Gas Tianjin Nangang LNG Emergency Reserve Project
Country	The People's Republic of China
Area of Operation	Clean Energy & Energy Efficiency
Concept Approval Date	19 August 2020
Board Approval Date	09 March 2021
Total Project Cost	RMB 13.8 billion
Initial Limit of NDB Financing	EUR 436 million (equivalent to RMB 3.4 billion)
Current Limit of NDB Financing	EUR 436 million (equivalent to RMB 3.4 billion)
Borrower	The People's Republic of China
Implementing Agency	Beijing Gas Group Co. Ltd.
Project Context	Improving air quality and combatting climate change have been on the top of China's agenda. To achieve this, the Government of China has taken strategic actions to create a favorable policy environment for promoting the use of clean energy and reducing energy reliance on coal. In this context, natural gas has been identified as an important substitute for coal. Coal-to-gas replacement has therefore been encouraged by the Government of China to be implemented nationwide. Natural gas subsector in China has been developing rapidly in recent years. In Beijing, for example, natural gas consumption accounted for about one-third of the total energy mix in 2019, representing a significant increase from less than 15% in 2010. The rapid implementation of coal-to-gas replacement policy has led to significant growth in consumption of natural gas, resulting in considerable gaps between demand and supply, especially during the peak seasons. This challenge is particularly pronounced in Beijing-Tianjin-Hebei region, where natural gas supply for the peak consumption seasons such as the winter period cannot be ensured. Further, due to insufficient emergency gas reserve capacity, the local natural gas suppliers cannot respond in time to accommodate the demand fluctuations.

Project Objective	The objective of the Project is to increase natural gas emergency supply capacity, reduce reliance on coal and ultimately support low carbon and sustainable development of the local economy.
Project Description	The Project consists of the following parts: (1) Part 1: construction of LNG receiving, storage and regasification facilities Constructing an LNG terminal consisting of: (i) an LNG receiving facility with annual handling capacity of five million tonnes of LNG; (ii) ten LNG storage tanks with a volume of no less than 200,000 cubic meters each; and (iii) a regasification facility with a maximum daily operating capacity of 60 million cubic meters of natural gas. (2) Part 2: construction of unloading wharf Constructing an unloading wharf consisting of: (i) a working platform; (ii) four mooring dolphins; and (iii) six mooring cleats.
Expected Benefits	The Project's positive impacts include reducing reliance on coal and ultimately supporting low-carbon and sustainable development of the local economy. Moreover, the positive health impact generated by the Project is expected to be considerable.
Environmental and Social Aspect	The Project is Category "A" in line with NDB's Environmental and Social Framework (ESF). Major E&S risks include biodiversity impacts to Bohai Bay and Laizhou Bay marine protected resources and benthonic habitat by dredging and constructing the wharf, impacts to Beidagang protected wetland by constructing the gas pipeline, deterioration of marine water quality by dredging and pollutant discharge, as well as land acquisition and temporary land use. These risks and impacts will be mitigated by adherence to country systems E&S requirements and fulfillment of the Project's environmental and social management plans. In addition, the Project will implement an Environmental and Social Impact Management Plan agreed between NDB and the Implementing Agency to ensure full compliance with country system and NDB's ESF.

Financing Aspect	The total cost of the Project is estimated at RMB 13.8 billion. NDB will finance EUR 436 million (equivalent to RMB 3.4 billion) or 24.68% of the total cost. Asian Infrastructure Investment Bank will finance USD 500 million (equivalent to RMB 3.3 billion) or 23.78% of the total cost. The remaining balance will be financed by counterpart funds from the People's Government of Beijing Municipality and Beijing Gas Group Co. Ltd.		
	Source of Fund		Amount
	New Development Bank		EUR 436 million
	Asian Infrastructure Investment Bank		USD 500 million
	People's Government of Beijing Municipality and Beijing Gas Group Co. Ltd.		RMB 7.12 billion
Implementation	The Project will be implemented over five years. Beijing Gas Group Co. Ltd. will be the Implementing Agency. Procurement will be conducted in compliance with the national law and regulations, and will meet the core principles of NDB's Procurement Policy.		
Contacts	NDB	Borrower	Implementing Agency
	Project Portfolio Management Department Diyun Wang	Ministry of Finance Biao Guo mof_operation1@mof.gov.cn	Beijing Gas Group Co. Ltd. Haitao Xing xinghaitao@bjgas.com

Anexo: Projeto: RAJASTHAN WATER SECTOR – REESTRUCTURING PROJECT FOR THE DESERT AREAS



Project Summary for Public Disclosure

Project Name	Rajasthan Water Sector Restructuring Project for the Desert Areas
Country	The Republic of India
Area of Operation	Water and Sanitation
Board Approval Date	20 November 2017
Total Project Cost	USD 495 million
Initial Limit of NDB Financing	USD 345 million
Current Limit of NDB Financing	USD 345 million
Borrower	The Republic of India
Implementing Agency	Rajasthan Water Resources Department
Introduction	Rajasthan, as India's largest state by area, is also India's driest state. Limited availability of utilizable surface water and ground water resources has been the challenge for Rajasthan's economy. With frequent droughts and deteriorating agriculture infrastructure, the state is faced with downside risks from inefficient water usage. The state's GDP per capita is below the nation's average by 13%. With scarce water resources, per capita water availability in Rajasthan is about 780 cubic meters per year. This number is severely low by the international standards. Yields of many major crops in Rajasthan are below the national average. Two thirds of the state's population work for agriculture sector, but output of the sector only accounts for about 28% of the state's GDP. In this context, Rajasthan Water Sector Restructuring Project for the Desert Areas (the Project) is designed, with the support from the New Development Bank (NDB) and counterpart funds from Government of Rajasthan.
Project Description	The objective of this Project is rehabilitation of Indira Gandhi canal system to prevent seepage, conserve water, and enhance water usage efficiency. The Indira Gandhi canal system was designed as one of the largest irrigations systems in India, to carry about 8 million acre feet of surplus water from Ravi and Beas rivers to the arid state of Rajasthan. The Project will help in arresting seepage of water through rehabilitation of the deteriorating canal lining, which will improve water carrying efficiency of the canal system and enable reclamation of waterlogged areas. Micro irrigation component is also included under the Project, which will contribute to enhancement in water usage efficiency.

	The Project also includes capacity building measures for strengthening the capacity of local water users' associations, agricultural institutions, water resources department and farmers. These measures will facilitate adoption of modern irrigation and sustainable farm techniques, and optimal utilization of irrigation systems. The Project activities will cause an increased availability of water for drinking and irrigation purposes and bring additional land under irrigation in the Project area.						
Environmental and Social Aspects	The Project will help conserve water and enhance water usage efficiency. It brings timely attention to the pressing need for rehabilitation of the canal system to solve water seepage issue, and reclamation of waterlogged areas for cultivation. Ensuring water supply for both drinking and irrigation purposes is essential for quality of life of the people and the development of agriculture industry, on which majority of the population of Rajasthan depend for sustenance. Environmental and social impact of the activities under Phase I of the Project are related to rehabilitation of a portion of the canal system through desilting and relining of canals. Activities proposed under Phase II of the Project are related to desilting and relining of the remaining portion of the canal system, reclamation of waterlogged areas, micro irrigation and capacity building. Civil works activities for both the phases are similar in nature. There will be no rehabilitation issues. Risk classification of Phase I and Phase II is Category "B". Environmental and Social Impact Management Plan (ESIMP) has been proposed to ensure implementation monitoring and reporting to NDB on E&S aspects. Implementation of E&S management and monitoring, ESIMP, and regular supervision will ensure compliance with the country system requirements.						
Financing Aspects	The total cost of the Project is estimated to be USD 495 million. NDB will finance USD 345 million in two loan tranches under a multi-tranche financing facility, accounting for 70% of the total Project cost. Tranche I loan amount is USD 100 million and Tranche II loan amount is USD 245 million. The remaining portion of Project cost will be financed by Government of Rajasthan. Tranche I loan was approved in 2017 and Tranche II loan was approved in 2022. <table border="1"> <thead> <tr> <th>Source of Fund</th><th>Amount (USD million)</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>New Development Bank</td><td>345</td></tr> <tr> <td>Government of Rajasthan</td><td>150</td></tr> </tbody> </table>	Source of Fund	Amount (USD million)	New Development Bank	345	Government of Rajasthan	150
Source of Fund	Amount (USD million)						
New Development Bank	345						
Government of Rajasthan	150						
Implementation	The Project is planned to be implemented by February 2025. Suppliers for the Project will be selected through competitive and transparent						

	bidding process. Government of Rajasthan will be the Project Entity and Rajasthan Water Resources Department will be the Implementing Agency.
--	---

Anexo: Projeto: QINGDAO METRO LINE SIX – PHASE I



Project Summary for Public Disclosure

Project Name	Qingdao Metro Line Six (Phase I) Project
Country	The People's Republic of China
Area of Operation	Transport Infrastructure
Concept Approval Date	24 September 2020
Board Approval Date	14 December 2021
Total Project Cost	RMB 17,914 million
Initial Limit of NDB Financing	RMB 3,237 million
Current Limit of NDB Financing	RMB 3,237 million
Borrower	The People's Republic of China
Implementing Agency	Qingdao Metro Group Co., Ltd. (QMG)
Project Context	The development of the West Coast New Area has been strongly promoted by the Government of Qingdao to tackle the longstanding issues of limited land availability, high population density and serious congestion in its old downtown areas. However, with continued economic and population growth in recent years, the West Coast New Area is now facing serious challenge of inadequate transport infrastructure to cope with rapidly growing demand in passenger traffic. Due to the limited connectivity of mass public traffic system, quickly increased private vehicles and growing congestion have already become key constraints to the West Coast New Area's sustainable growth. Particularly, the three rapidly-developing economic zones in the West Coast New Area lack efficient transport to get connected, resulting in seriously crowded road network and increase in pollution on account of insufficient public transport.
Project Objective	The Project will substantially improve the connectivity and mobility among important economic and residential areas in the West Coast New Area. Upon completion, it will help Qingdao to tackle its bottleneck of sustainable development by reducing traffic congestion, increasing productivity of workforce and improving standard of living.
Project Description	Qingdao Metro Line Six (Phase I) is located in the West Coast New Area. Starting from Xintun Road Station and ending at Shengtaiyuan Station, the Project has 20 stations over the total length of 30.19 km. The

	average distance between two stations is 1.54 km. The Project includes interchanges with six other metro lines in Qingdao.								
Expected Benefits	The Project will improve the overall connectivity and mobility for urban population and further economic growth and sustainable development in Qingdao Municipality. The Project's outcomes include: (i) reduced travel time for commuters; (ii) decongestion of roads and emission reduction such as CO ₂ emissions; (iii) improved transport safety; and (iv) enhanced travel comfort.								
Environmental and Social Aspect	The Project has been categorized as Category A in line with the NDB's Environment and Social Framework (ESF). Main environmental and social impacts include: (i) land acquisition and impacts to livelihoods; (ii) large-scale earthwork; (iii) construction pollutant emissions, including noise, vibration, dust, lighting, wastes and wastewater discharges; (iv) minor impacts to national cultural heritage site Qi Dynasty Great Wall and Zhushan National Forest Park, and (v) occupational safety impacts during construction. These impacts will be mitigated by implementation of the Environmental and Social Management Plan (ESMP) developed for the Project, as well as the Environmental and Social Impact Management Plan.								
Financing Aspect	The total cost of the Project is estimated at RMB 17,914 million. The Project will be financed through funding of RMB 3,237 million from NDB, and the balance of RMB 14,677 million from the Government of Qingdao and local commercial banks. <table border="1"> <thead> <tr> <th>Source of Fund</th><th>Amount (RMB million)</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>New Development Bank</td><td>3,237</td></tr> <tr> <td>The Government of Qingdao</td><td>7,166</td></tr> <tr> <td>Local Commercial Banks</td><td>7,511</td></tr> </tbody> </table>	Source of Fund	Amount (RMB million)	New Development Bank	3,237	The Government of Qingdao	7,166	Local Commercial Banks	7,511
Source of Fund	Amount (RMB million)								
New Development Bank	3,237								
The Government of Qingdao	7,166								
Local Commercial Banks	7,511								
Implementation	The Government of Qingdao will be the Project Entity, and (QMG) will be the Implementing Agency for the Project. QMG has established a Project Management Office to facilitate the Project's coordination and management. The Loan will finance procurement of goods, equipment and installation and services for the Project in compliance with NDB's Procurement Policy and China's country system stipulated through national legislations and regulations.								



Contacts	NDB		Borrower	Implementing Agency
	Project	Portfolio	Ministry of Finance	Qingdao Metro Group
	Management		Biao Guo	Co., Ltd.
	Department		mof_operation1@mof.gov.cn	Jiaqiang Li
	Xin Chen		f.gov.cn	xhacwb@126.com